

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

KATIA ZANVETTOR FERREIRA

Quando o professor é notícia? Imagens de professor e Imagens do jornalismo

São Paulo
2012

KATIA ZANVETTOR FERREIRA

Quando o professor é notícia? Imagens de professor e Imagens do jornalismo

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Linguagem e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Aleksandar Jovanovic

São Paulo
2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.14 Ferreira, Katia Zanvetor
F383q Quando o professor é notícia? Imagens de professor e imagens do jornalismo /
 Katia Zanvetor Ferreira; orientação Aleksandar Jovanovic. São Paulo: s.n.,
 2012.

190 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de
Concentração: Linguagem e Educação) - - Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo.

1. Professores 2. Jornalismo (Brasil) 3. Escrita 4. Ideologia (Formação)
I. Jovanovic, Aleksandar, orient.

FERREIRA, Kátia Zanvettor.

Quando o professor é notícia? Imagens de professor e Imagens do jornalismo

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovado em

Banca examinadora

Prof. Dr. Aleksandar Jovanovic Julgamento	Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura
Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto Julgamento	Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura
Prof. Dr. Wilson Leffa Julgamento	Instituição: Universidade Católica de Pelotas Assinatura
Prof. Dr. Marco Américo Lucchesi Julgamento	Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro Assinatura
Prof. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho	Instituição: Universidade de Brasília Assinatura
Profa. Dra. Isabel Gretel M. Eres Fernández (suplente) Julgamento	Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura
Profa. Dra. Safa Alferd A. Chahla Jubran (suplente) Julgamento	Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura
Profa. Dra. Livia Donnini A. Rodrigues (suplente) Julgamento	Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura
Prof. Dr. John Robert Schmitz Julgamento	Instituição: Universidade Estadual de Campinas Assinatura

A Sofia, quem me ensinou a olhar o mundo com os olhos do encantamento.

Ao meu avô, Basílio Zanvettor, quem me cantava a internacional e me ensinou a olhar para o mundo com os olhos da dúvida.

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Dr. Aleksandar Jovanovic, pelo acolhimento.
- Aos membros da banca, pelas considerações e orientações essenciais para o rumo da tese.
- Ao Prof. Dr. Valdir Barzotto e à Profa. Dra. Claudia Riolfi, pelo convite de ingressar no GEPPEP, convite esse que mudou minha trajetória acadêmica e minha compreensão sobre pesquisa.
- Aos amigos do GEPPEP, pelo olhar crítico e por me inspirarem a busca constante.
- Ao Luiz Leduino, por partilhar comigo a alegria de colocar a Sofia no mundo.
- Aos meus pais, Claudio e Elza, pela vida.
- A toda família, que compreendeu a ausência e torceu por mim.
- A Emari Andrade, pela parceria de escrita e leitura atenta.
- A Andreza Rocha, pela leitura atenta e sugestões valiosas.
- Aos amigos jornalistas que, de longe e de perto, me inspiram.
- Às amigas da “mesa azul”, inesquecíveis.
- Aos meus alunos, de hoje, de ontem, de sempre.

RESUMO

FERREIRA, Kátia Zanvettor. **Quando o professor é notícia? Imagens de professor e Imagens do jornalismo.** 2012. 190 f. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta investigação buscou depreender o momento em que o professor torna-se notícia no jornalismo brasileiro, com o objetivo de analisar, a partir do fato noticioso qual é imagem construída do professor da educação básica, uma vez que prevalece no jornalismo um modo de ler e escrever que ignora a presença do inconsciente nos sujeitos da escrita. Para cumpri-lo, reunimos como *corpus* matérias jornalísticas, incluindo notícias e artigos, publicadas entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010 no jornal Folha de São Paulo e também notícias publicadas, entre 2006 e 2011, em veículos de informação variados. Pensando na insistência do jornalismo profissional em se apresentar como porta-voz da realidade e de como, para nós, tal insistência decorre de um deslize ideológico próprio de uma concepção de linguagem que ignora o sujeito do inconsciente, analisamos os textos a partir do conceito de Ideologia (HERBERT, 1995), que depois foi reelaborado no quadro da Análise do Discurso por Michel Pêcheux (2010). Ao deparar-nos com a complexidade do material analisado, buscamos referências teóricas para sustentar nossa análise em diferentes campos do saber, além daquele da Análise do discurso. Portanto, considerou-se neste trabalho a contribuição da Análise Crítica do Discurso, da Sociologia da Comunicação e da Psicanálise, de orientação Lacaniana. Para recuperar o diálogo que se dá no processo de constituição da imagem do professor no discurso da mídia, primeiramente identificamos, quantificamos e qualificamos as fontes de informações que foram utilizadas com maior frequência na composição do texto jornalístico, de modo a observar a prevalência do discurso dos especialistas do campo da educação. Assim, partindo dessa materialidade, recuperamos as imagens do professor construídas no discurso jornalístico e a relação dessas imagens com os modos de ler e escrever no jornalismo que constituem também imagens sobre o próprio jornalismo. A análise levou-nos a identificar uma prática jornalística que tenta apagar a presença do inconsciente na escrita e acaba por reduzir as possibilidades de reflexão, resultando em homogeneização da imagem do professor. Mostramos que se há de fato no jornalismo uma pretensão de tomar a realidade como expressão não dialetizável de suas crenças, essa é reforçada na identificação do discurso dos especialistas em educação. Nossa pesquisa observou um processo de identificação que marca a relação do jornalista com o especialista consultado. Tal processo permite ao primeiro legitimar sua fala pelo traço com o qual se identifica ao outro, limitando a pluralidade e colaborando para que o discurso jornalístico engendre-se em um discurso reacionário e moralizante. Concluímos que a leitura e a escrita no ensino de jornalismo deve cada vez mais enfocar a insustentabilidade teórica da objetividade e possibilitar novos modos de contextualizar a cobertura em educação. Em nossa avaliação, se o momento atual é de perda das referências cristalizadas a respeito do que é ser um professor, também poderá ser um momento extremamente criativo para encontrarmos novas formas de apresentação do sujeito professor no âmbito da imprensa e, conseqüentemente, pode ser um momento muito criativo para o jornalismo.

Palavras-chave: formações ideológicas, formações imaginárias, escrita jornalística, jornal Folha de São Paulo, professor de escola básica, identificação, fontes jornalísticas.

RÉSUMÉ

FERREIRA, Kátia Zanvettor. **Quand le professeur devient-il la nouvelle? Images de professeurs et Images du journalisme.** 2012. 190 f. Thèse (Doctorat d'État en Éducation). Faculté d'Éducation. Université de São Paulo, São Paulo, 2012.

Cette recherche a pour but d'analyser le moment où le professeur devient matière médiatique dans le journalisme brésilien. Elle a également pour but de montrer - à partir du fait paru dans la presse et de l'image construite à partir du champ discursif des professeurs des écoles primaires - comment la presse continue à valoriser une façon de lire et d'écrire qui ignore la présence de l'inconscient des sujets de l'écrit. Pour réaliser cette tâche, nous avons rassemblé un *corpus* comprenant des textes journalistiques, y inclus des nouvelles et des articles publiés entre janvier 2009 et janvier 2010 dans le journal *Folha de São Paulo*. Nous avons aussi analysé des nouvelles publiées entre 2006 et 2011, parues dans divers médias. Considérant que le journalisme professionnel insiste à se présenter comme le porte-parole de la réalité et que, pour nous, une telle importance découle d'un glissement idéologique propre à une conception de langage qui ignore le sujet de l'inconscient, nous avons analysé les textes à partir du concept d'Idéologie (HERBERT, 1995), réélaboré ultérieurement dans le cadre de l'Analyse du Discours par Michel Pêcheux (2010). Face à la complexité du matériel examiné, nous nous sommes appuyés sur des références théoriques dans plusieurs domaines du savoir, au-delà de l'Analyse du Discours, à savoir : l'Analyse Critique du Discours, la Sociologie de la Communication et la Psychanalyse lacanienne. Pour reprendre le dialogue qui s'établit lors de la constitution de l'image du professeur dans le discours médiatique, nous avons d'abord identifié, quantifié et qualifié les sources d'informations les plus utilisées dans les textes journalistiques, de façon à observer la prévalence du discours des experts dans le domaine de l'éducation. A partir du bagage discursif, nous avons pu montrer comment l'image du professeur est construite dans le discours journalistique ainsi que le rapport existant entre ces images et les manières de lire et d'écrire dans les médias, ce qui peut amener à façonner une image du journalisme lui-même. L'étude nous a permis d'identifier une pratique journalistique qui veut effacer le fait que *l'inconscient se manifeste toujours comme ce qui vacille dans une coupure du sujet* (LACAN, 1964), et qui finit par réduire les possibilités de réflexion, menant à une homogénéisation de l'image du professeur. D'autre part, s'il s'avère dans le journalisme une volonté de prendre la réalité pour une expression non dialectisable des propres croyances, cette prétention semble être encore plus renforcée lors de l'identification du discours des spécialistes de l'Éducation. Notre recherche a repéré un processus d'identification entre le journaliste et le spécialiste interviewé. Tel processus d'identification permet au premier de légitimer sa parole à partir du trait d'identification qui le lie au second, ce qui réduit la possibilité d'un discours pluraliste et renforce à ce que le discours journalistique soit réactionnaire et moralisant. Nous avons conclu que la lecture et l'écriture dans l'enseignement du journalisme doit accorder davantage d'importance au fait que la théorie de l'objectivité n'est pas soutenable pour permettre de nouvelles formes de contextualiser les reportages autour de l'Éducation. Nous avons considéré que, si le moment actuel se caractérise par une perte des repères cristallisés en ce qui concerne le métier du professeur, il peut également être très créatif pour trouver de nouvelles formes de présentation du sujet professeur dans la sphère journalistique et, par conséquent, du journalisme lui-même.

Mots-clés: identifications, formations imaginaires, formations idéologiques, écriture journalistique, journal *Folha de São Paulo*, professeur des écoles, ressources journalistiques.

ABSTRACT

FERREIRA, Kátia Zanvettor. **When does the school teacher become News? Images of school teacher and Images of journalism.** 2012. 190 f. Thesis (PhD in Education). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This investigation has aimed to understand the moment in which the teacher becomes news in the Brazilian journalism. Its objective is to analyze, from the news event the image of school teacher that is constructed, once it prevails in journalism a way of reading and writing that ignores the presence of the unconscious within the writing character. In order to do so, there was a compilation of a corpus of printed news, including news and articles, published between January 2009 and January 2010 at Folha de São Paulo. Different sources of news, published between 2006 and 2011, were also collected. Considering the fact that professional journalism insists in presenting itself as a spokesperson of the reality, we state that this insistence is a result of an ideological slip proper of a conception of language that ignores the subject of the unconscious, the texts were analyzed based on the concept of Ideology (HERBERT, 1995), later elaborated in Discourse Analysis by Michale Pêcheux (2010). As we faced the complexity of the analyzed material, theoretical references were sought in order to sustain our analysis in different areas, besides Discourse Analysis. Therefore, in this investigation not only was Critical Discourse Analysis considered but also Communication's Sociology and Lacanian Psychoanalysis were taken into consideration. In order to look into the dialogue that takes place in the process of constitution of the teacher's image in the media, firstly we identified, quantified and qualified the sources of information that were mostly used in the composition of the journalistic text, so that we could observe the prevalence of the discourse of the specialists on the education field. Thus, based on this materiality, we gathered the images of the teacher built in the journalistic discourse and the relationship of these images with the ways of reading and writing in the journalism that builds its own image. Through the analysis, we identified a journalistic praxis that tries to eliminate the unconscious presence in writing. That ends reducing the possibilities of reflection and results in the homogenization of the teacher's image. We have shown that if there is in journalism an intention of taking the reality as the unspoken expression of its beliefs, this is reinforced by the identification in education specialists' discourse. Our investigation observed a process of identification that designates the relationship between the journalist and the consulted specialist. Such process allows the first one to legitimate his speech by the feature which he identifies itself with the other, limiting its various facets and contributing to the creation of a reactionary and also moralizing discourse. We concluded that the reading and writing within the teaching of journalism should focus ever more on the theoretical unsustainability of objectivity and therefore it should make it possible new ways of contextualizing the cover of the education area. We consider that the current moment represents a loss of strong references of what it is to be a teacher. It can also be an extremely creative moment in order to find new ways of introducing the teacher character within the press and, consequently, it can be an very creative moment for journalism itself.

Key words: imaginary formations, ideological formations, journalistic writing, Folha de São Paulo newspaper, school teacher, identification, journalistic sources.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. O discurso jornalístico, as formações imaginárias e a ideologia	25
1.1 O jornalismo como trabalho de linguagem	25
1.2. O discurso jornalístico e as formações imaginárias	30
1.3. O discurso Jornalístico e as formações ideológicas	35
2. Jornalismo objetivo e imagem do professor: um processo de desqualificação do magistério	41
2.1. Imagem do professor no jornalismo brasileiro: o que dizem as pesquisas acadêmicas	42
2.2. Imagem do professor no jornalismo brasileiro: o que se depreende dos dados	45
2.2.1. A imagem que o jornalismo faz de si	60
2.3. A Folha de São Paulo como fonte de pesquisa: os textos tomados como objeto de análise	66
2.4. A leitura das notícias sobre o professor	75
3. A cobertura jornalística e as fontes em educação	85
3.1. Fontes de informação na constituição do jornalismo	85
3.1.2. A classificação das fontes jornalísticas	92
3.2. Jornalismo, fontes de informação e produção de sentidos	97
3.3. Fontes de informação em Educação – como a fala dos especialistas repercute na imprensa	107
4. O caminho da notícia: condições de produção e o processo de construção da imagem no jornalismo	114
4.1. O jornal: efeitos de agendamento e circularidade	115
4.2. O jornal como um evento discursivo	122
4.3. A estrutura da notícia	130
5. Formações ideológicas, Formações imaginárias e o deslizamento do sujeito no texto jornalístico	134
5.1. A escrita jornalística e o embate com o sujeito do inconsciente	136
5.2 Quando o professor é notícia no jornal que “não dá para não ler”: o discurso da “atração de talentos”?	140
5.2.1 O texto objetivo para referendar o dizer: entre o locutor e o sujeito da enunciação	151
5.2.2 As fontes em educação e as notícias “objetivas” sobre o professor: como o jornalista sustenta seu dizer	159
Considerações Finais	171
Referências Bibliográficas	178
APÊNDICE	189

INTRODUÇÃO

Uma breve leitura do jornal do dia nos dá algumas pistas do que estrutura o texto jornalístico: números, gráficos, fontes, falas de especialistas. O jornalista se apega ao dado. Eis a ilusão: agarrado ao conceito de objetividade jornalística, ele acredita que se cercado de dados, de informações, das falas do outro, “dos especialistas”, pode não sucumbir ao suplício da subjetividade. Doce ilusão. Ao desenvolver o conceito de objetividade, a prática jornalística se esqueceu de considerar sua matéria-prima básica: o discurso.

Este trabalho é uma investigação inscrita no campo da leitura e da escrita que toma o discurso jornalístico como objeto de estudo. Partimos da compreensão de que a função de comunicação passa longe dos muitos textos que encontramos nos jornais. Produzir notícia é construir um modo de ver os acontecimentos, é fazer escolhas, é implicar opinião, é, enfim, usar toda a subjetividade que um ser humano pode e precisa usar para simbolizar o mundo ao outro. Assim, interessa-nos compreender os modos utilizados pelos jornalistas para ler determinada questão de maneira a, supostamente, produzir uma escrita objetiva. Esse objetivo advém da seguinte pergunta norteadora: **se o jornalista, como qualquer outro ser humano, tem um inconsciente, em que medida é possível produzir uma escrita objetiva?**

O conceito de objetividade jornalística não é um evento novo, ele surge no contexto do desenvolvimento do jornalismo como objeto central da indústria dos meios de comunicação de massa, no contexto do capitalismo. Sua organização se dá tanto para contrapor-se ao sensacionalismo, marca fundante do jornalismo, como para garantir que os textos – agora padronizados – pudessem se tornar um produto de consumo de fácil apropriação em grande escala.

Os meios de comunicação precisavam de uma bandeira que lhes desse o poder de dizer algo com a autoridade de quem fala a “verdade” dos fatos. Por essa razão, construiu seu pressuposto de uma fala verdadeira pelo caminho do discurso objetivo que se estrutura numa série de estratégias de controle na apresentação da informação. Entre essas, destacam-se: o uso de dados mensuráveis para “comprovar” as informações,

recorrência a fontes de informações oficiais ou independentes para ratificar os dados e a eliminação – ao máximo possível – de adjetivos e advérbios (LAGE, 2003).

Não nos parece estranho que os meios de comunicação, enquanto empresas capitalistas, criem estratégias que favoreçam seu poder simbólico de modo a consolidar suas intenções econômicas. O que nos causa estranhamento é a defesa do conceito, nos fóruns profissionais de jornalismo, na direção de transformar uma posição sobre o jornalismo em algo que expresse o próprio jornalismo¹.

Talvez esse sentimento apareça porque a prática jornalística nos seja estranhamente familiar, como sugere Freud (1919) ao falar sobre o estranho. Assim, percebemos, mesmo sem saber ao certo nomear, que no fazer cotidiano da notícia não há como escapar de uma produção em que o sujeito se implica. Contudo, não recorreremos aqui ao argumento de que a objetividade jornalística não existe, ao contrário, acreditamos em sua existência, porém, pretendemos tomá-la pelo que ela é: um discurso ideológico.

Consideramos o discurso da objetividade como ideológico porque ele prende o jornalista em duas inversões: a primeira de que o ele diz está “ancorado” na realidade e, a segunda, de que ele é a origem do que diz e fala (HERBERT, 1995). Um bom exemplo dessas duas ilusões está no próprio argumento dos defensores da objetividade.

Em texto publicado recentemente na revista “The Atlantic”, o colunista Graeme Wood (2012)² apresenta uma defesa contundente do “jornalismo objetivo” e que nos parece ser uma boa representação do que vigora entre os jornalistas. Refletindo sobre a imprensa Líbia, após os eventos revolucionários que derrubaram o governo de Muammar al-Gaddafi, o jornalista observa que, do ponto de vista “jornalístico”, as publicações são “all execrable”, ou seja, “todas execráveis”.

O jornalista continua justificando sua afirmação e faz “mea-culpa” ao revelar que foi um dos responsáveis por “treinar” os jornalistas do país (to train Libyan journalists). Ele garante que cumpriu o “evangelho” da objetividade, uma das “virtudes” do jornalismo americano, mas os alunos parecem ter lhe dado outra lição:

¹ Pensamos que o conceito de objetividade é uma posição criada – em especial na produção capitalista de notícias – e não pode ser entendida como o próprio jornalismo que, acreditamos, é uma produção humana de problematização do mundo.

² Posteriormente, esse mesmo texto foi publicado, em português, no “Observatório da Imprensa”.

I preached a gospel of objectivity, freedom from bias, and independence—the canonical American journalistic virtues—and explained why journalists aren't supposed to shade stories to protect the powerful, or lie, or break the law, or pay their sources, or be paid by them, or pretend to be someone they're not. The students appreciated the theory but challenged me in practice. Nearly all said, for example, that they would decline to publish a story that made the leaders of the rebel government look bad, at least until the war was finished. ("That makes you not journalists but propagandists," fumed one dissenter, shaking his shaggy hair in disappointment.)" They demanded that I explain what they perceived as lapses in the American media's objectivity. I braced myself for the word *Palestine*, but it never came. Instead, a young man in glasses complained: "We read in your newspapers that we are 'rebels.' We are not 'rebels'! We are revolutionaries." To Libyans, he said, *rebel* connoted defiance of legitimate authority, such as one's father, and made the revolutionaries sound like criminals and unprincipled killers. Our use of *rebels* betrayed an anti-revolutionary bias. I replied that the term *rebellion* wasn't stigmatized that way in English. The Libyans—all of them, um, revolutionaries—were unconvinced. (WOOD, 2012)³

Na fala do jornalista, observamos que o jornalismo objetivo é tomado como o “verdadeiro jornalismo”, já que os outros modos de fazer são tidos por ele como “execráveis”. Há aqui a manifestação da primeira forma da ideologia, a forma empírica, a qual tenta se passar pelo processo original, ou, nos termos de Herbert (1995, p.71): “a coincidência do significante com a do significado”. Assim, o “jornalismo objetivo” se torna expressão do próprio jornalismo, seu real. Nessa perspectiva, toda forma de refletir sobre os acontecimentos que não se pautem pelo conceito da objetividade não é jornalismo.

Continuando o comentário sobre o referido artigo, ao negar a atenta observação dos alunos sobre a escolha da palavra “rebeldes” ao invés de “revolucionários” para denominar os participantes das ações políticas que levaram ao fim do governo vigente, o jornalista deixa escapar que sua argumentação também se organiza pela segunda forma de ideologia, a especulativa (HERBERT, 1995). Ao argumentar que no Inglês a palavra

³ Na tradução em português: “Eu pregava um evangelho de objetividade, livre de preconceitos e independência - as virtudes canônicas do jornalismo americano e explicava por que os jornalistas não devem esconder histórias para proteger os poderosos, mentir ou, ir contra a lei, ou pagar por informações as suas fontes, ou ser pago por elas, ou fingir ser quem não são. Os alunos apreciaram a teoria, mas desafiaram-me na prática. Quase todos disseram, por exemplo, que eles iriam recusar-se a publicar uma história que fizesse os líderes do governo rebelde parecerem ruins, pelo menos até o fim da guerra. ("Isso não faz de vocês jornalistas, mas publicitários", irritou-se um dissidente, balançando seu cabelo desgrenhado em desapontamento.) Eles pediram que eu explicasse o que eles percebiam como lapsos de objetividade da mídia americana. Eu me preparei para a palavra Palestina, mas ela nunca veio. Em vez disso, um rapaz de óculos reclamou: "Lemos nos jornais que somos "rebeldes", nós não somos 'rebeldes'. Somos revolucionários! Para Líbios, disse ele, rebelde significa desafiar uma autoridade legítima, como um pai, e faz os revolucionários serem comparados a criminosos e assassinos sem escrúpulos. Nosso uso da palavra rebelde revela um preconceito antirrevolucionário. Respondi que o termo rebelião não é estigmatizado dessa forma em Inglês. Os líbios, todos eles revolucionários, não ficaram convencidos.

rebelde não é estigmatizada, o jornalista desvincula a organização dos significantes aos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Ainda que o jornalista esteja certo quanto ao argumento de que a denominação não é estigmatizada em inglês, não deveria desconsiderar o fato de que tal palavra tem essa representatividade para a população do país sobre a qual está reportando. Ele não faz esse movimento justamente porque está absorto em sua ideologia de que é ele a origem do seu dizer e não a sua formação social. Quando se refere aos acontecimentos líbios, nomeia-os como rebeldes e atesta que desconsidera seu contexto social, seus hábitos e as marcas significantes desse contexto. Faz prevalecer em seu dizer de jornalista, americano, objetivo, livre de preconceitos e imparcial, o sentido que lhe convém porque se apega à certeza de que o seu modo de denominar é o correto.

A nosso ver, ao defender que é imparcial e objetivo, o jornalista mostra que é parcial e subjetivo. Não escuta a posição dos “revolucionários” por considerar que os argumentos utilizados por eles não são significativos para a sociedade ocidental, branca e controladora dos meios de comunicação. Dessa forma, deixou de aprender com seus alunos uma importante lição: o reconhecimento dos sentidos do texto jornalístico entre os sujeitos envolvidos no processo não se dá pela apreensão mecânica dos significados da língua, mas, pelo discurso.

A perspectiva de ideologia que assumimos neste trabalho foi construída por Michel Pêcheux, no quadro do desenvolvimento teórico, em torno da problemática do discurso que preparou terreno para o surgimento da Análise do discurso. O texto ao qual aqui nos remetemos, escrito por Pêcheux sob o pseudônimo Thomas Herbert, marca o esforço primeiro de constituição dessa disciplina, conforme Rodriguez-Acalá (2005). Trata-se, para Pêcheux, de um movimento em torno de um “trabalho teórico-conceitual” pensado na “transformação produtora” do objeto (HERBERT, 1995). O movimento em torno da ideologia marca a preocupação do autor em pensar a constituição do campo do discurso enfrentando a armadilha de se tornar ele mesmo ideológico.

Nesse intuito, Pêcheux dialoga com o conceito de ideologia vindo do marxismo, na releitura de Althusser, e com o conceito de inconsciente freudiano, reelaborado por Lacan (RODRIGUEZ-ACALÁ, 2005). Quanto às elaborações marxistas e seus desdobramentos, pontua: a ideologia como uma falsa consciência (valor negativo) e como

uma posição no mundo (positivo). Pêcheux provoca o encontro com a psicanálise, especialmente com a consideração do conceito de inconsciente, e reconfigura tais elaborações para entender a ideologia como um “processo” que transfigura as condições objetivas de existência, simbolizando-as de outro modo e fazendo assumir o papel que não lhe cabe, “a verdade dos fatos”.

Nessa perspectiva, o conceito de ideologia nos é caro porque ajuda-nos a compreender uma das nossas hipóteses de trabalho segundo a qual os supostos textos “objetivos” em jornalismo acabam sendo expressão da ideologia vigente. Em decorrência dessa, nossa segunda hipótese é de que o sujeito, ao escrever na habitação da ideologia vigente, esquece essa condição e sente-se a origem do dizer, mesmo quando reproduz as falas alheias (PÊCHEUX, 2009). Assim, pensamos que o texto objetivo e seus subterfúgios nada mais são que a manifestação da ideologia no jornalismo.

Não podemos perder de vista que já há algum tempo o texto jornalístico tem se tornado um modelo a ser seguido entre os estudantes das escolas brasileiras. A escrita clara, que comunica com “eficiência”, é o mínimo que se espera de um aluno que termina o ensino médio, como podemos observar nas orientações expressas no artigo “Critérios de correção da redação são subjetivos”, publicado na Folha de São Paulo (2012). Sendo o texto jornalístico um “exemplo” a ser seguido por aqueles que estão se formando e aprendendo a manejar a língua, julgamos pertinente, para o campo da educação, investigarmos os modos de ler e de escrever do jornalismo contemporâneo.

Pretendemos sustentar tais hipóteses a partir das análises de textos jornalísticos que falam sobre o professor da educação básica. O tema da educação, particularmente, interessa-nos há algum tempo. Começamos a estudar as relações entre educação e jornal motivados por nossa trajetória profissional que, ao buscar o jornalismo, encontrou a educação. Ao trabalharmos como jornalista na cobertura da educação e de instituições educacionais, passamos a observar que havia uma dicotomia entre um discurso presente nos textos jornalísticos e suas fontes sobre a importância da educação e o espaço real reservado para o tema no jornalismo⁴.

⁴ O trabalho de Cipra (2007) é particularmente interessante para pensar justamente essa dicotomia.

Por outro lado, começamos a observar que, cada vez mais, os meios de comunicação procuravam “ocupar”⁵ espaços na escola, ora com programas culturais, ora com programas de leitura e escrita⁶. O que nos incomodou nesse movimento do jornal para a escola⁷ era o fato de que, ao desenvolver tais projetos com o intuito de formar “leitores críticos”, o jornal e o jornalista realizam esse trabalho sob o paradigma do “jornalismo objetivo”.

Assim, a “leitura crítica” nesses projetos não tem o objetivo de problematizar a leitura e sua polissemia, mas tornar os alunos e professores proficientes em reconhecer as características jornalísticas ou, ainda, a “realidade social” transmitida pelo jornal, como podemos ver na apresentação dos objetivos do curso “Correio Escola Multimídia: a formação pela informação”, promovido pelo programa Correio Escola, vinculado ao Grupo Rede Anhanguera de Comunicação e ao jornal Correio Popular, da cidade de Campinas:

O propósito maior deste curso é propor aos professores das redes pública e privada de Campinas e região metropolitana, que ministram as diversas disciplinas da área de ciências humanas do currículo escolar, a capacitação para **a correta utilização e leitura** dos meios de comunicação, em especial da mídia impressa em convergência com o mundo digital. [...]

Considerar o texto informativo **como instrumento de conhecimento** e análise crítica da realidade social, conseguindo, assim, a atualização de dados dos conteúdos curriculares; [...]

Desenvolver **habilidades** com os diferentes gêneros literários e jornalísticos e **a interpretação das informações, para melhor produção de texto [...]**. (CORREIO ESCOLA, 2011, grifos nossos)

O texto está impregnado pela ideologia do discurso da objetividade. O jornal se apresenta como o professor dos professores, responsável por ensinar-lhes a leitura

⁵ Ainda nos perguntamos se ocupar é um termo legítimo para mencionar esse movimento do jornalismo para a escola ou se melhor seria usarmos o termo “invasão”. Sabemos que a ocupação remete a um movimento legítimo de apropriação de um espaço que está destinado para esse fim e, ao contrário, a invasão marca uma entrada ilegítima ou indesejada. Observamos, porém, que, ainda que em muitas escolas e entre muitos profissionais a presença dos meios seja ilegítima ou indesejada, isso dificilmente é verbalizado, o que leva os meios a se sentirem legitimados a entrar na escola.

⁶ Na nossa dissertação de mestrado (ZANVETTOR, 2006), investigamos os usos feitos pelo professor do programa “Quem lê jornal sabe mais” (O Globo). Nesse trabalho, concluímos que, mais que uso, há resistências dos professores na presença do jornal. Consideramos tais resistências como um movimento legítimo dos professores contra discursos de desvalorização do seu trabalho.

⁷ Segundo a Associação Nacional dos Jornais, em novembro de 2012 pelo menos 45 jornais tinham programas de Jornal e Educação para levar jornais para escola “com o intuito de formar novos leitores e cidadãos mais conscientes” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS, 2012).

“correta” dos meios de comunicação. O texto informativo, leia-se, objetivo, é por sua vez um instrumento de conhecimento com o qual o professor compreende a “realidade empírica”, desenvolve “habilidades” para “escrever melhor”. A proposta nos parece muito mais próxima a uma “linha de montagem” para escrita, em que a informação é o material principal. Reaparecem aqui marcas do discurso da objetividade, em que a informação representaria a realidade material.

Outro elemento que nos parece apagado pela ideologia é o fato de tais programas serem, em primeira instância, ações de marketing com foco em dois objetivos: 1) acessar um mercado consumidor que tem potencial de consumo significativo, que são as instituições escolares e os órgãos públicos ou particulares responsáveis por tais instituições, e, de algum modo, 2) manter seu mercado consumidor garantido ao criar o “hábito” de leitura de jornal nas novas gerações.

Passamos a questionar a ideia de que os jornais e seus jornalistas tomem para si a tarefa de serem “professores dos professores” ou, por vezes, professores dos alunos, sem problematizar seu próprio modo de ler e escrever. Por outro lado, passamos a nos perguntar qual teria sido o discurso que autorizou a leitura do jornal sobre os professores ser uma leitura tão pejorativa, a ponto de os próprios jornais se autorizarem a dizer que é preciso ensinar aos professores a leitura e escrita “correta”?⁸

A resposta a esta questão pode ser depreendida da própria cobertura jornalística e dos discursos presentes nessa cobertura: trata-se do discurso das fontes em educação que falam sobre o professor e constroem imagens sobre ele. Em nosso levantamento de matérias jornalísticas que falam sobre o professor, pudemos observar que sobressaem as matérias sobre a desqualificação dos professores e, ao buscar respostas para resolver tal problemática, observamos que há um sentido que prevalece: o de convocar “melhores” profissionais para o cargo docente. Assim, o movimento é de “qualificar”, “desqualificando”.

Infelizmente, não nos parece que o processo de desvalorização docente seja um evento novo. Particularmente, temos uma lembrança muito mais remota da depreciação

⁸ Está muito implicada a ideia, na constituição desses programas, que a realidade empírica ensina muito mais aos alunos que construções teóricas, que, na suposição desses programas, estão distantes dessa “realidade”. Como os jornalistas possuem uma capacidade de “manejar” a realidade empírica por meio da notícia, eles estão preparados e têm o que ensinar aos professores. Mais uma vez, percebemos aqui o engodo de não considerar o deslize de sentidos entre *significante* e *significado*.

do professor. Em meados da década de 1980, uma longa greve de professores paralisou a rede pública do Estado de São Paulo. O governador da época, para deslegitimar o movimento e as reivindicações salariais, deu uma declaração que teve significativa repercussão na época, não só no jornalismo como entre os professores que participaram do movimento: “Professora não é mal paga, é mal casada”. (UOL, s/d).

Acreditamos que essa fala não “nasce” da cabeça de seu locutor. Ela nos diz muito sobre o contexto da constituição da imagem do professor e reverbera em muitos outros lugares, como testemunhou Costa (1999) em seu trabalho “O Magistério e a política cultural de representação e identidade”, ao contar sua história na qual teria ouvido uma frase similar à enunciada pelo então governador de São Paulo. Essa frase marca sentidos importantes para a época e que, a nosso ver, ainda repercute na imagem do professor de educação básica hoje. Dentre esses sentidos, destacamos o fato de se tratar de uma profissão essencialmente de mulheres, com salários constantemente aviltados e, por fim, uma profissão desvalorizada socialmente.

Trabalhos anteriores que têm se dedicado à questão da profissão docente e sua imagem social mostram que, de algum modo, essas questões são: a de gênero (COSTA, 1999) e de salário (CIAVATTA, 2006). Outros elementos, como a perda da autonomia pelo trabalho, a “expropriação do saber” e a “proletarização” do magistério (MAFRA, 1998) contribuíram, ao longo dos anos, para a desvalorização da profissão docente.

Numa perspectiva de compreender “simbolicamente” a imagem docente, Ferreira (2002) apresenta a questão da desvalorização como parte de um processo de “profanação” da profissão. Ainda que não descarte os outros elementos já citados, Ferreira observa que ao longo de cinco décadas os “vestígios” e as “marcas” da representação dos professores em textos jornalísticos foram passando do “sagrado” ao “profano”. Para o pesquisador, contudo, o próprio professor é participante nesse evento em um processo legítimo de luta pela profissionalização:

[...] a pesquisa que realizamos permitiu verificar que, a partir de um certo momento, o professor parece desejar, mesmo sem nitidez dos fatos, viver num espaço dessacralizado. O processo de profanação que sofre tem ele próprio como um dos seus principais agentes. Na verdade nesse momento, o professor parece estar movido pelas antigas – e, quem sabe, novas – necessidades, e sonha, deseja assumir um novo lugar social [...]. Mas, o tempo passa...e perplexidade parece se manifestar quando o próprio professor percebe que a

nova condição de profano não garantiu a realização dos seus anseios. Além de não ter atingido o que desejava, perdeu aquilo que já possuía: o prestígio dos sagrados. (FERREIRA, 2002, p. 129-130)

O acompanhamento desenvolvido pelo autor sobre a “representação” do professor ao longo do tempo traz um importante panorama de como a abordagem da imprensa foi se alterando. Contudo, temos ressalvas sobre o modo como ele atribui a participação do professor nesse processo de “profanação”. Para Ferreira (2002), as marcas dessa participação estão justamente na passagem entre o silêncio do professor no jornal e a posterior participação dele com depoimentos.

Durante o período em que o magistério representa o sagrado, observa-se que o JB, em quase todas as oportunidades, não veicula em suas matérias o próprio discurso do professor. [...] No entanto, no período seguinte, fase na qual já se percebe o deslocamento de sentido atribuído ao magistério, um dos aspectos que surge como novo é a introdução da voz do professor nas matérias veiculadas pelo periódico. É a partir daí que percebemos o professor participando do processo da sua própria profanação. (FERREIRA, 2002. p. 122)

O autor parece desconsiderar o fato de que a própria imprensa passava por profundas alterações em seu modo de construir os acontecimentos e simbolizar o mundo no período da pesquisa (1940-1992). Nesse período, o jornalismo brasileiro passou por modificações significativas, sendo que as regras da objetividade e da priorização da informação passaram a se impor nas redações. Portanto, a voz do professor silenciada em um primeiro momento e convocada, no segundo, parece-nos muito mais resultado de uma mudança do modo de fazer jornalismo que precisava, a partir do conceito de objetividade, da voz do outro para dar contorno aos sentidos que visava a produzir.

Outro aspecto que nos parece relevante é o fato de que as falas das “fontes” são trabalhadas como discurso no interior do jornalismo. Elas são constitutivas do discurso jornalístico. Assim, parece-nos impossível pensar as falas dos professores como representação do pensamento dos professores já que, no processo de organização do discurso jornalístico, elas passam por um processo de cortes, seleção e destaque para se adequarem ao propósito do discurso do jornalista.

De todo modo, a pesquisa de Ferreira (2002) indica que houve uma alteração no modo como o professor foi sendo apresentado no discurso jornalístico. Porém, no nosso

caso, não conseguiremos desconsiderar o fato de que essa alteração está implicada não só no modo como a imagem do professor foi se alterando socialmente, e na representação que o próprio professor faz de si, mas também no modo como se alterou a representação⁹ que o jornalismo faz de si.

Assim, a partir da leitura dos nossos dados e compreendendo que o jornalismo é um discurso que ao se constituir implica sentido, produz sentidos e transforma os acontecimentos sociais, pensamos em tomar as imagens do professor no jornal como um caminho instigante para pensar como esse discurso contemporâneo da mídia incide em nossa sociedade. Essa incidência se dá a partir da tentativa de produção de um único modo de ler os acontecimentos, tomando os relatos dos acontecimentos apartados de suas condições de produções, ideologizando e apresentando-os como axiomas, únicos possíveis para explicar o mundo.

Passamos a perceber que havia um discurso sendo formulado, um discurso que se repetia, como um “encadeamento de sentidos” entre os textos, que reforçava um ponto em comum: o professor que aí está já não é suficientemente bom, por isso precisa ser substituído. Assim, percebemos que o jornalismo, ao retratar o professor, já não recorria nem ao sagrado (valorização santificada da figura do professor) nem ao profano (profissional comum sujeito às mazelas da profissão: baixos salários, despreparo etc), mas – seguindo a linha das metáforas religiosas - propunha a excomunhão.

Na tentativa de incidir sobre o motivo desse tipo de “texto” passar a aparecer no jornalismo de modo recorrente, e por que não outro em seu lugar, concluímos que existia uma forte tendência no jornalismo de explicar o real, ou seja, uma instância que excede aos modos de captação por meio das palavras. Notamos, portanto, a existência de uma pretensão jornalística de recobrir o real a partir da fala jornalística.

Confirmada essa pretensão, percebemos que a abordagem discursiva teria muito a ganhar com outras problematizações para refletirmos sobre o que acontece com o sujeito produtor do texto jornalístico ao encontrar sua escrita. Por essa razão, recorreremos a alguns conceitos da psicanálise de orientação lacaniana como chave de leitura para

⁹ Tomamos o conceito de representação no interior da problemática do discurso, perpassada pelo conceito de Formações Imaginárias, de Pêcheux. Assim, devemos compreender que aquilo que se representa não coincide com a realidade física, mas é algo dela transformado.

entender esse movimento subjetivo do redator do jornal de acreditar que pode tomar a realidade como exemplo não dialetizável de suas crenças preconceituosas.

O *corpus* com o qual trabalharemos é composto por textos publicados no jornal Folha de São Paulo entre janeiro de 2009 e janeiro 2010, com temas relacionados ao professor de escola básica. O primeiro momento de recolha do material foi resultado de uma reunião não sistemática de matérias que tratavam da educação e que acabaram despertando nossa atenção para o modo como o jornal se referia aos professores. Assim, sistematizamos tal leitura utilizando ferramentas de busca do jornal em questão e de programas disponíveis na Internet.

A busca aleatória precisou ser apurada por meio de um tratamento qualitativo das matérias a fim de refiná-las suficientemente de modo a focar nos textos que, de fato, relacionavam-se ao tema proposto, a saber, os professores da educação básica, tanto como categoria profissional como sujeitos reais que atuam em salas de aula do ensino básico. Trabalhamos em três etapas de leitura. Na primeira, excluimos pelos títulos e pelo primeiro parágrafo as matérias que não tratavam diretamente da temática do professor. Nessa etapa, chegamos a um total de 166 matérias compiladas, sendo que dessas, 117 são notícias e 49 são artigos ou editoriais.

Na segunda leitura buscamos olhar “o lugar do professor” na notícia jornalística, a partir de uma perspectiva de organização temática, tentando, assim, aproximar-nos do nosso **objetivo principal**, de questionar em que medida, ao escrever, um (a) jornalista toma os seus preconceitos sobre os professores como postulados e produz textos nos quais inclui argumentos que, supostamente, fazem com que os mesmos sejam mostrados como verdades.

Nessa orientação temática, três perspectivas prevaleceram: 1) *A Formação do professor* – são notícias que colocam em evidência o tema da formação dos professores de educação básica, como ela acontece, onde, seus problemas, dificuldades e vantagens¹⁰; 2) *O trabalho do professor* – são aquelas que trazem questões relacionadas ao trabalho do professor, problemas enfrentados na sala de aula, recursos utilizados e falta de recursos, desestruturação da carreira, escolhas teóricas e abordagens metodológicas, e 3)

¹⁰ Posteriormente, trabalharemos com a estrutura hipotética de um esquema informativo e a relação com o modo como as temáticas se estruturam no jornalismo, a partir dos estudos de Van Dijk.

Valorização do professor – que são notícias diretamente relacionadas aos problemas encontrados na temática anterior, porém, deslocadas, no nosso entendimento, por propor soluções que não enfatizam o professor que atua hoje na escola, mas as novas gerações de professores.

Dentro das perspectivas apresentadas, outras segmentações ainda seriam possíveis. Contudo, o mais importante para nós é que essa organização nos serviu como chave de leitura para a terceira etapa do trabalho de leitura, na qual procuramos ler os textos a partir de um trajeto temático (BARZOTTO, 1998). Dessa forma, pudemos identificar em pelo menos 14 textos marcas que fossem recorrentes e que evidenciavam uma produção de sentidos comum. Assim, do conjunto total de textos selecionados na primeira leitura, decidimos concentrar nossas análises nesses últimos, ainda que de um modo ou de outro seus sentidos ecoem no conjunto geral do *corpus*.

Por fim, a leitura do *corpus* desde a perspectiva do trajeto temático e objetivando compreender o movimento de leitura e escrita do jornalista sobre os professores, permitiu-nos observar a importância das vozes discursivas na construção do texto jornalístico. Trata-se, aqui, portanto, não só de confirmar a polifonia do discurso jornalístico, que é também traço constitutivo de todo e qualquer discurso, mas de reforçar que, sob o signo da “objetividade”, a voz do outro, o especialista que comenta a temática da matéria, é o que permite que os jornalistas possam produzir sentidos sem precisar se responsabilizar pelo que foi dito.

Assim, observando a importância dessas vozes na constituição dos textos, decidimos agregar ao *corpus* textos sobre o professor produzidos por especialistas consultados pelo jornal para escrever sobre o professor. Isso porque queríamos entender até que ponto o professor se torna notícia não apenas por uma priorização dos jornalistas e dos mecanismos dos meios de comunicação, mas também pela presença de um discurso de “cientificidade” com o qual o jornalista se identifica e quer ouvir para confirmar sua tese sobre o professor.

Para alcançar tal objetivo, precisávamos definir quais discursos de quais especialistas iríamos tomar como objeto de análise. Concluímos que o melhor seria seguir o caminho aberto pela própria imprensa, priorizando aqueles “especialistas” privilegiados no texto jornalístico. Assim, após o levantamento e sistematização das fontes no material

informativo, pudemos chegar a algumas conclusões a respeito dos especialistas mais procurados pela imprensa para colaborar com seus discursos sobre o professor.

Observamos que os pesquisadores vinculados às universidades são os mais consultados pelos jornalistas na hora de produzir uma matéria sobre o professor. Esses especialistas, em sua maioria, mas não exclusivamente, são professores ligados às Faculdades de Educação. Das universidades, as públicas paulistas são as mais consultadas, sendo que a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo tem significativo destaque¹¹. Também observamos que as fontes nomeadas “oficiais” provindas de órgãos públicos são privilegiadas e, também, o movimento proveniente de uma parceria público e privado nomeado “Movimento Todos pela Educação” também tem recebido significativo espaço na imprensa. Por fim, diferentemente da pesquisa de Ferreira (2002), observamos, em nossos dados, que o professor da educação básica não aparece como uma fonte privilegiada para comentar sua própria condição.

Partindo desse quadro geral de especialistas, optamos por recortar em nossa análise as falas das fontes provindas de Universidade Pública. Seleccionamos da amostra uma fonte (pesquisador vinculado à universidade pública paulista) que foi consultada pelo jornal, usando como critério a recorrência da consulta pelo jornal à fonte; seu envolvimento com pesquisa que se relaciona ao professor de ensino básico e o cadastramento dessa fonte no banco de dados do CNPQ, por meio do sistema do *Currículo Lattes*.

Posteriormente à seleção da fonte, seleccionamos alguns dos trabalhos acadêmicos realizados por ela para consulta, usando como critério para seleção primeiramente a proximidade com a nossa temática e, em segundo lugar, a indicação do próprio autor no currículo *lattes* como sendo um dos cinco trabalhos mais relevantes para sua produção. Além disso, também escolhemos como fonte textos assinados pelo pesquisador que foram publicados em jornal.

Como procedimento de análise, cumprimos duas etapas: primeiro trabalhamos com os textos jornalísticos apontando quais sentidos prevalecem quando o professor é

¹¹ Mesmo a Folha de São Paulo sendo um jornal de circulação nacional, é visível a prioridade dada aos pesquisadores situados nas Universidades Paulistas. Dos 41 especialistas de universidades consultados nas matérias pesquisadas, apenas dois são de universidades de outros estados: a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

notícia e, depois, cotejamos textos provindos do jornalismo com os textos produzidos pelo especialista em seu trabalho acadêmico à procura de traços discursivos comuns e sentidos que se complementavam. Por motivos legais, decidimos não divulgar o nome da fonte pesquisada e dos trabalhos consultados.

Gostaríamos de ressaltar, ainda, que não partimos do pressuposto de que para falar a respeito do professor o jornal e seus jornalistas consultaram as pesquisas acadêmicas que analisamos. Isso para nós é irrelevante, porque entendemos que o discurso se materializa na relação com outros discursos. Nossa hipótese é aquela segundo a qual há um discurso “especializado” em educação, representado por esses pesquisadores, que circula socialmente. Assim, mesmo que um jornalista não tenha lido uma dada pesquisa acadêmica, por exemplo, de algum modo essa pesquisa se materializa no texto jornalístico, isso porque consideramos que ela passou pelo processo de partilha e de divulgação social. Reforçamos que a partilha do conhecimento produzido entre os pares e a divulgação para a sociedade é essencial para validá-la como ciência.

Após apresentar a problemática da tese e o procedimento de recorte do *corpus*, cumpre dizer que ela está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, será apresentado o que fundamenta nossa concepção de jornalismo e sua relação com a concepção de discurso. No segundo capítulo, faremos um levantamento de duas ordens: buscamos o que já foi pesquisado sobre a temática da imagem/representação dos professores no jornalismo em pesquisas acadêmicas e, em seguida, o que se depreende de um levantamento dessa imagem em diferentes jornais brasileiros. Por fim, vamos apresentar o *corpus* principal da tese, composto por matérias publicadas na Folha de São Paulo.

No terceiro capítulo, discutiremos a problemática das fontes de informação no jornalismo e o papel dessa relação para a produção de sentido nas notícias, especialmente na cobertura de educação. No quarto capítulo, trataremos de mostrar nossa concepção de notícia e como suas particularidades incidem sobre os temas reportados pelo jornal.

No quinto e último capítulo, queremos mostrar que a abordagem do discurso pode ser complementada se incluirmos em nossa leitura alguns conceitos da Psicanálise. A partir de então, faremos a análise mais contundente dos dados, dos quais vamos tirar consequência teórica dos textos reunidos e das leituras que fizemos. Por fim, nas considerações finais, procuramos traçar algumas reflexões do percurso teórico e analítico

de nosso trabalho. Além disso, pretendemos, nesta parte final do trabalho, fazer algumas considerações sobre como vislumbramos uma cobertura jornalística da educação que possa ser problematizadora e produtiva, sem incorrer no erro de apresentar nossas posições como expressão única da realidade.

1. O DISCURSO JORNALÍSTICO, LÍNGUA E LINGUAGEM

Neste capítulo, pretendemos situar teoricamente nossa reflexão em torno da língua, linguagem e do discurso, observando o caráter constitutivo da linguagem no jornalismo. Nosso objetivo é ampliar e contribuir com a reflexão teórica sobre o jornalismo, tomando-o como discurso, ou seja, como uma atividade que implica produção humana de organização de sentidos pela linguagem, cuja produção está entrecortada por sentidos vindos de diferentes lugares.

Assim, trabalharemos o jornalismo como um discurso, na perspectiva proposta por Pêcheux, compreendendo que o desenvolvimento jornalístico depende intrinsecamente dos sujeitos que estão implicados em seu fazer. Esses sujeitos, por sua vez, são marcados pelas condições reais de existência. Assim, pretendemos explorar as Formações Imaginárias, conceito formulado por Pêcheux, no interior da teoria do discurso, para colocar em questão quais são as diferentes representações dos sujeitos envolvidos no discurso jornalístico que estão em jogo no momento de produção do discurso. Além disso, pareceu-nos necessário fazer uma reflexão acerca do conceito de Ideologia (HERBERT, 1995) e os seus desdobramentos em Formações Ideológicas que implicam mostrar que não há nada de natural nas formações discursivas que estruturam os discursos jornalísticos.

1.1. Jornalismo como trabalho de linguagem

Falar em jornalismo é, antes de tudo, falar em linguagem. Pensando na história da imprensa, no seu amplo desenvolvimento tecnológico, na ampliação de seu alcance – quase planetário - que permitiu ampliar o poder da indústria da informação e colocar o jornalismo entre os eventos sociais mais importantes para a constituição das sociedades contemporâneas, concluímos que isso só foi possível porque o homem, sendo um sujeito de linguagem, foi capaz de transformar em discurso os eventos que o rodeavam. Não se

trata de afirmar aqui que o jornalismo “retrata a realidade” por meio da linguagem, mas de fazer a aposta de que a linguagem é elemento constitutivo dos sujeitos humanos, aquilo que os faz perceber que são sujeitos e que lhes permite colocar-se em relação com outros sujeitos, significando o mundo. O jornalismo, portanto, não é um produto de linguagem, mas é produzido na linguagem.

Contudo, esse raciocínio pode nos levar a cometer o deslize que é comumente produzido ao se definir o jornalismo como evento de linguagem que é tomá-lo apenas como um meio de comunicação, atualmente, como um meio de comunicação de massa. Esse deslize nos parece perigoso porque ele dá contorno a apenas um dos traços do jornalismo e deixa escapar o que para nós é primordial: o fato de ele ser também um processo de não comunicação.

Comentando R. Balibar, Pêcheux observa que sob o desenvolvimento do projeto de unificação da língua nacional na França instauram-se interesses de classe que tinham como tarefa a uniformização, por um lado, para garantir o livre comércio e, por outro, o reforço das diferenças de modo a não produzir a comunicação e garantir a imposição de uma classe sobre a outra, numa “divisão desigual no interior da uniformização igualitária” (PÊCHEUX, 2009, p. 23).

É justamente por perceber a presença da não comunicação na língua que Pêcheux irá propor problematizar a semântica a partir de uma “teoria do discurso”. O modo como Pêcheux se envereda por esse projeto, recuperando os aspectos filosóficos que constituíram as bases da argumentação semântica – “da filosofia de Aristóteles até a disciplina “científica” que leva hoje o nome de Semântica” (PÊCHEUX, 2009, p. 59), colabora para compreendermos e diferenciarmos conceitos importantes em nosso trabalho: o discurso, a linguagem e a língua. Em sua reflexão “materialista” da ciência, o autor desestabiliza noções como “empirismo” e “objetividade” trazendo uma significativa contribuição para nossa reflexão em torno do jornalismo.

Pensando sobre o modo como a reflexão sobre a semântica foi se tornando o centro das “controvérsias” entre os linguistas, Pêcheux procura desconstruir as problemáticas filosóficas que permeiam o debate, trazendo para a reflexão a história dessas teorias, mostrando que suas reflexões não têm nada de natural e objetivo, mas são processos historicizados que produzem sentidos sobre seus objetos.

Sua crítica focaliza as teorias *empiristas do conhecimento* de um lado e as teorias *realistas* de outro, que provocam significativas deturpações em torno da problemática da língua e da linguagem. Segundo o autor, essas duas formas de olhar para o objeto da linguística desconsideram a história em “proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos” (PÊCHEUX, 2009, p.69).

Tais deslizes são tomados como procedimentos ideológicos que estão implicados em reforçar, de um lado, a natureza da língua como objeto fixo, transparente e, de outro, pensar a linguagem como um processo que se restringe à comunicação. A pretensão nesses modos de pensar a língua e a linguagem é de algum modo uma tentativa de controlar o sentido ou, ainda, “banir” de suas fronteiras a questão do sentido o que, por sua vez, não deixa de ser uma pretensão carregada de sentido.

Comentando o modo como Pêcheux pensa e se posiciona em relação à prática das ciências sociais, Orlandi (2005) tece o seguinte comentário:

Pêcheux pensa o sentido como regulado no tempo e no espaço da prática humana, de-centralizando o conceito de subjetividade e limitando a autonomia do objeto linguístico. Ou seja, critica ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista, a análise do Discurso não trabalha nem com um sujeito onipotente nem com um sistema totalmente autônomo (a língua é relativamente autônoma). (ORLANDI, 2005, p.11).

Pensando nessa passagem e refletindo sobre outro texto de Pêcheux, escrito em conjunto com Claudine Haroche e Paul Henry (SARGENTINI, 2007), observamos que tais desdobramentos ideológicos de algum modo foram provocados pela separação entre língua e fala, ou pelo fato de que, para Saussure “o valor domina a significação” (HAROCHE, PÊCHEUX E HENRY apud NUNES, 2005, p.100). Esse “corte”, como nomeiam os autores, exclui o sujeito da língua já que seu domínio é a significação e permite, ainda que não tenha sido a intenção de sua formulação, o desdobramento nas teorias posteriores de pensar a língua como ahistórica e de pensar o sujeito falante como subjetividade em ato (PÊCHEUX, 2010).

Em um trabalho posterior, *Análise Automática do Discurso*, publicado originalmente em 1975¹², Pêcheux irá precisar a reflexão sobre a perspectiva da língua definida em Saussure e as implicações da oposição saussuriana entre língua e fala:

[...] a língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do “semiológico”) cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas:
 - a exclusão da fala no inacessível da ciência linguística;
 - a exclusão das instituições “não semiológicas para fora da zona de pertinência da ciência linguística” (PÊCHEUX, 2010, 69).

Pêcheux reconhece o avanço trazido por Saussure, mas propõe um desdobramento mais consequente do que foi feito pelas gerações posteriores. Segundo Gadet, Leon, et al (2010), a consequência dada por Pêcheux à reflexão que faz a partir do trabalho de Saussure pode ser organizada em três caminhos: primeiro ele tira proveito do deslocamento entre função e funcionamento da língua e reconhece a língua como um sistema, critica a oposição língua e fala, não em um movimento de “diluição” da oposição, mas, sim, focando na fala. Por fim, traremos das palavras dos autores o terceiro caminho:

o papel atribuído ao “efeito metafórico”. Certamente influenciado também pela leitura de Jakobson (por metáfora/ tal como é apresentado em “Linguística e Poética”), mas talvez, acima de tudo, pela compreensão de uma posição saussuriana sobre a língua, que parece dever algo ao mesmo tempo ao conceito de valor e à convivência com os Anagramas. (GADET, LEON, et al, 2010, p. 42)

Pêcheux, portanto, reconhece que já há em Saussure um entendimento de que há algo mais na língua que uma “instituição” imutável, mas que houve uma opção teórica de priorizar a língua, separando o que é “social” do “individual” ou o que é “essencial” do “acessório e mais ou menos acidental” (SAUSSURE, 1987 apud PÊCHEUX, 2010, p. 60). O autor, contudo, a partir de tal reflexão sobre a língua, propõe um caminho que procura problematizar a língua em seu contingente histórico.

Esse modo de problematizar nos parece que foi possível porque Pêcheux empreendeu uma leitura de Saussure a partir do diálogo com o materialismo histórico e

¹² Segundo Nunes (2005), o texto *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*, foi publicado originalmente no número 24 da revista *langages*, em 1971.

com o sujeito da psicanálise. Uma leitura que escapou ao estabelecido e permitiu inventar algo novo. Tomou algo da teoria lida e transformou pela particularidade da sua invenção, tal como nos fala Riolfi (s/d)¹³ ao refletir sobre o desenvolvimento da autoria.

Sua marca, portanto, inscreve-se a partir da reflexão de que o sujeito sempre coloca seu dizer em direção a um outro – outro sujeito, outro sentido, outro discurso – e, ao fazer uso da língua como sistema, assim o faz a partir de uma materialidade específica. A língua, portanto, ainda que regular, não é opaca. A linguagem é o movimento de relação entre os sujeitos e entre os sentidos e o discurso supõe a língua como sistema, mas em relação à exterioridade (ORLANDI, 1994).

Nesse sentido, consideramos que as formulações de Pêcheux e da análise do discurso são imprescindíveis para pensar o jornalismo enquanto um trabalho que se opera no interior da linguagem, ou seja, enquanto discurso. Nessa abordagem, é impossível pensar o jornalismo enquanto uma prática objetiva com foco na comunicação de informações. Ancorado na língua com suas regularidades históricas, o jornalismo organiza seus discursos a partir da produção de sentidos sobre os eventos e acontecimentos do mundo. Sua formação discursiva nos remete à prática do relato, à produção da informação e, sem dúvida, organiza-se em torno da defesa da objetividade. O que pretendemos demonstrar é que a objetividade jornalística nada mais é que uma das Formações Imaginárias que sustentam os discursos dos seus produtores e que tal formação tem influências diretas no modo como se desenvolve a produção de sentido no texto jornalístico.

Importante ressaltar que nossa leitura da análise do discurso não foi na perspectiva de tornar o jornalismo um objeto da linguística, para ser explicada por ela, ainda que no interior da problemática do discurso. Ao contrário, arriscamo-nos a provocar um encontro do quadro teórico do jornalismo com o discurso, ainda que sob o risco de incorrer em certo desvio da proposta formulada por Pêcheux, procurando, no encontro desses dois terrenos, mobilizar modos diferentes de pensar o objeto que nos interessa, qual seja: o texto jornalístico.

¹³ Trata-se do texto disponível em: <<http://www.jorgeforbes.com.br/assets/files/ensaio-sobre-o-plagio.pdf>>. Acesso em: 10/01/2012.

Feita a ressalva, passaremos para a problematização do conceito de Formações Imaginárias, construído por Pêcheux no quadro da Análise do Discurso, confrontando tal formulação com o modo como se organiza o discurso jornalístico em seu texto mais representativo: a notícia.

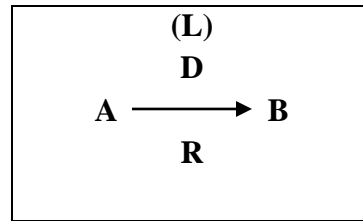
1.2. Discurso jornalístico e Formações Imaginárias

Como vimos na seção anterior, Pêcheux busca dar uma resposta às consequências da separação língua/fala, que nos estudos linguísticos pós-saussurianos acaba por provocar a reaparição “triumfal” do sujeito falante, e o faz propondo que a unidade pertinente para o embate com a língua não é a fala e sim o discurso (FERRARI, 2005). Assim, procura desenvolver o conceito de condições de produção para explicar como se dá a formação de um discurso, que se organiza tanto por “uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua” como pelas “circunstâncias dadas”.

Assim, o discurso se materializa sempre sob as relações de sentidos com outros discursos, já postos, mas com as “deformações” da situação na qual esse novo discurso se materializa. Pensando nesse processo de relação e nos esquemas vigentes que pretendem descrever de modo “extrínseco” do comportamento linguístico, Pêcheux (2009) observa que são dois os esquemas em disputa: o reacional e o informacional.

Partindo do esquema informacional de Jakobson (1963), que tem a vantagem sobre o outro esquema de colocar em evidência tanto os protagonistas do discurso como o seu referente, Pêcheux substitui o termo “mensagem”, do esquema de Jakobson, substituindo-o por discurso.

Riolfi e Igreja (2007) fazem uma releitura estrutural do trabalho de Pêcheux apresentando o percurso trilhado pelo autor até chegar ao conceito de situação comunicativa. Para tanto, tal como Pêcheux, partem do esquema proposto por Jakobson (1963, p.214), reproduzido na sequência:



Sendo:

A: o “destinador”

B: o “destinatário”

R: O “referente”

L: o código linguístico comum a A e a B; o “contato” estabelecido entre A e B;

D: A sequência verbal emitida por A em direção a B;

Na leitura do esquema, considera-se que cada uma das letras representava um dos polos da linguagem em uso, da seguinte maneira: “A” o destinador; “B” o destinatário; “R”; o referente, “(L)”, o código linguístico comum entre A e B; “D” a sequência verbal emitida por A em direção a B, e, finalmente, a flecha indicava o contato estabelecido entre “A” e “B”.

Ao analisar esse esquema, Pêcheux frisa que, do modo como foi montado, ele gerava uma compreensão de que “D” equivalia a uma mensagem, entendida como transmissão de informação. Por acreditar numa concepção de linguagem na qual existem discursos que determinam os textos que são efetivamente realizados, Pêcheux compreende a situação comunicativa não como transmissão de informação, mas, sim, como “efeito de sentidos”.

Como consequência, repensou a natureza de “A” e de “B” no esquema informacional. Assim, para o autor essas letras não sinalizavam a presença física de seres humanos e passou a defender que elas apontavam para “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2010, p. 81) e, na sequência, explicitou o modo como passou a entender para analisar uma sequência verbal qualquer. Em suas palavras: “Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo”. (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Ao ter as condições de produção como uma noção norteadora de seu trabalho, Pêcheux (2010) contrapõe-se a outro lugar teórico, deslocando-se assim da definição empírica de “situação de enunciação” (COURTINE, 2003, p.19-20), do sentido

circunstancial, contextual do trato da sociolinguística em suas variáveis linguísticas, assim como dos estudos baseados na relação entre comunicador e público que se orientam pelo esquema de comunicação de Jakobson (1963).

Desenvolvendo mais acuradamente essa construção, Pêcheux esclareceu, ainda, que, na teoria que vinha construindo, não se tratava da possibilidade de que o lugar (por exemplo, o de patrão ou o de professor) funcionasse como tal no processo discursivo. Para ele, o lugar se encontra presente, mas transformado, ou, como afirma: “em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do próprio lugar e do lugar do outro”. (PÊCHEUX, 2010, p. 81).

Posto isso, o autor esclareceu que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias. Essa generalização redefine a noção de “referente” tal qual foi construída por Jakobson. Assim, ao invés de referir-se a um objeto no mundo, passou a designar um “objeto imaginário”.

Por esse motivo, afirma que “a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, por meio dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas” (PÊCHEUX, 2010, p. 85), cuja função é apontar a imagem que cada um faz do próprio lugar e do lugar do outro, abrindo perspectivas para antecipar, por essa visão imaginária, as representações do receptor com vistas à criação de estratégias de discurso.

Esse jogo discursivo de representação apontado por Pêcheux (2009, 2010) problematiza o entendimento da língua como instrumento que permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não comunicação, ou seja, autoriza a divisão sob a aparência da unidade. Segundo a teoria discursiva do autor, não se trata de transmissão de informação, entendida como codificação – do lado do emissor – e decodificação – do lado do receptor de mensagens que, necessariamente, teriam um sentido.

Para ele, as palavras não têm sentido nelas mesmas, sentido para todo o sempre, fora do tempo, impermeável à situação, enfim, ahistórico. Ao contrário, a compreensão das palavras de um texto passa por um percurso de leitura também exterior, das suas condições de produção.

Assim sendo, pensar a produção jornalística no interior da perspectiva das condições de produção do discurso e das formações imaginárias nos parece um caminho

produtivo para questionar em que medida, ao escrever, um jornalista esquece as imagens que usou para produzir seus discursos, toma seus preconceitos como postulados e produz textos nos quais inclui argumentos que, supostamente, fazem com que os mesmos sejam mostrados como verdades.

Ao construir um discurso o sujeito tem em mente diferentes horizontes imaginários, supõe um outro, constrói o discurso na presença da relação. Pensando nisso, Pêcheux constrói um quadro para organizar tal designação e que aqui apresentamos, de modo adaptado, para incluir nossa reflexão sobre o jornalismo:

Quadro 1 – Questão implícita e significação da formação imaginária (adaptação)

Questão implícita e significação da formação imaginária (PÊCHEUX, 2010, p. 82)	Desdobramentos possíveis para análise da imagem do professor na mídia impressa
“quem sou eu para lhe falar assim?” “Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A”	Que imagem o jornalismo faz de si?
“quem é ele para que eu lhe fale assim?” “imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A”	Que imagem o jornalismo faz do Leitor?
“de que lhe falo assim?” “‘ponto de vista’ de A sobre R”	Que imagem o jornal faz sobre o que escreve?
“quem sou eu para que ele me fale assim?” “imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B”	Que imagem o leitor faz de si no jornalismo?
“quem é ele para que me fale assim?” “imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B”	Que imagem o leitor faz do jornalismo?
“de que ele me fala assim?” “‘ponto de vista’ de B sobre R”	Que imagem o leitor faz do que o jornalismo escreve?

Assim, nas posições colocadas, temos que A é jornal, B é o leitor desses veículos e R corresponde ao referente, ou seja, ao tema que será tratado pelo jornal. Observamos que o referente (R) não deixa de pertencer às condições de produção como observa Pêcheux (2010). Logo, é um *objeto imaginário* construído a partir do ponto de vista do sujeito que escreve e não efetivamente da realidade empírica, afastando qualquer hipótese de ele ser tomado como uma mensagem – representação da realidade objetiva.

Não nos parece que a construção de imagens sobre o leitor seja exatamente uma problemática central no jornalismo, ao contrário, leitores imaginários passeiam pelas redações com tranquilidade e, inclusive, tem o status de instituição. Qualquer jornalista novato sabe, mais ou menos, qual é o perfil do leitor do seu veículo, inclusive, pesquisas do departamento de marketing procuram organizar ao máximo seus interesses e preocupações. Entretanto, o que prevalece é a figura do editor que, a todo momento, lembra o fato de que todos os esforços de clareza e precisão informativa são para o leitor¹⁴.

Pensando nos modos como a imprensa se alimenta de sua própria crítica (BERGER, 2002) e o modo como se aproveita disso para autopromoção de sua credibilidade, lembramos agora de uma propaganda veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na qual, ao se referir a ele mesmo, produz o Slogan: “Folha, de rabo preso com o leitor!”. Assim, para silenciar os discursos que circulavam sobre a parcialidade jornalística, em meados da década de 1980 (CHAIM, 2011), o jornal se posiciona falando que se tem um rabo preso, ele está preso com o leitor. A propaganda tem efeitos até hoje, não é incomum nas críticas ao jornalismo uma ponderação aparecer na sequência: o jornalismo dá o que o leitor quer ler.

Essas afirmações, a nosso ver, indicam apenas que tem funcionado com muita eficácia o discurso de objetividade no jornalismo. Jornalistas, leitores e, por vezes, os críticos do jornal esquecem que o trabalho do jornalismo está implicado, sobretudo, na organização do jornalismo como mercadoria no interior das empresas capitalistas de comunicação (ou “in-comunicação”!). Assim, ao justificar seu esforço exclusivamente no leitor, o jornalismo apaga os mecanismos de suas condições de produção – as relações com os anunciantes, as relações políticas, as relações pessoais de trabalho e as relações entre jornalistas e fontes, enfim, apaga as relações ideológicas implicadas no discurso.

Nesse quadro, parece-nos extremamente pertinente o conceito de Formações Imaginárias para a problemática da nossa pesquisa. Lembramos que pretendemos compreender, a partir da imagem dos professores de educação básica no jornalismo, quais “verdades” que funcionam como axiomas dos jornalistas e como alguns mecanismos discursivos operam para dar, a certos preconceitos, sentidos de valor de verdade.

¹⁴ Voltaremos com mais detalhes a essa questão da imagem do leitor na produção informativa no capítulo 4.

Olhando detalhadamente os questionamentos formulados a partir do quadro de Pêcheux (2010), é possível observar que tais posições imaginárias estão implicadas umas nas outras. Isso significa dizer que a imagem construída pelo jornal sobre o professor não é construída a partir de exemplos concretos de professores (mesmo que se tenha um ou outro depoimento de professor, esse sempre será uma exceção e não representa o conjunto complexo dos professores reais), mas, sim, a partir de discursos assumidos sobre professores pelos jornalistas. Tais discursos derivam da imagem que fazem de si – jornalistas que escrevem em jornais de grande circulação – e a imagem que fazem dos professores da educação básica.

Para conseguirmos dar conta dessa primeira imagem, precisamos problematizar uma questão cara ao jornalismo, o que sustenta o discurso de objetividade: o autor – repórter, grupo de repórteres, editores são a origem do seu dizer? E ainda, o que dizem tem origem na realidade empírica?

Pensando em responder tais questões, na próxima seção faremos uma discussão do conceito de ideologia, a partir de Herbert (1995). Queremos mostrar como esse conceito foi se organizando no interior de uma teoria do discurso até se materializar como Formações Ideológicas, um conceito essencial para a composição das condições de produção do discurso e que nos parece essencial para compor o quadro das Formações Imaginárias.

1.3. O discurso jornalístico e as formações ideológicas

Como vimos brevemente na introdução deste trabalho, consideramos que o discurso jornalístico, especialmente o discurso de objetividade jornalística composto no interior do sistema de produção capitalista, é um discurso perpassado pela ideologia porque se constitui sobre dois esquecimentos: o primeiro é que o discurso se faz passar como representação fiel da realidade empírica, e o segundo é que o sujeito se toma como o produtor, como a origem do seu dizer. Como vimos, esses argumentos têm relação com

nossa leitura de Pêcheux, sobre o pseudônimo Herbert, do trabalho “Observações para uma teoria geral das ideologias”.

As noções ali concebidas foram significativas para que o autor e autores pesquisados pudessem, já no quadro do discurso, formular conceitos que compõem a base da disciplina, como formações imaginárias e discurso (DRESCH, 2005). Cabe, contudo, uma atualização da reflexão sobre a ideologia no quadro da teoria do discurso pensando que o próprio desenvolvimento do campo proporcionou uma precisão do modo como se compreende o conceito.

Em “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas”, Pêcheux e Funchs (1975/2010) recolocam a importância da ideologia para compor o conceito de Formações Ideológicas que, por sua vez, comportam “uma ou várias formações discursivas” (PÊCHEUX E FUNCHS, 1975/2010, p.164). Ao refletir sobre a impossibilidade da ideologia ser concebida como a “expressão” da “base econômica” como se ela não tivesse relação com essa mesma base, se compusesse alheia ao mundo e sua materialidade, os autores indicam que a ideologia deve ser concebida como uma “materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica” (PÊCHEUX E FUNCHS, 1975, p. 162).

Não há aqui a hipótese de tomarmos a ideologia sob suas definições clássicas, como “consciência falsa, equivocada, da realidade” (GORENDER, 1998, p. XXII) elaborada em Ideologia Alemã por Marx e Engels ou como posição no mundo, “consciência de grupo ou classe” (VANDIJK, 2008, p.47). A maior preocupação de Pêcheux e Funchs (1975/2010), no entanto, parece ser menos uma definição de ideologia e mais o empenho em trabalhar seu funcionamento, porque é a partir dele que se observa sua relação intrínseca com o discurso.

Esse funcionamento é, em primeiro lugar, “*determinado em última instância pela instância econômica*” (PÊCHEUX E FUNCHS, 1975/2010, p. 162, grifos dos autores). A consequência dessa determinação é que a ideologia interpela o sujeito e o leva a assumir uma posição de classe sem ao menos se dar conta dessa reprodução. Por outro lado, esse funcionamento é assegurado pelo que, segundo os autores, no pensamento Althusseriano se concebe como “Aparelhos Ideológicos do Estado”. É importante não confundir tais

aparelhos, “instituições” do Estado que, simplesmente, são mecanismos que colocam em relação representações, lugares, posições, remetem às posições de classe.

É nesse momento que os autores implicam a relação da ideologia com o discurso. Pensando nesse complexo modo de funcionamento da ideologia, que pelas condições materiais de existência, pelas posições do sujeito no confronto com essas condições e nas coerções dos aparelhos ideológicos do estado que se formam a cada momento, é impossível supor uma “materialização da ideologia”. O discurso, portanto, será um dos “aspectos materiais” desse modo de funcionamento ideológico ou, nos termos dos autores, das Formações Ideológicas.

Retomemos agora o texto de Herbert (1995) tentando precisar melhor as duas formas predominantes de ideologia sobre as quais o autor se debruça e das quais provêm dois “esquecimentos”, que serão especialmente importantes para a reflexão do autor ao longo do seu projeto teórico.

A primeira forma da ideologia se organiza em torno da problemática da significação e de uma realidade e a tentativa, ilusória, de se eliminar os espaços entre essas duas instâncias. Nos termos linguísticos, trata-se da coincidência entre o significante e o significado (HERBERT, 1995), o que o autor denomina, nesse primeiro momento, como sendo a forma empírica da ideologia:

a ideologia empírica está efetivamente fascinada pelo problema da realidade à qual o significante deve se ajustar: de onde a inevitável função do real atribuída ao homem, enquanto produtor-distribuidor de significações na superfície da realidade concebida como meio do animal humano. (HERBERT, 1995, p. 71)

Tal forma da ideologia provoca, portanto, um “esquecimento” que advém justamente da relação do sujeito com a linguagem, tomando os homens como aqueles capazes de usar o código para comunicar uma ideia. O modo como o sentido é produzido não está na origem das palavras e sim na relação entre elas e os sujeitos, que permite atualizações, retornos, precisões ou, um *jogo de necessária polissemia* (HERBERT, 2005, p. 73):

[...] somente as relações de similaridade e diferença dos significantes permite compreender como se opera a relação de valor, da marca, no sentido linguístico do termo: em uma palavra, é o efeito de similaridade metafórica que permite

colocar corretamente o problema da realidade “realidade exterior” e da prova dessa realidade, não é a realidade que permitiria, a partir de uma ligação originária e não metafórica com o “objeto real”, edificar a posteriori as metáforas.

No trabalho posterior, de 1975, Pêcheux e Funchs atualizam os termos da teoria e falam em defasagem entre “formações discursivas”, mas continuam sinalizando que a produção de sentido não estaria numa representação fiel de uma formação discursiva sobre a outra, mas, justamente, na “relação de paráfrase entre sequências” (PÊCHEUX & FUNCHS, 2010, 167).

O que podemos observar, no entanto, nos dois momentos de formulação, é que ao questionarem a ideia de uma “origem do significado”, os autores mostram que o debate sobre a ideologia é permeado pela necessária reflexão sobre o sujeito e observam que a presença das formas ideológicas como se percebe no discurso também decorre de um modo de apreensão desse sujeito, soberano de sua consciência.

O embate com tal soberania, que se postula a partir da constatação de que o sentido está na relação e não na “gênese”, surge de uma reflexão de Pêcheux sobre a problemática da psicanálise, na releitura da obra Freudiana por Lacan (RODRÍGUES-ACALÁ, 2005) e da aceitação de que todo sujeito é dotado de um inconsciente. Essa aproximação se perceberá de modo mais consequente na segunda forma da ideologia e no modo como opera o segundo esquecimento.

Enquanto a primeira ideologia se organiza sobre a incoerência da coincidência entre significante e significado, a segunda ideologia, que Herbert (1995) nomeia como especulativa, dá-se pelo encadeamento dos significantes, significante com significante, que provém de uma ideia de que o homem é produtor de seus discursos e o sujeito da comunicação usa a linguagem como veículo de comunicação. O esquecimento que resulta desse efeito é provindo do apagamento de que os processos de significação têm relação com os “efeitos de sociedade”.

Tentando precisar melhor o “efeito sociedade”, Herbert recupera em Lacan o enunciado “O significante representa um sujeito para outro significante” (LACAN apud HERBERT, 1995, p.75) e observa que o sujeito se coloca na cadeia sintática em um lugar, posiciona-se no discurso esquecendo a parte social da linguagem que permitiu que ele ali se inscrevesse.

No texto de 1975, a referência a Lacan se dá para precisar as diferenciações dos dois esquecimentos – ainda que na produção discursiva eles convivam abertamente – o primeiro sendo totalmente inacessível ao sujeito e “aparece como constitutivo da subjetividade na língua” e o segundo acessível a esse sujeito, na medida em que ele constantemente retorna ao seu discurso, por antecipações de seus efeitos “e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro” (PÊCHEUX & FUCHS, 2010, p. 176).

Os autores destacam que essa oposição tem relação com os processos de identificação, conceito que também retomam de Lacan:

Esta oposição entre os dois tipos de esquecimento tem relação com a oposição já mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter de identificação imaginária onde o outro é um outro eu (“outro” com *o* minúsculo) e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere o que J. Lacan designa metaforicamente pelo “Outro”; neste sentido o monólogo é um caso particular do diálogo e da interpelação. (PÊCHEUX & FUCHS, 2010, p. 177)

Neste trabalho, será particularmente interessante trabalhar com o conceito de identificação, em complementação com as Formulações de Pêcheux sobre as Formações Discursivas. Pensamos ser fundamental para análise do texto jornalístico, especialmente para a leitura da notícia, compreender quais são as identificações ou o “efeito sociedade” (HERBERT, 2005, p. 75) implicadas para as construções de imagens. No capítulo de análise, procuraremos dar maior consequência ao cruzamento entre Formações Imaginárias, Ideológicas e Identificação.

Assim, fizemos esse percurso sobre o conceito de ideologia e como ele se relaciona com o sujeito na reflexão de Pêcheux para pensar em nosso *corpus*, composto por textos jornalísticos sobre o professor de escola básica. Concordamos com o autor que afirma que o discurso é uma das formas de materialização das ideologias – as ideologias funcionam como Formações Ideológicas organizando as Formações discursivas. Pensamos que, no caso dos textos jornalísticos sobre o professor, as Formações Ideológicas têm suas bases nas conformações do discurso da objetividade jornalística.

Neste primeiro capítulo, procuramos mostrar como o conceito de objetividade no jornalismo não se sustenta teoricamente, considerando sua inscrição como discurso. O

jornalismo, sendo um produto humano, é perpassado pela língua e pela linguagem e, portanto, só faz sentido como um discurso. Após ter trabalhado, ao longo deste capítulo, com os conceitos de língua, linguagem e discurso, focando nas formações imaginárias e nas formações ideológicas, pretendemos no próximo capítulo depreender como esses conceitos podem nos ajudar na leitura do fazer jornalístico e como incidem nesse fazer um modo específico de constituição de imagens sobre o professor.

2. JORNALISMO OBJETIVO E IMAGEM DO PROFESSOR: PROCESSO DE DESQUALIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Este capítulo tem por objetivo fazer um levantamento dos problemas que permeiam o discurso jornalístico quando esse se refere aos professores da escola básica brasileira. Nossa argumentação buscará mostrar que a presença de sentidos pejorativos sobre o professor que atua no ensino básico não é algo novo no discurso jornalístico, nem se localiza em um único jornal.

Nosso trabalho está organizado em quatro movimentos. Em um primeiro, cotejamos pesquisas acadêmicas que versam sobre a imagem do professor no jornal, depois fizemos um levantamento mais amplo em jornais, revistas e matérias publicadas em veículos online, procurando encontrar as possíveis marcas que organizam esses discursos para entender se há coincidência entre o discurso mais geral dos jornais e o discurso específico da Folha de São Paulo. O terceiro movimento foi o de apresentar a Folha de São Paulo como *corpus* principal das nossas pesquisas e, para concluir, problematizamos a cobertura da Folha de São Paulo em educação, mostrando quais marcas são recorrentes para compor um discurso sobre o professor.

Importante ressaltar que o discurso de despreparo e desvalorização do professor parece, a nosso ver, estar organizado numa formação discursiva de desvalorização da educação pública. Assim, a tese que buscamos defender neste capítulo é aquela segundo a qual tal formação discursiva só é possível porque se conforma no interior de uma formação ideológica em que o jornalismo é tomado como portador da verdade que, por sua vez, permite ao jornal construir uma imagem positiva de si.

2.1. Imagem do professor no jornalismo brasileiro: o que dizem as pesquisas acadêmicas

A constatação de que a imagem do professor de educação básica no jornal é pejorativa não parece ser uma novidade em se tratando de estudos em educação que abordam os problemas midiáticos. Por estudos anteriores (CARMAGNANI, 2004; BARBARA e BEBER-SARDINHA, 2004; ROCHA; FERREIRA, 2002, ANJOS, 2008), podemos entender que a imagem do professor há algum tempo tem sido apresentada nos discursos jornalísticos, reportados em seus mais diversos suportes, associada a um sentido pejorativo, a partir do qual se depreende que os saberes e os modos de trabalho dessa categoria profissional são constantemente desqualificados e, muitas vezes, associados como causa da má qualidade da educação brasileira.

Segundo Carmagnani (2004) a chamada “desqualificação do professor” na mídia está atrelada a temas que divulgam os “problemas da educação” e que, de fato, buscam estabelecer novos parâmetros de verdade sobre a escola pública com a veiculação de notícias que apontam o professor como o verdadeiro culpado de toda a crise. Ao analisar matérias e artigos de opinião sobre educação, publicados durante cinco anos (1999 a 2004) no jornal Folha de São Paulo, a pesquisadora observou que há uma repetição no modo de construir sentidos sobre o professor e que esse sujeito está excluído de se colocar, em tal discurso, como um agente de mudança.

A pesquisa de Rocha (2007) estudou quarenta e oito exemplares da revista Nova Escola, publicados entre 2001 a 2004. Analisando os “relatos de experiência” (relatos em que um professor-leitor escreve para a revista Nova Escola) e “experiências relatadas” (relatos em uma experiência de ensino de língua materna realizadas em sala de aula), a pesquisadora identificou a divulgação ao leitor (professor) da importância de se copiar uma figura mítica: o professor ideal. Mostrou duas tendências na divulgação desse modelo: uma de proposição (2001-2002) e outra de imposição (2003- 2004). Assim, podemos entender que a existência e a divulgação de um “modelo de professor ideal” indiciam que o professor brasileiro precisa de um guia externo (como a revista estudada) para a realização de seu trabalho. A investigação aponta, ainda, como um dos possíveis

efeitos dessa divulgação, o favorecimento de uma postura de desresponsabilização por parte do professor em relação ao seu trabalho e a realização de atividades de ensino que não levam em conta a pluralidade de contextos educacionais no Brasil.

Anjos (2008), na dissertação de mestrado intitulada *A educação infantil representada: uma análise da revista Nova Escola (2005-2007)*, analisa as matérias publicadas na revista Nova Escola buscando depreender as representações da educação infantil veiculadas nesse periódico. Uma das conclusões a que o pesquisador chegou é que se observa uma exclusão do professor, a qual Anjos nomeia de “processo de segregação”, enfrentado pelos docentes que não se enquadram no referencial proposto pela revista.

A pesquisa empreendida por Barbara e Beber-Sardinha (2004), que analisou o *subcorpus* do Banco de Português¹⁵, também colabora para confirmar a exclusão do professor de ensino básico. Com o objetivo de analisar a imagem projetada na imprensa sobre o professor, os pesquisadores trabalharam desde as perspectivas da Linguística de *Corpus* e da Linguística Sistêmico-funcional. Analisaram 223.731.280 palavras de textos de jornais e revistas utilizando o Software WordSmith Tools. Dessas palavras, estudaram as sete ocorrências mais frequentes para o “lema” professor e, posteriormente, as sequências fixas de palavras que ocorrem próximas das palavras de busca. Apesar de nossa perspectiva teórica não se aproximar do modelo da pesquisa citada, é interessante destacar as conclusões às quais os pesquisadores chegam a partir da análise dos dados:

Para Barbara & Beber-Sardinha (2004, p. 122), as ocorrências do lema professor e suas realizações mais frequentes que aparecem na imprensa são:

- Professor e professora: são pessoas específicas, qualificadas por um título, ligadas à universidade, que dão opinião à imprensa.
- Professores: o termo corresponde a uma classe de trabalhadores, genérica, ligada a escola pública, associada a reivindicações e movimentos trabalhistas.
- Professoras: são pessoas específicas, de colégio.

A pesquisa conclui que há uma distinção no tratamento dado para os professores de universidades e para aqueles ligados ao ensino básico. Enquanto os primeiros são valorizados em sua individualidade, possuem voz e nome, os segundos, por sua vez,

¹⁵ Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/pos/lael/>>

aparecem frequentemente sem nome, ligados à rede pública, salientando “pontos de sua formação que não são satisfatórios” (BARBARA & BEBER-SARDINHA, 2004, 125). O que se nota, portanto, como observam os pesquisadores, é a valorização dos professores pesquisadores da educação superior e o reforço do desprestígio da profissão docente enquanto categoria da educação básica.

Ferreira (2002), interessado em perceber como se desenrolou um processo de “profanação” do magistério na imprensa carioca, investigou como o professor foi representado no jornal durante cinco décadas, tendo como recorte os textos publicados nos dias próximos à data de comemoração do “dia do mestre”. O levantamento do pesquisador permite perceber que houve uma mudança significativa no modo como o professor veio sendo representado ao longo das décadas de 1940 a 1990, passando de uma imagem sagrada para uma imagem de desprestígio social.

As conclusões das pesquisas consultadas indicam que não é novidade a depreciação docente no discurso jornalístico. Elas permitem-nos recolocar nossa argumentação de que o que há de novo na imagem docente no jornalismo não é sua desqualificação, mas o modo como ela se dá. Percebemos, a partir desse levantamento bibliográfico¹⁶, que o elemento novo nas escolhas jornalísticas para retratar o professor da educação básica não é a desqualificação, mas, sim, o modo de desqualificar o professor. Esse professor, que na pesquisa de Ferreira (2002) foi considerado um profissional missionário, digno de uma valorização “sagrada”, passou por um longo período de difamação e desqualificação. Atualmente, a nosso ver, o discurso sobre essa categoria profissional se pauta numa perspectiva de “exclusão” dos professores que estão trabalhando e de substituição desses por outros, “melhores”.

Feito esse levantamento bibliográfico, passaremos, na próxima seção, a confrontar as conclusões dessas pesquisas com os dados que compõem parte do nosso *corpus* de pesquisa.

¹⁶ Apontamos aqui outros trabalhos que compõem o quadro deste levantamento que não apontamos no texto, mas que foram importantes para qualificar nossa argumentação: VAL (2011) e SACCO (2010).

2.2. Imagem do professor no jornalismo brasileiro: o que se depreende dos dados

Ao analisar as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo, percebíamos uma similaridade naquilo que foi encontrado pelos pesquisadores já citados e o que estávamos identificando em nossos dados. Nesse percurso de análise, fizemos algumas perguntas: Como essa similaridade poderia ser colocada, pensando na imprensa como um todo? Poderíamos afirmar, a partir apenas dos nossos dados, que uma imagem de crítica e exclusão do professor se construía também em outros veículos de comunicação e não só na Folha de São Paulo?

Para responder tais questões empreendemos um levantamento de textos noticiosos e artigos de opinião publicados em diferentes veículos da imprensa nos últimos cinco anos. Ao longo do levantamento, pudemos perceber que o discurso presente na Folha de São Paulo não era, de fato, um caso isolado desse periódico, mas compunha um quadro do que vinha sendo repercutido também em outros veículos. Assim, para a problematização da imagem do professor no jornalismo e para a imagem que o jornalismo faz de si, tomamos esses outros textos também como dados complementares ao *corpus* principal da pesquisa, que apresentaremos na terceira seção deste capítulo.

Reunindo os textos analisados, percebemos que a frequente desqualificação do professor e sua conseqüente responsabilidade pelo fracasso da escola estão sendo acrescidas pelo discurso de “atração dos melhores” para a profissão de professor. Para facilitar o trabalho com os textos, desse levantamento criamos um padrão de nomenclatura baseado na letra L¹⁷ e na numeração de 1 a 5, pela ordem apresentada no Quadro 2:

Quadro 2 - Levantamento complementar ao *corpus* principal

Nº	Data	Matéria
L1	15/10/2009	Professor Nota 10 (Educar para Crescer, Abril:),
L2	02/2010	Como buscar os melhores profissionais para a sala de aula (Revista

¹⁷ Procuramos usar a letra L, como referência ao *corpus* deste levantamento como um modo de diferenciar do *corpus* principal caracterizado com a Letra T.

		Escola, Abril:),
L3	02/2010	É preciso atrair os melhores candidatos a professor (Revista Escola, Abril:),
L4	15/11/2008	“Não estamos a caminho de nada ” ¹⁸ (Época, Abril),
L5	15/10/2010	Dia do professor: Magistério tem dificuldade para atrair novos talentos . (EPTV, Rede Globo),
L6	04/12/2007	Brasil vai mal na educação (JN, Rede Globo).

Cotejando apenas os títulos das matérias que compõem nosso levantamento inicial, chama-nos a atenção a recorrência de termos que se relacionam à “busca”, à “atração” de um novo perfil de professor. Importante, neste momento, salientarmos o que o pesquisador Van Dijk (1997), em seu estudo sobre a estrutura do texto jornalístico, alerta acerca da importância do título para a constituição da notícia. Segundo o autor, o título é ao mesmo tempo o que nos “chama” para leitura e o que “resume” a matéria, garantindo uma compreensão do tema antes mesmo da leitura.

Nesse sentido, é possível apreender pelos títulos o modo como a imprensa organiza seus discursos, ora com afirmações imperativas que diagnosticam uma realidade em geral ruim (matérias L4 e L6), ora em tom prescritivo indicando receitas para o campo da educação com vistas à mudança da realidade relatada (matérias L2, L3 e L5).

Passemos aos textos, buscando depreender as similaridades entre eles, para mostrar como o jornalismo sustenta seus argumentos. Selecionamos as quatro primeiras matérias:

Quadro 3 – Excertos dos textos analisados

Texto L1	Texto L2	Texto L3	Texto L4
Selecionar os melhores professores . Este é o quarto mandamento do estudo da consultoria McKinsey para uma nação chegar ao topo da Educação. O estudo, chamado de Os Sistemas Escolares de	Painel de especialistas organizado pela Fundação Victor Civita aponta oito caminhos para atrair bons candidatos para a docência. (grifos nossos).	Quando se fala em escolha profissional, uma impressão parece ter se espalhado pela sociedade: cada vez menos jovens querem ser professores . A julgar por uma pesquisa encomendada pela	Para João Batista Araújo e Oliveira , um dos maiores desafios do Brasil é atrair professores qualificados : "Nos países onde a educação tem os melhores desempenhos, os

¹⁸ As aspas marcadas nesta matéria foram postas pelo próprio periódico do qual recortamos o exemplo e se refere a uma citação de um especialista entrevistado na matéria.

<p>Melhor Desempenho do Mundo Chegaram ao Topo, diz que: "A qualidade de um sistema educacional não será maior que a qualidade de seus professores." (grifos nossos).</p>		<p>Fundação Victor Civita (FVC) à Fundação Carlos Chagas (FCC), essa ideia - infelizmente - está correta. De acordo com a sondagem, somente 2% dos estudantes do Ensino Médio tem a Pedagogia ou alguma licenciatura (as duas carreiras mais ligadas à sala de aula) como a opção principal no vestibular. (grifos nossos).</p>	<p>professores saem do grupo dos 20% melhores alunos do Ensino Médio. No Brasil, eles são os 10% piores." (grifos nossos).</p>
---	--	---	--

Essas matérias têm em comum o fato de trazerem a fala de “especialistas em educação” para a confirmação do tom já impresso nos títulos: é preciso atrair os melhores. A informação se organiza, portanto, em torno de uma conjunção das opiniões dos especialistas, de dados estatísticos divulgados em pesquisas realizadas ora por instituições privadas, às vezes ligadas ao próprio meio de comunicação que divulga os dados (como a Fundação Victor Civita), ora por instituições públicas legitimadas para diagnosticar a educação pública, ora por organismos internacionais.

Consideramos que pode ser uma tarefa bem rica o trabalho de pesquisar até que ponto os indicadores da educação, produzidos por essas inúmeras instâncias, podem comprovar efetivamente a relação direta entre má qualidade da educação e formação dos professores. Um exemplo que poderíamos citar dessa incongruência é a prova para professores temporários do Estado de São Paulo que foi amplamente noticiada, inclusive pela Folha de São Paulo, após resultados “desastrosos” dos professores avaliados.

Segundo dados da própria secretaria, três mil professores temporários tiraram nota zero no exame (DIMENSTEIN, 2009). Contudo, não saiu no jornal que essas provas sofreram expressivo boicote dos professores, os quais, não concordando com o sistema de avaliação do estado, entregaram a prova em branco. Portanto, ainda que tomemos como dado o argumento de que há problemas em relação à qualidade de ensino na educação no Brasil, pretendemos relativizar o modo como a mídia apresenta tal argumento, responsabilizando o professor como, se não o único, o principal culpado pelos problemas da educação.

Não defendemos que a dificuldade da educação formal brasileira em dar respostas às demandas do mundo do trabalho, aos anseios de mobilidade social da população ou ainda de inserir os sujeitos na cultura legitimada e valorizada socialmente deva ser desprezada pela mídia. A crítica não pode ser desprezada ou ignorada, entretanto, é preciso estar atento ao modo de construção do argumento jornalístico que, ao particularizar o que é histórico, ao inverter o particular para o geral e ao confundir opinião com informação¹⁹ (ABRAMO, 2003), parece muito mais conduzir à paralisia do que à mobilização dos sujeitos envolvidos com a educação para a ação.

Particularmente, no modo de reportar as opiniões da fonte, ainda que o jornalismo pregue o confronto de opiniões e discursos divergentes cooperando sobre o sentido do texto, há uma tentativa de: 1) delimitar a fala do outro, com relação aos sentidos que se busca fazer prevalecer no texto, e 2) excluir do espaço discursivo sentidos que possam divergir ou contrapor, como um regime de verdade, excluindo qualquer possibilidade de opiniões divergentes. Essas tentativas nos remetem aos processos de enunciação, descritos por Pêcheux e Funchs (2010).

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por características colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não dito”. A enunciação equivale pois colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornar preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. (PÊCHEUX & FUNCHS, 2010, p.175)

Diremos que, no jornalismo particularmente, o discurso do outro é muito importante nesse processo enunciativo, sendo a voz do especialista a fronteira que delimita, no texto, o que está autorizado, enquanto sentido legítimo, e o que não está autorizado. Particularmente na cobertura jornalística sobre educação, em especial quando se trata do professor, observamos que essa produção de sentidos está entrelaçada com bandeiras legítimas construídas pelo próprio campo da educação.

Não podemos deixar de retomar que o modo como se dá o processo de enunciação e os seus “efeitos de ocultação” de determinados sentidos se constitui, para Pêcheux e

¹⁹ Abramo (2003) trabalha com muitos outros padrões de manipulação da grande imprensa: padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrões de inversão – desmembrado em muitos outros –, padrão de indução e padrão global. Resumimos aqueles que nos parecem mais significativos, embora pretendemos retornar aos outros padrões no momento da análise.

Funchs (2010), um dos modos de esquecimento, o segundo, na classificação dos autores, que faz com que o sujeito se autorize a “precisar” o que ele gostaria de ter dito. Portanto, mais uma vez, observamos que uma das marcas essenciais do jornalismo objetivo, o reportar falas de fontes de informações, implica uma operação ideológica.

A partir dessas reflexões pensamos que podemos formular que o que sustenta a “objetividade” é, em princípio, um processo semântico de produção de sentido, significativamente implicado com a ideologia. Se, historicamente, a fonte de informação se constitui como uma resposta ao sensacionalismo na imprensa e constitui as bases do jornalismo objetivo (LAGE, 2003), podemos mesmo afirmar que a base que sustenta o jornalismo é da ordem da ideologia. O seu dizer, sempre reportado ao outro, comporta a pretensão de recobrir toda a realidade.

Fizemos essa pequena antecipação da imagem que a mídia constrói sobre si para poder argumentar que o que sustenta a imagem do professor para o jornalismo são as fontes e, talvez, isso possa explicar porque ao construir uma imagem do professor os jornalistas o fazem recuperando bandeiras do próprio campo, ainda que com as restrições e as deformações inevitáveis ao processo de adaptação ao novo discurso. Voltaremos a dois dos seis textos jornalísticos que selecionamos, para que se depreenda melhor nossa argumentação.

Quadro 4 – excerto em destaque de L1 e L2

	Texto L1	Texto L2
Trecho A	Outros estudos comprovam que o professor é o principal responsável pelo sucesso da aprendizagem . Seu conhecimento e sua atuação em sala de aula são o fator mais decisivo para o desempenho da turma, ultrapassando em importância o material didático e as metodologias de ensino . Não por acaso, escolher bons profissionais é uma das políticas mais disseminadas entre os países de alto desempenho. (grifos nossos)	Muitos docentes abandonam a carreira pela frustração de não ajudar os alunos a aprender . As deficiências de formação , que começam na Educação Básica, se aprofundam nas Licenciaturas e nos cursos de Pedagogia - segundo pesquisa FVC/FCC de 2008, apenas 28% das disciplinas da grade curricular se destinam à formação profissional específica . A mudança passa pela transformação dos currículos das graduações de Educação, com mais espaço para as didáticas específicas. (grifos nossos)
	Outro dado emblemático é que cerca de 48% das famílias dos professores	É preciso reforçar o saber específico que o profissional possui: o conhecimento

Trecho B	têm renda mensal de no máximo três salários mínimos. Configura-se, assim, um círculo vicioso: jovens mal formados ingressam numa carreira desprestigiada - apesar de estratégica - e vão lecionar para crianças e adolescentes que sairão da Educação Básica igualmente mal formados (grifos nossos).	didático e o controle das ferramentas pedagógicas, algo que se constrói não apenas na graduação , mas ao longo de toda a trajetória profissional. (grifos nossos)
----------	--	--

No trecho A do texto L1, percebemos marcas que indiciam uma possível valorização do professor: *o principal responsável pelo sucesso; seu conhecimento e sua atuação; fator mais decisivo*. Uma leitura possível é que o jornalista está dialogando, nesse trecho, com os debates do campo da educação sobre a necessidade de uma formação que valorize o professor, contemplando tanto os conteúdos quanto a prática pedagógica.

Nesse sentido, a matéria nos remeteu ao levantamento histórico das políticas de formação de professores no Brasil, realizado por Saviani (2009). Nesse trabalho, o autor faz uma recuperação de como tais políticas foram se desenvolvendo ao longo dos anos, começando pelas escolas de primeiras letras (1827-1890), passando pelo estabelecimento e expansão das escolas normais (1890-1932), pela organização dos Institutos de Educação (1932-1939), pela organização e implantação dos cursos de pedagogia e consolidação do modelo das escolas Normais (1939-1971), pela substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996), até o advento dos Institutos Superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia (1996-2006).

Ao detalhar cada um dos momentos citados, Saviani (2009) verifica em que fundamentos teóricos cada uma das políticas, nos diferentes períodos, foi baseada. Conclui que elas se estruturaram, cada uma a seu modo, em dois modelos diferentes: o primeiro baseado nos conteúdos culturais e cognitivos, em que prevalece a valorização do conteúdo e dos conhecimentos que o professor deverá ministrar, e o segundo, pedagógico-didático, em que prevalece a ideia segundo a qual a formação do professor só é completa com o efetivo preparo pedagógico-didático. Segundo o levantamento do autor, o primeiro modelo foi o que predominou nas universidades e instituições encarregadas de formar professores secundários. Já o segundo modelo predominou na formação dos professores primários.

Para o autor é justamente a dissociação (não natural) desses dois modelos que gera as principais fissuras nas políticas de formação docente: “Ora, se a raiz do dilema está na dissociação entre os dois aspectos que caracterizam a função docente, compreende-se que ambos os modelos desemboquem em saídas embaraçosas, isto é, que não resolvem o dilema em que eles próprios se constituem”. (SAVIANI, 2009. p 151).

Percebemos até, então, uma coincidência na avaliação do texto jornalístico com a problemática teórica do autor. A diferença está no desdobramento e nas preposições para solucionar o problema. Para o autor, para resolver os dilemas em que a formação dos professores está colocada, a tarefa central é combater a dissociabilidade entre forma e conteúdo a qual a formação está entregue. A proposta, para tornar viável essa recuperação, é partir do ato docente como fenômeno concreto, no interior da escola.

Assim, o autor propõe que o livro didático seja retomado como peça central da formação docente. Por sua característica de unir o conteúdo com a forma, na avaliação do autor, o livro é uma ótima ferramenta para tornar objetivo o processo de formação. Ainda segundo o autor, é necessário criar uma cultura de análise desses livros no ambiente de formação dos professores, oferecendo, assim, a oportunidade de os alunos refletirem ao mesmo tempo sobre o conteúdo que é passado em sala de aula e sobre o modelo pedagógico ao qual está submetido.

Voltando ao primeiro texto jornalístico, ainda que tenhamos identificado uma aproximação com as posições de Saviani (2009), que aqui apresentamos sumariamente, observamos que as indicações do jornalista para resolver as dicotomias da formação são diferentes do pesquisador. Vemos que: “*Não por acaso, escolher **bons profissionais** é uma das políticas mais disseminadas entre os países de alto desempenho*”. Desse enunciado, algumas leituras prevalecem: 1) escolher bons profissionais é a solução para acabar com a dicotomia apresentada anteriormente; 2) Nós não selecionamos bons profissionais, por isso não temos alto desempenho.

O discurso da educação sobre a necessidade de articulação entre teoria e prática encontra-se presente, mas transformado, em seus próprios termos, no jornalismo. Não podemos perder de vista que os dois primeiros textos desenrolam-se em uma revista cujo leitor suposto parece ser o próprio professor e outros profissionais que trabalham na

educação. Assim, o que é dito encontra-se perpassado pelo “já dito” e pelo “já ouvido”, mas especialmente é marcado pela imagem que a revista faz do professor (Ia(B)).²⁰

Retomamos o exemplo de Pêcheux (2010) para ter isso um pouco mais claro. Em uma série de discursos que tratam igualmente da *liberdade*, por exemplo, dependendo das posições que assumem no discurso os enunciados e receptores, “assistimos a um deslocamento do elemento dominante nas condições de produção do discurso.” (PÊCHEUX, 2010, p. 86). Em um discurso terapêutico, o que mais importa é a imagem que o paciente faz de si (Ib(B)); na relação pedagógica é a imagem que os alunos fazem daquilo que o professor diz (Ib(Ia(R)), ou em um discurso de um diretor de prisão, o que é mais significativo é a imagem do diretor frente aos detentos (Ib(A)) (PÊCHEUX, 2010).

Nesse mesmo sentido, tentamos colocar o jornalismo e pensar sobre o elemento dominante nas condições de produção do discurso. Percebemos que quando se trata de veículos que têm entre seus leitores possíveis o professor, o que prevalece é a imagem que o jornal faz do professor, ou seja, Ia(B), mas em textos cujos leitores possíveis são mais heterogêneos, ou seja, quando não se trata de um jornalismo especializado em educação, o que prevalece é a imagem que o jornal faz de si para falar sobre o professor, enfim, Ia(A). Apenas retomando os títulos dos dados apresentados nesta seção, podemos chegar a essa constatação, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 5 – Imagens dominantes nas matérias analisadas

Títulos	Imagens	Dominante
(L2) Como buscar os melhores profissionais para a sala de aula (Revista Escola, Abril: 02/2010)	Positivo	Ia(B)
(L3) É preciso atrair os melhores candidatos a professor (Revista Escola, Abril: 02/2010)	Positivo	Ia(B)
(L5) Dia do professor: Magistério tem dificuldade para atrair novos talentos. (EPTV, Rede Globo: 15/10/2010)	Negativo	Ia(A)
(L4) Não estamos a caminho de nada . (Época, Abril 15/11/2008)	Negativo	Ia(A)
(L1) Professor Nota 10 (Educar para Crescer, Abril: 15/10/2009)	Positivo	Ia(B)
(L6) Brasil vai mal na educação (JN, Rede Globo: 04/12/2007)	Negativo	Ia(A)

²⁰ Remetemo-nos rapidamente à fórmula já apresentada no capítulo 1, em que Ia(B) é a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, permeado pela questão: Quem é ele para que eu lhe fale assim?

Ainda que nos títulos dos textos (L2 e L3) já haja uma indicação de falta em relação aos professores, marcada pelos verbos “buscar” e “atrair”, nota-se que nos textos das revistas especializadas, em que um dos leitores possível é o professor (L1, L2 e L3), há uma preocupação em não trazer marcas negativas. Já nos textos em que os veículos não são especializados e, portanto, os leitores possíveis são heterogêneos, os sentidos negativos sobre o professor ou a educação já aparecem nos títulos: *tem dificuldade; não estamos a caminho de nada; vai mal* (L4, L5 e L6).

Tal característica pode explicar porque conseguimos perceber nos textos L1, L2 e L3 uma preocupação muito maior em incorrer em formações discursivas da educação. A imagem do professor para o redator dos textos L1, L2 e L3 é dominante Ia(B). Para tornar seu discurso coerente, antecipa questões que interessam ao seu público.

Já observamos na primeira análise dos trechos destacados que uma das imagens que supomos ser antecipada, com base inclusive em questões levantadas pelo próprio campo da educação, é a qualidade da formação do professor. Retomando esse aspecto, além da particularidade da dissociação entre teoria e prática, observamos no texto outras “razões” para a má formação.

Quadro 6 – Trecho em destaque de L1

Texto L1	
Trecho B	Outro dado emblemático é que cerca de 48% das famílias dos professores têm renda mensal de no máximo três salários mínimos. Configura-se, assim, um círculo vicioso: jovens mal formados ingressam numa carreira desprestigiada - apesar de estratégica - e vão lecionar para crianças e adolescentes que sairão da Educação Básica igualmente mal formados (grifos nossos).

Nesse trecho, chama-nos particularmente atenção os adjetivos escolhidos: *emblemático, máximo, vicioso*, que marcam a restrição que se pretende para o sentido, procurando direcionar o leitor para confirmar a posição do texto de que o dado apresentado tem uma única interpretação possível.

Podemos notar esse efeito ao olharmos para o dado de que **cerca de 48%** das famílias dos professores têm renda de até três salários mínimos. Esse dado se torna emblemático quando o relacionado ao valor máximo dos salários dos docentes. Entendemos há algo a mais sendo dito junto com os **dados**: a tentativa de criar uma relação entre origem social e desqualificação docente. Isso se confirma com o uso da expressão “**círculo vicioso**”.

Além disso, não podemos esquecer que o uso desse termo carrega uma conotação de algo imutável, pois o que está “dado” não é contestado, não precisa de prova, é aceito, ainda que na sequência o redator deixe escapar que há uma imprecisão no levantamento do dado com o advérbio “cerca de”. Porém, o que para nós é mais importante é que de alguma forma o texto entra na problemática do salário do professor, que é um embate constante no campo da educação. Para explicitar essa conotação para o leitor, faz-se necessário uma apresentação de outros trechos do primeiro texto:

Quadro 7 – Excertos em destaque do texto L1

Texto L1	
Trecho C	Graças a uma formação de ótima qualidade , a salários iniciais atraentes - o equivalente a 4 mil reais mensais - e à valorização da função de professor, a Coréia do Sul consegue direcionar para o Magistério seus melhores alunos
Trecho D	Situação bem diferente é encontrada no Brasil, onde 30% dos estudantes de Pedagogia saem do grupo com as piores notas no Ensino Médio. Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2005 mostram que apenas 2% desses cursos tiveram nota máxima.
Trecho E	Pesquisa realizada com base nesse exame pela consultora em Educação pública Paula Louzano mostra que 50% das mães dos futuros professores concluíram apenas o 1º ciclo do Ensino Fundamental - contra apenas 19% dos estudantes de Engenharia, por exemplo. Outro dado emblemático é que cerca de 48% das famílias dos professores têm renda mensal de no máximo três salários mínimos.

Os dados escolhidos para comparar a Coréia do Sul com o Brasil não são todos correspondentes. Enquanto no caso da Coréia do Sul são apresentados a formação (boa) e o salário alto como fatores para a atratividade da carreira (trecho A), no Brasil, ainda que apareça também a formação (má), é na inscrição social e não no salário que se justifica a baixa atratividade da carreira (trechos D e E).

Como podemos depreender do trecho E, a origem social dos professores é observada pela comparação entre a formação materna dos egressos dos cursos de

pedagogia e de engenharia²¹, juntamente com a renda mensal. O jornalista, contudo, não dá essa informação sobre a origem social dos pais dos professores coreanos, o que pode conduzir o leitor a certa naturalização da relação baixa renda/má qualidade. Esse sentido de naturalização reforça-se no último parágrafo, que já apresentamos no trecho B: “Configura-se, assim, um círculo **vicioso**: jovens **mal formados** ingressam numa carreira desprestigiada - apesar de estratégica - e vão lecionar para crianças e adolescentes que sairão da Educação Básica **igualmente mal**” (Trecho B).

Além disso, ainda que o jornalista indique que a questão salarial é relevante, ao assinalar que o valor inicial do “exemplo que deu certo” é alto, ele não dá consequência a esse dado por não apresentar o salário do “exemplo que dá errado”. Assim, vemos que mesmo que o jornalista tente dialogar com bandeiras do campo da educação, apresentando a problemática da formação e do salário que poderia sugerir um tratamento valorativo do professor, consideramos que, ao reduzir a formação ao campo do “selecionar o melhor” e o salário a uma questão de “origem”, o efeito de sentido pretendido de fato é o de desprestígio e o de defesa da “atração” de melhores professores.

Retomando o trabalho de Saviani (2009), lembramos que o autor é bem enfático ao afirmar que uma política real de valorização docente - em termos salariais e em condições de trabalho - são os fatores primordiais para gerar uma mudança efetiva na educação. Para o autor, os problemas de condições de trabalho que envolvem a carreira docente não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados, como também prejudicam a formação, pois “operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos” (SAVIANI, 2009, p.153)

Assim, pensamos que defender uma melhoria de salário dos professores, contextualizado no sentido que imprime Saviani (2009), é diferente de defender o salário como “atrativo” docente no qual aposta o texto analisado. Enquanto a primeira posição sugere a valorização real do conjunto dos professores que já atuam, a segunda remete à idealização de trocar os professores por outros melhores. Na segunda posição há uma excessiva aposta na responsabilidade do professor sobre os problemas da educação e,

²¹ Dados da pesquisa CEMPRE, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009), demonstra que existe relação entre o nível de escolaridade e os salários. Em 2009, os trabalhadores assalariados com nível superior ganharam 225% a mais do que os trabalhadores sem nível superior.

portanto, uma desconsideração de contingentes históricos, políticos, sociais e econômicos que contribuíram para desorganização – ou não organização – da educação no Brasil.

Nesse sentido, é particularmente pertinente o trabalho desenvolvido por Lüdke & Boing (2004), no texto “Caminhos da profissão e da profissionalidade docente”, no qual os autores discutem a precarização do trabalho docente sob a perspectiva da identidade docente em tempos de introdução das novas tecnologias. Para tal empreendimento, os pesquisadores procuram contextualizar os processos que possibilitaram a precarização do trabalho docente e observam que há uma série de eventos históricos, políticos e econômicos que influenciaram não só defasagem salarial, mas toda uma desestruturação do trabalho docente no país.

Para Lüdke e Boing (2004), o ponto mais representativo para o declínio da profissão é a desvalorização salarial. Nesse sentido, defendem que isso se deu em função de uma mudança política de se pensar os investimentos em educação. Um evento emblemático dessa mudança é a supressão da política de vincular recurso da receita de impostos para a educação em 1967, o que desresponsabiliza as esferas federal e estadual em destinar recursos para a educação básica.

A partir desse evento, com base no estudo de Melchior (1980), os autores argumentam que o salário do professor e seu aperfeiçoamento deixaram de ser vistos como um investimento em educação e passaram a ser tomados como gastos; enquanto a compra de bens duráveis e o investimento na estrutura física de escolas são entendidos como aumento da riqueza da nação. Ao atualizar tal debate observando o impacto das novas tecnologias no trabalho dos professores, os autores observam que a tendência política de valorizar “bens duráveis” ou “recursos tecnológicos” permanece e que a entrada dessas tecnologias impacta o trabalho do professor e nem sempre representa melhorias nas suas condições:

É possível traçar vários paralelos entre as razões que justificavam a construção de escolas, no final da década de 1960, e os argumentos que acompanham, hoje, as propostas de incremento tecnológico nas escolas. Será que, novamente, a melhoria da estrutura física será alcançada com prejuízo para os professores? Os aspectos salariais, embora mais indicativos, não cercam todos os problemas que envolvem a precarização do trabalho dos professores. Pensando a docência a partir das profissões, o tema das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pode suscitar várias outras preocupações, como é o caso de sua desvinculação do saber específico e da intervenção própria do professor ao

utilizar os recursos dessas novas tecnologias. (LÜDKE E BOING, 2004, p. 1175)

Assim, o declínio do salário dos professores não é um evento isolado, mas advém de todo um processo político, com contingentes históricos e econômicos, de modo que ainda que tenha aparecido como investimento em educação, não privilegiou efetivamente a educação. Consideramos que os textos analisados até aqui se inscrevem justamente no esquecimento desses contingentes, o que acaba por reforçá-los.

Ainda que o professor seja apresentado como o centro da educação, como podemos depreender do trecho A, do texto 1, no excerto: “**o professor é o principal responsável pelo sucesso da aprendizagem. Seu conhecimento e sua atuação** em sala de aula são o fator **mais decisivo** para o desempenho da turma, ultrapassando em importância o **material didático e as metodologias de ensino**” (Revista Escola, 2010, grifos nossos)

Acreditamos que essa importância é suplantada pela constatação de que os professores brasileiros não possuem um perfil qualificado. O texto 1, que retomamos com o excerto acima, desconsidera os anos de “desinvestimento” no professor em termos salariais e em formação e atribui à má formação e à origem social do professor, o que, por sua vez, reforça a ideia de que o professor está despreparado para lidar com o seu trabalho.

Nesse sentido, cabe um último retorno aos textos, agora retomando trechos do segundo texto, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 8: Excertos em destaque do texto L2

Texto L2	
Trecho A	Muitos docentes abandonam a carreira (1) pela frustração de não ajudar os alunos a aprender . As (2) deficiências de formação , que (3) começam na Educação Básica, se (4) aprofundam nas Licenciaturas e nos cursos de Pedagogia - segundo pesquisa FVC/FCC de 2008, apenas (5) 28% das disciplinas da grade curricular se destinam à formação profissional específica . A mudança passa pela transformação dos currículos das graduações de Educação, com mais espaço para as didáticas específicas. (grifos nossos)
Trecho B	É preciso (6) reforçar o saber específico que o profissional possui: o conhecimento didático e o controle das ferramentas pedagógicas, algo que se constrói não (7) apenas na graduação , mas ao (8) longo de toda a trajetória profissional . (grifos nossos)

Nesse texto, percebemos um reforço da responsabilização do professor e da sua má formação no que tange às deficiências da escola. Como podemos observar no trecho A, há uma gradação dos problemas e das dificuldades do professor que começam (3) na formação inicial e se aprofundam (4) nos cursos de licenciatura e de Pedagogia destinados a formar os professores.

Por estarem mal formados, em função de *sua própria* trajetória pessoal, os professores abandonariam a profissão *pela frustração de não poder ajudar os alunos* (1). O texto, portanto, silencia com relação aos salários e aspectos materiais da prática docente que estão envolvidos na frustração com a profissão, marcando de algum modo que os professores são tão responsáveis pelo fracasso da escola como pelo seu abandono.

Em vez de trazer as melhorias nas condições de trabalho e na valorização salarial, o texto aponta que a solução para o problema do fracasso escolar, tanto do professor como do aluno, está na própria formação do professor, como podemos depreender do trecho B em (6) e (7), no qual se valoriza sobremaneira a formação do saber específico e de modo contínuo na trajetória do professor (8). Ou seja, o professor não só é responsável pelo contingente de fracasso na escola, por não estar bem formado, como ele deve se submeter à ideia de que é um profissional em constante formação.

Para pensar os motivos que levam os professores a abandonar o magistério e que poderiam nos ajudar a contextualizar tal análise, recorreremos a trabalhos que discutem o “mal-estar docente”. Novamente, incidimos sobre os textos jornalísticos, percebendo que eles procuram naturalizar o que é histórico, nos termos de Perceú Abramo (2003), ou procuram construir seus enunciados em “determinações sucessivas”, que procuram sustentar o “dito” e rejeitar o “não-dito”, nos termos de Pêcheux (2010).

O não-dito, nesse caso particular, é a existência de outras interpretações que possam justificar o abandono docente. Nessa perspectiva, a pesquisa de Bueno e Lapo (2003) ajuda-nos a problematizar o “dito” no texto jornalístico, já que as autoras observaram que os motivos para o abandono são diversificados.

A pesquisa citada foi desenvolvida com professores da rede de ensino do Estado de São Paulo que, no período compreendido entre 1990 e 1995, pediram exoneração do cargo. Com base nas análises desenvolvidas por José Manuel Esteve sobre o “mal-estar

docente”, as pesquisadoras analisaram os relatos desses professores(as) e procuraram identificar os indicadores que construíram a trajetória de abandono da profissão. Segundo as autoras, a constituição do processo de abandono se dá, em grande parte, pela vivência frustrada com o ambiente escolar em que as realizações das expectativas profissionais e pessoais não se efetivam.

Entre os aspectos que as pesquisadoras puderam depreender dos depoimentos, além dos baixos salários, estão a insatisfação com a organização do sistema educacional e o modo de organização do local de trabalho. Segundo as pesquisadoras, os dois últimos são fatores que influenciam o aumento da burocracia do trabalho docente e cerceiam sua autonomia, limitando também a possibilidade de aperfeiçoamento profissional. Além disso, as autoras destacaram que as qualidades das relações interpessoais no trabalho pesam para a satisfação e a insatisfação do professor no trabalho. Ou seja, a qualidade das relações tanto entre colegas, diretores, professores, pais e alunos, é um fator que pode gerar estímulo e desestímulo para o docente ao longo de sua carreira.

Todos esses fatores levam à percepção de que o trabalho que está sendo realizado não tem relação com as suas necessidades, expectativas e interesses, ou seja, o trabalho docente não corresponde às representações que o professor tem e nem está sendo suficiente para concretizar o seu projeto de futuro. A não correspondência entre o real e o idealizado e entre o real e o projetado dificultam a produção de vontade e esforço para manter os vínculos existentes. (BUENO E LAPO, 2003, p. 78)

Segundo as autoras, o abandono, não se dá de forma imediata, mas ele passa por uma série de etapas que é resultado de um processo pessoal dos professores que procuram evitar as perdas relacionadas com a decisão de abandonar o trabalho escolar. Entre os modos de abandono citados estão os abandonos temporários, em que o professor usa de recursos existentes no próprio sistema para se afastar da situação de trabalho, mas sem perder o vínculo profissional.

As autoras classificam os tipos especiais de abandono como os de remoção e de acomodação. O primeiro seria a estratégia de mudar de escola, buscando sair de espaços de conflitos ou, ainda, melhorando a qualidade do trabalho com a diminuição do tempo gasto com o transporte para a escola. O segundo seria uma estratégia pessoal de se afastar física e emocionalmente do ambiente de trabalho, cumprindo o mínimo de atividades necessárias e possíveis, apenas para manter o vínculo empregatício. Entre essas

estratégias, as autoras destacam as licenças com e sem vencimento, a diminuição de aulas assumidas e a não participação em reuniões e atividades não obrigatórias.

Ainda que esse levantamento acerca dos motivos que influenciam na decisão de abandonar o magistério não seja conclusivo, aponta que seria um reducionismo extremo atribuir o abandono docente a um único fator como o da “frustração” de não conseguir ensinar. Observamos que o texto jornalístico analisado, portanto, pretende reduzir as possibilidades de interpretação. A nosso ver, essa pretensão se dá justamente para corroborar a imagem do professor mal formado que precisa ser substituído por outros melhores.

Assim, observamos neste material mais geral a presença de uma imagem negativa do professor, um sujeito a ser substituído. Pretendemos complementar nossa análise, na próxima seção, observando que tal imagem do professor só se constrói no jornalismo graças a uma imagem positiva que o produtor dos textos tem de si.

2.2.1 A imagem que o jornalismo faz de si

Considerando a análise precedente, pretendemos nesta seção depreender a imagem que o jornalismo faz de si para escrever sobre o professor. Observamos na seção anterior que nas condições de produção do discurso jornalístico prevalece a imagem do professor Ia(B) quando se trata de um jornalismo especializado, em que o professor é suposto como leitor. Entretanto, em um jornalismo em que os leitores são mais heterogêneos, prevalece a imagem que o jornal faz de si Ia(A). A existência de tais imagens, contudo, não descarta que há de fato uma conduta no jornalismo de procurar antecipar imagens sobre o professor, dialogando com a esfera da educação, ainda que de modo transformado nos termos jornalísticos.

O que observamos e apontamos na seção precedente é que há uma tendência à generalização e à redução da complexidade que permeia o trabalho do professor, fixando os problemas da educação em termos de formação e de substituição dos professores. Esses modos de contar a história dos professores precisam ser sempre problematizados. O

texto jornalístico, nesse sentido, nunca deve ser tomado como um dado objetivo, um relato da realidade, mas sim como interpretações dos fatos a partir de contingentes econômicos políticos e sociais.

Porém, admitimos ser complicado esperar do jornalismo muito mais do que ele se propõe. Em primeiro lugar, partilhamos da ideia que o jornalismo procura operar com os discursos que circulam em nossa sociedade e, dessa forma, está diretamente ligado às diferentes práticas discursivas e envolvido com as ideologias construídas por essas práticas que se instalam pelos e nos conflitos sociais (VANDIJK, 1980), ou seja, o que está dito no jornalismo é legitimado e compartilhado discursivamente em muitas outras instâncias sociais.

Em segundo lugar, não podemos perder de vista que o jornalismo contemporâneo se organiza no interior dos Meios de Comunicação de Massa, ou nas *Mídias* e, portanto, estamos falando de um negócio e, como comércio, as práticas discursivas mais valorizadas serão aquelas que podem representar maior margem de lucro.

Em sua pesquisa sobre a revista *Realidade*, Barzotto (1998) observa, a partir da análise de um dos editoriais da revista, que a defesa do direito de informar é indissociável da defesa do direito de comercializar: “Como foi dito no editorial do n. 1 defende-se, neste caso, o direito a **“realizações da livre iniciativa”**, cujo controle é exercido por grupos de grande poder econômico sustentados por (e sustentando) políticas governamentais” (BARZOTTO, 1998, p. 18, grifos do autor).

Não podemos estranhar, portanto, apesar de longos debates sobre a imparcialidade jornalística, promovidos, inclusive, pela própria imprensa, que haja no processo de produção da notícia de um modo geral, e em todos os outros textos que podemos encontrar no interior do suporte jornal, escolhas que privilegiem uma orientação editorial em detrimento de diferentes posições que existe em nossa sociedade. Contudo, não devemos perder de vista que a credibilidade da informação é um elemento essencial para a manutenção do jornalismo e para conferir a ele a prerrogativa, inclusive de vender-se como negócio.

Um bom exemplo da importância do produto informação para o negócio jornal nós encontramos quando analisamos brevemente uma propaganda veiculada em um jornal de circulação nacional: a peça publicitária para venda de telefones portáteis

simulava a capa do jornal do dia, cobrindo a capa original, substituindo a diagramação tradicional do jornal por pequenos aparelhos eletrônicos que remetem ao produto anunciado. Nas pequenas telas dos aparelhos figuram em destaque: a informação do dia (Folha de São Paulo, 22 de maio de 2011).

Figura 1 – Capa da Folha de São Paulo (FOLHA, 2011a)

FOLHA DE S. PAULO
 UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 SÃO PAULO, 22 DE MAIO DE 2011 • R\$ 4,00

Congresso trava lei de enriquecimento ilícito
 Proposta parada, enviada à Câmara em 2005, prevê pena de até 8 anos de reclusão

Foucault além do bem e do mal, por Alcino Leite
 Neto Pág. 4 e 5

Nota de Palocci gerou analogia enganadora
 Palocci 22

Advogada dá FE
 A advogada Ana Lídia Aguiar, 48, critica ferrenha a mobilização de pessoas que pedem a ser reconhecidas como autistas, atribuído a Amílcar Duarte. Um vídeo registra as homenagens da religião. Poder 218

Negros ainda têm poucos cargos de chefia no Brasil
 Pesquisa em 100 maiores empresas mostra que negro ocupa pouco cargo de chefia no país - sendo em 13,2% dos postos de gerência e em 5,2% das diretorias. Ainda assim, a participação não de obra negra foi superior em cerca de 10% em 2010 para 10,5% em 2009. Mercado 18

CLASSIFICADOS
 74 7.619 páginas abertas

EDITORIAIS
 Lula "Cartão de visita" do Brasil, sobre a proposta do governo de reformas para os impostos, e "Metódo sob a mangalha" sobre a concessão da linha S-BUS.

ATMOSFERA
 Coluna de opinião

FALE COM A FOLHA
 Serviço de atendimento ao leitor

Veja página 161, 163 e 164

Cachorros recolhidos para adoção no café no Centro de Zoonoses do Bêta de Porto (ZP)

SAÚDE
 Mais gente faz exames e tratamentos sem sair de casa

VEÍCULOS
 Carro com 35% mais velocidade e para o trânsito

ESPORTE
 Com reservas, Santos estreia empatando com o Inter

Candidatos na Argentina usam projetos de Lula
 Pré-candidatos à Presidência da Argentina usam projetos de Lula para fazer campanha. Ricardo Alfaro e Eduardo Duhalde têm como bandeira uma versão local do Plano Zero, e Alfaro quer criar um "Crisis-Bus" nos moldes daquele que Lula criou. Mercado 22

BRASIL/ARGENTINA
 Legado colonial macula seleção de chefe do FAU

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7. LANÇAMENTO 2012

Figura 2 – Propaganda veiculada sobre a capa anterior da versão impressa da Folha de São Paulo (Folha, 2011a).



A imagem de pequenos aparelhos eletrônicos tocadores de áudio, que são nomeados pela empresa pagadora da propaganda como “smatphones e tablets”, ao substituir os tradicionais quadros da diagramação do jornal, associa a informação jornalística ao aparelho. Um dos efeitos de sentidos que essa estratégia cria é o de agregar ao produto anunciado o valor do produto informação. Tal efeito, de certa forma, procura reforçar a hipótese de que a informação é de fato o elemento mais importante na produção jornalística. Uma interpretação possível do leitor e provável consumidor é: o produto é tão bom que já traz a informação que eu preciso no seu interior.²²

Contudo, misturar informação e propaganda é um risco, pois pode também ser lido não como um reforço, mas, sim, como refutação da hipótese da informação como

²² Considerando que o objetivo principal da propaganda é criar um valor positivo para um produto tornando-o desejado pelos potenciais consumidores, sua estratégia discursiva precisa limitar ao máximo uma interpretação negativa do seu produto.

ponto central no jornal. Consideramos que na prática o que temos é um jogo de cadeiras entre o conteúdo informativo produzido pelo veículo de informação e o conteúdo pago por empresas anunciantes. A cada página um elemento é colocado em destaque e o mais importante no resultado desse jogo é que informação jornalística e propaganda colaboram entre si para legitimar práticas de consumo: seja de informação ou de celulares.

Essa relação de interdependência entre informação e propaganda já foi bem documentada pelo estudo *Mídia e Modernidade* (THOMPSON, 1998). Ao descrever o crescimento das indústrias da mídia, o autor ressalta o papel determinante da propaganda comercial para organização financeira de tal indústria. Segundo Thompson, a comercialização não está descolada do nascimento da imprensa já que as primeiras impressoras se organizavam com orientações comerciais com foco na mercantilização das formas simbólicas (THOMPSON, 1998). Contudo, no século XIX o aumento da comercialização é tão significativo que impacta diretamente o modo de organização de tais indústrias, criando, a partir de então, uma relação de cooperação entre propaganda e informação, na qual uma já não é mais possível sem a outra.

Tal cooperação foi essencial para o desenvolvimento técnico da indústria da informação, ou indústria midiática como vamos preferir nomear, que, por sua vez, garante a hegemonia enquanto produtora e detentora da difusão dessa informação. Analisando a economia de sinais, Romano (2008) observa que a busca pela qualificação técnica dos meios de massa não é aleatória ou baseada em uma responsabilidade de informar, mas centralmente focada na redução dos custos com os gastos técnicos e na busca pela sua consolidação como negócio. Quanto mais rápido, de forma mais ampla, e quanto mais pessoas forem alcançadas por uma informação, menor será o gasto técnico dessa mensagem e maiores serão os lucros da empresa emissora da informação.

Para Romano, contudo, essa determinação econômica sobre a produção das notícias também determina todo o modo de produção das mensagens jornalísticas. Além disso, influi diretamente na leitura que as pessoas têm das mensagens jornalísticas, porque opera em um círculo de poder, selecionando o como, onde, quando na distribuição das mensagens e casando a produção da informação com os interesses econômicos de quem paga efetivamente por ela. “O telespectador crê que escolhe quando aperta o botão

do televisor, ou quando compra um jornal. Mas o que escolhe é sua conexão a um sistema heterodeterminado”. (ROMANO, 2008, p. 15).

Concordamos com o autor que não podemos fugir de uma determinação dos conteúdos pelos meios. Contudo, é possível uma relativização da apreensão desse conteúdo. Em sua análise, o autor parece dar muito pouco espaço para uma leitura diferenciada do leitor ao conteúdo predeterminado pela indústria midiática. Tal conduta nos parece ser resultado do fato de sua análise estar descolada de uma problemática do discurso nos termos como abordamos, que segue as trilhas teóricas abertas por Pêcheux (2010; 2009).

Tais constatações sobre o modo de organização do jornalismo nos obrigam a duas relativizações em torno da nossa abordagem: não temos interesse em prescrever um modo de o jornalismo operar seus discursos. Consideramos que os modos de organização dos seus textos estão previamente determinados por interesses que extrapolam o direito à informação. Porém, será impossível durante a análise escapar à materialidade econômica da mídia que acaba por modalizar sentidos aos acontecimentos que procura relatar. Isso nos instiga a promover um tipo de análise que escapa ao que o texto quis dizer e tentar focar nos efeitos de sentido produzidos a partir da materialidade linguística e de suas relações com a materialidade discursiva.

Salientamos, portanto, que a relevância na leitura do texto jornalístico não está em revelar intenções escusas de um autor mal intencionado e, sim, recuperar o jogo de sentidos que são materializados nos textos jornalísticos, desmistificando uma pretensão objetiva que acaba por empobrecer os textos e as possibilidades de leitura, de modo a reforçar imagens estereotipadas sobre o professor e, conseqüentemente, sobre a educação.

Esse modo de ler os textos pode, e esta é a segunda relativização, ajudar-nos a compreender que as críticas aos professores, ainda que encontrem alguma pertinência, estão inseridas em uma investigação da *encenação midiocrítica* (BARZOTTO, 1998), definida pelo autor como: “o fato de os meios de comunicação produzirem ou colocarem em circulação críticas que passam para o público como sendo as máximas e únicas possíveis”. (BARZOTTO, 1998, p. 15).

Entendemos que compreender esse movimento do jornalismo pode ajudar os leitores a perceber que há sempre outros modos de leituras possíveis e, ao fim, enriquecer

o trabalho jornalístico. Além disso, ainda na linha de argumentação do mesmo autor, o que passamos a observar na leitura dos textos, no objeto portador jornal, é que de fato uma crítica colocada em um texto está encadeada aos sentidos dos outros textos que esse suporte traz. Assim, o aparecimento de uma notícia sobre o professor está relacionado a uma série de outros discursos, textos, imagens e até propagandas que remetem a uma crítica à escola, à educação e ao professor, mas essencialmente também a uma imagem positiva que o jornalismo faz de si como aquele capaz de valorar o professor como bom ou ruim e de prescrever condutas que este deve seguir.

Nesse sentido, avaliamos que cabe recuperar pelo menos alguns trechos dos textos já analisados, focando agora a imagem que o jornalista faz de si ao escrever e que, de algum modo, indicia sobre uma imagem positiva do jornalismo.

Quadro 9: Excertos em destaque dos textos L1, L2 e L3

Texto L1	Texto L2	Texto L3
(a) Outros estudos comprovam que o professor é o principal responsável pelo sucesso da aprendizagem.	Para apontar saídas para a crise de atratividade da carreira docente, a (a) Fundação Victor Civita e a Fundação Carlos Chagas reuniram, em novembro do ano passado, 17 especialistas de diversas áreas da Educação. O resultado foi um rico conjunto de ideias, reunidos em oito (b) proposições práticas para que seja possível (c) selecionar – e manter na sala de aula – os melhores candidatos do Ensino Médio. (grifos nossos).	(a) Estudo revela: poucos jovens querem ser professores. (b) Saiba mais o que você, gestor, (c) pode fazer para mudar essa situação. (grifos nossos).

Observamos que nos trechos marcados nos textos L1(a) e L3 (a; b), prevalece o sentido observado por Barzotto (1998) de uma *encenação midiocrítica*. Ao apresentar supostos “estudos” sobre o tema dos professores, o texto tende a conduzir para uma interpretação de que o que está dito no jornalismo é parte da realidade comprovada ou revelada pela ciência e, portanto, não é passível de crítica. Neste sentido, o uso dos verbos “comprovam” e “revelam” cumpre a função de reduzir a interpretação do leitor ao máximo possível, impossibilitando o questionamento dos resultados apresentados por tais “estudos”.

Por outro lado, ao se permitir não nomear os “estudos” generalizando sua apresentação: “outros estudos” e “estudo revela” mostra que o texto jornalístico se organiza em torno de uma imagem positiva de si, em que o redator não precisa necessariamente dar provas que está falando a verdade ou que consultou realmente os estudos mencionados. Ele tem autoridade de dizer que existem outros estudos que comprovam fatos sobre o professor e, independente se isso é percebido ou não pelo leitor, demonstra que o redator supõe que o seu leitor aceita nele uma autoridade de quem fala a verdade.

Essa ideia de autoridade se confirma no segundo texto (L2), em que um estudo organizado por uma (L2-a) fundação vinculada à revista na qual a matéria foi publicada é usado como fonte para a argumentação do jornalismo.

Outro modo de posicionamento no texto que nos chamou atenção, pois consideramos poder indicar uma posição positiva do locutor no texto, é a frequente ênfase em “apontar” caminhos e “solucionar” os problemas. Para nós, duas interpretações prevaleceram destas constatações nos textos (especialmente em L2-b e L3-b e L3-c): o fato de o jornalista supor que seu texto pode interferir positivamente sobre a realidade e o fato de que ele toma sua interpretação como a melhor possível.

A outra interpretação nos apareceu contaminada por uma leitura antiga, que tivemos contato na graduação e que até hoje nos instiga a refletir sobre a problemática do jornalismo: “Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?, do também jornalista Geraldinho Vieira (1991). Entrevistando jornalistas e empresários da comunicação, o autor procura discutir a ilusão de “super-homem” criada em quem trabalha com a comunicação justamente pelo “poder da palavra, da imagem, da seleção e interpretação dos fatos, e de sua multiplicação” (p.12) . Segundo o autor, considerando esse contexto, a profissão passou a se constituir em torno de uma ideia folclórica de que o jornalismo é uma luta incessante contra os males sociais e em favor da verdade. Logo, estaria livre de qualquer sorte de manipulação.

É nesse sentido que os textos analisados parecem caminhar para ilusão de que o jornalista, implacável na luta contra injustiças e na busca da verdade, organiza sentidos sempre corretos, pertinentes, não permeados por interesses específicos e que servirá para a orientação correta dos professores ou do campo da educação.

Como vimos, anteriormente pudemos depreender deste material mais geral que há uma imagem negativa do professor em contraponto com uma imagem positiva do jornalista. Assim, a partir dessa análise inicial, pretendemos depreender, no nosso *corpus* específico da Folha de São Paulo, as coincidências entre a imagem dos professores encontradas nesses materiais mais gerais e no *corpus* específico. Já vimos que pode ser bem produtivo observar também a imagem do jornalismo. Assim, cabe a indagação: poderemos afirmar que na Folha de São Paulo a imagem do professor é também uma imagem de um sujeito mal formado e despreparado para lidar com seu trabalho?

2.3. A Folha de São Paulo como fonte de pesquisa: os textos tomados como objeto de análise

Para trabalharmos com o papel do discurso jornalístico na composição do discurso a respeito do professor em nossa sociedade, pesquisamos o noticiário veiculado no jornal diário de maior tiragem e circulação nacional, a *Folha de São Paulo*. Os números que apresentaremos, divulgados pelo próprio jornal²³, foram auditados pelo Instituto Verificador de Circulação, o IVC. Entre novembro de 2010 e fevereiro de 2011, a circulação diária da Folha de São Paulo se manteve acima dos 300 mil exemplares, o que, segundo os dados do IVC, colocam o jornal no lugar de mais vendido do Brasil e também do jornal com maior crescimento no período. (Folha, 2011b).

Também pesou na nossa escolha o fato da Folha de São Paulo estar localizada e ter maior penetração no Estado de São Paulo, local de realização desta pesquisa, e, em termos de participação docente, representa mais de 390 mil professores atuando em diferentes etapas e modalidades da educação básica, segundo o censo escolar 2009²⁴. Segundo o mesmo censo, São Paulo é a Unidade Federativa com o maior número de

²³ Informações disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>. Acessado em: 16 dez. de 2010.

²⁴ Os dados oficiais do Censo Escolar apresentados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP), registrado na Sinopse do Professor 2009 (BRASÍLIA, 2009), não considera a atuação do docente em mais de uma etapa de ensino, assim, um mesmo professor pode ter sido considerado mais de uma vez na soma final. Consideramos, contudo, que esse dado não altera o significativo contingente de professores atuando no Estado.

professores nas modalidades e etapas de ensino da educação básica, assim como o sudeste é a região geográfica com a maior somatória desses profissionais: 786.179 professores.

Além disso, em termos quantitativos, pesou o fato de o jornal publicar uma grande quantidade de matérias e artigos com ênfase no professor durante o período de análise. Cabe a ressalva que procuramos ampliar nosso trabalho de leitura de textos jornalísticos sobre o professor em outros veículos, de modo a perceber se os trabalhos de leitura que vínhamos desenvolvendo com os textos da Folha de São Paulo poderiam também se materializar em outros jornais.

Nossa delimitação temporal do *corpus* coincide com o lançamento e a implantação do *Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica*, oficializado no dia 28 de maio de 2009, e com a campanha de valorização do professor, expressa principalmente por uma peça publicitária veiculada em rede nacional em novembro de 2009, e reeditada em dezembro de 2010. O Plano Nacional compõe a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755 de 29 de janeiro de 2009, e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que esteve em vigor desde abril de 2007²⁵ e prevê a valorização do professor como meta, conforme observamos no inciso 8 do segundo artigo, que trata dos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho. (BRASIL, 2009)

Sentidos de valor positivo dado ao professor e à relação que se estabelece entre qualidade dos professores, qualidade da educação e desenvolvimento - que podemos depreender com uma análise breve desse texto oficial – são essenciais para nortear a

²⁵ No final de 2010, o Ministério da Educação enviou ao congresso o novo PNE que tem, como uma de suas diretrizes, a valorização dos profissionais de educação. Em entrevistas após o lançamento do novo PNE, o Ministro da Educação declarou que esta seria a “década da valorização do professor”. (BORGES, 2010).

leitura de modo a compreender que modelo de professor está em pauta no cenário político e também se esse modelo tem repercussão no material jornalístico.

Assim, nosso recorte se organizou tendo como referência esse indicador, a partir do qual retrocedemos a leitura das matérias até cinco meses antes do lançamento do Plano Nacional e, posteriormente, acompanhamos por mais oito meses a cobertura sobre o professor, após o lançamento do referido programa. Definimos então o período de um ano e um mês como sendo um tempo significativo para uma abordagem qualitativa do material recolhido. Ainda que nos tenha parecido relevante o lançamento do Plano para nossa temática, tivemos de descartar nossa hipótese inicial de que tal lançamento pudesse promover um debate – mesmo que superficial – quantitativo sobre o aspecto da formação dos professores. Ao longo das análises dos textos, não pudemos comprovar qualquer relação mais significativa entre a cobertura feita pelo jornal acerca dos professores e o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica.

Reforçamos que essa parte de nosso *corpus*, que se refere ao material jornalístico, é composta pelo material publicado no jornal Folha de São Paulo entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010. Decorrente do nosso modo de entender a natureza da notícia que, sob uma perspectiva discursiva, por si só pulveriza os sentidos de opinião e informação, optamos por trabalhar tanto com as notícias informativas como com os editoriais e artigos de opinião. Portanto, a notícia aqui é tomada como discurso, ainda que o discurso se materialize no texto.

Como relatamos na introdução desta tese, o primeiro momento de recolha do material foi resultado de uma reunião não sistemática de matérias que tratavam sobre educação e que acabaram despertando nossa atenção para o modo como o jornal se referia ao professor. Assim, buscando sistematizar tal leitura, utilizamos as ferramentas de busca do próprio jornal, onde pudemos encontrar mais de 1000 entradas para o verbete “educação” dentro da delimitação do tempo já definido. Para contextualizar, também fizemos uma busca no portal de busca *Google* utilizando os verbetes “educação” e “Folha de São Paulo”, no período delimitado por nós, e deparamo-nos com mais de 486 mil entradas.

Fizemos um novo refinamento na busca, dessa vez utilizando os termos “professor”, “formação de professores” e “profissão docente”. Encontramos, então, no

período delimitado e pelos recursos de busca já citados, mais de 2.060 matérias que, de uma forma ou de outra, mencionavam as palavras utilizadas. Contudo, ainda assim percebíamos que a busca não refinou suficientemente as matérias que de fato se relacionavam ao tema proposto. Dessa forma, fizemos um primeiro trabalho de tratamento qualitativo dos dados lendo, classificando, pelos títulos, as temáticas e descartando aquelas matérias que percebíamos que não tinham uma proximidade com nossa questão de pesquisa.

Ao final dessa primeira etapa qualitativa, chegamos a um total de 295 matérias que foram lidas por completo. Após essa leitura, partimos para uma nova etapa de organização, sistematização e redução das temáticas, chegando, ao final dessa segunda etapa, a um total de 166 matérias compiladas, sendo que dessas, 117 são notícias e 49 são artigos ou editoriais. Chegamos, assim, ao universo com o qual, a princípio, pretendíamos trabalhar. A visão geral da quantidade de matérias lidas e organizadas em cada mês se expressa na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Quantidade de matérias lidas e compiladas durante o período de tempo delimitado

Mes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Total
Lido	15	26	13	18	20	16	9	11	18	44	26	25	18	295
Compilado	6	18	6	12	10	10	7	8	10	28	16	22	13	166
Notícia	5	13	6	12	8	7	2	4	7	20	11	15	7	117
Art/Editorial	1	5	-	-	2	3	5	4	3	8	5	7	6	49

O nosso maior desafio no tratamento dos dados foi olhar e apreender “a imagem do professor” na cobertura jornalística, sob uma perspectiva qualitativa. Queríamos organizar o material sob um viés que pudesse nos ajudar a compreender em quais circunstâncias o discurso jornalístico convoca o professor para ser notícia. Ou seja, quando a temática de professores, enquanto categoria profissional, passa a partilhar sentidos que interessam à construção discursiva do jornalismo - especificamente da notícia - e mais, a partir dessa partilha, descobrir que imagem se constrói desse profissional no jornal. Além disso, queríamos perceber se haveria alguma recorrência, ou seja, se existia um sentido predominante quando os professores são notícias no jornal.

Para enveredarmos por esse caminho, tomamos algumas atitudes práticas para lidar com o material: em primeiro lugar, organizamos as matérias em duas categorias: a de artigos assinados ou editoriais e a de textos informativos²⁶.

Em segundo lugar, organizamos o material por data de publicação e, em seguida, buscamos lê-lo sob a perspectiva do trajeto temático, conforme descreve Charaudeau & Maingueneau (2004). Ou seja, ao manejarmos o material jornalístico, focamos nas recorrências, nos temas que se repetiam e, assim, chegamos a uma classificação para as matérias em que encontramos três temas centrais sob os quais, de uma forma ou de outra, conseguimos agrupar as matérias.

Nessa orientação temática, portanto, três perspectivas prevaleceram tendo como norte alguns discursos que circulam em torno do conceito. A primeira delas é o da formação dos professores, que está associada à implantação, ao desenvolvimento e à expansão da educação básica no Brasil (SAVIANI, 2009) em que se busca uma padronização do trabalho docente por meio de uma ou outra formação. As notícias nessa categoria têm característica normativa, apresentando o professor como um sujeito em constante estado de formação.

A segunda categoria é a do trabalho docente. Importante dizer que procuramos deslocar essa categoria fazendo uma possível aproximação com a Formação e entendê-la como o trabalho “material” (BONFIM, 2006), ou seja, que diz respeito às condições de trabalho na realidade concreta da sala de aula. Nessa categoria, prevalecem as constatações catastróficas das condições de trabalho. O que poderia ser uma defesa ao trabalho do professor, problematizando suas condições reais de trabalho, contraditoriamente, também serve para desmerecê-lo, pois grande parte das matérias elencadas nessa categoria inclui o professor como coadjuvante dos problemas encontrados em seu trabalho. É o caso, por exemplo, de matérias como “Falta de docente afeta notas em sala, diz estudo” ou “No Rio, professor é acusado de decepar dedo de aluna”, ambas publicadas em janeiro de 2009 (conforme tabela 2).

Por fim, trabalhamos com uma terceira categoria, a de valorização do Professor. Ao selecionarmos o material, tínhamos como norte a hipótese de que o discurso oficial de

²⁶ Como tomamos a notícia como discurso e não como texto, parece irrelevante a separação entre editorial e textos informativos, porém, fizemos a opção pela separação apenas para ter uma visão mais detalhada do material.

valorização docente, marcado pelo lançamento do Plano Nacional de Valorização do Professor, teria uma repercussão significativa no discurso da mídia. Observamos, contudo, que o que imprime o tom do debate sobre essa questão, e que posteriormente torna-se importante para nossa análise, é uma avaliação provinda dos discursos dos especialistas, especialmente das universidades, marcada pelo binômio: estímulo à profissão + convocar os melhores para o magistério, o que passa, inevitavelmente, pela constatação de que os professores em exercício não são bons o suficiente.

Dentro dessa conceituação de cada um dos temas, pudemos depreender alguns subtemas, fazendo, assim, uma organização de ordem prática e mais clara das matérias. Dessa forma, temos a classificação geral estruturada do seguinte modo: no tema “Trabalho docente”, encontramos os subtemas “violência contra o professor”, “violência do professor”, “organização do espaço/tempo”, “recursos pedagógicos”; “ser “bom” professor, “relação do professor com o saber”. No tema “Valorização docente”, encontramos “reajustes salariais”, “lutas sindicais”, “qualidade da educação” e “processo de seleção docente”. Por fim, no tema “Formação docente”, encontramos “escolaridade”, “políticas de formação” e “Preparo do professor para lidar com questões particulares”.

Apresentamos, a seguir, a tabela com a organização temática das matérias, referente a janeiro de 2009, primeiro mês do nosso levantamento:

Tabela 2 - Matérias publicadas e organizadas por temas e subtemas, Janeiro/2009.

Temas	Subtemas	Matérias
Trabalho docente	1) Seleção de professores/prova de mérito; 2) Violência contra o/do professor 3) Organização do Espaço/tempo 4) Recursos pedagógicos 5) Ser “bom” professor/relação professor/saber	() No Rio, professor é acusado de decepar dedo de aluna () Falta de professor reduzem nota de aluno, diz pesquisa () Governo tenta pôr culpa em docente, diz sindicato () Falta de docente afeta notas em sala, diz estudo [] Professor faz falta
Valorização Docente	1) Reajustes salariais 2) Lutas Sindicais 3) Relações com empregadores 4) Seleção de Professores 5) Prova de Mérito 6) Qualidade da Educação	
Formação Docente	1) Escolaridade	() Usp, Unesp e Unicamp

	2) Políticas de Formação 3) Formação Continuada 4) Pós-Graduação 5) Preparo do professor para lidar com questões particulares	iniciarão pós à distância para professor em agosto
Corpus: 18 Matérias lidas, 6 Matérias selecionadas, (5) Reportagens e [1] Artigo		

Apenas com a leitura dos temas e dos subtemas talvez não seja possível perceber o quanto foi delicada a categorização do material jornalístico, considerando que não é em uma ou em outra matéria, mas arriscamos afirmar que em todas é possível encontrar alguma intersecção entre os temas e subtemas. Por exemplo, a matéria publicada no dia 09 de janeiro de 2009, sob o título “No Rio, professor é acusado de decepar dedo de aluna”, foi classificada no subtema “violência contra/do professor”, cujo tema é “trabalho docente”, mas também poderíamos classificá-la em “relações com empregadores”, que pertenceria ao tema “valorização docente”, pois há na matéria uma discussão sobre qual é o vínculo empregatício do professor e, por fim, ainda seria possível classificá-la em “preparo do professor para lidar com questões particulares”, que está em “formação docente”.

Essa organização inicial teve um primeiro mérito de nos ajudar a fazer uma leitura do todo e depreender sentidos, fazendo inferências sobre as recorrências dos temas – considerando o número e a pluralidade das informações que encontramos na análise. Como forma de explicitar o tamanho do material com que lidamos desde o início da pesquisa, apresentaremos mais duas tabelas de matérias com as quais trabalhamos. A que apresentamos anteriormente, como já foi dito, refere-se ao primeiro mês analisado (janeiro/2009). Para termos elementos para comparação, a primeira tabela se refere ao último mês analisado (janeiro/2010) e, a segunda, procura dar uma visão geral de todo o material analisado:

Tabela 3 – Temas e subtemas das matérias publicadas e organizadas – Janeiro/2010

Temas	Subtemas	Matérias
Trabalho docente	1) Violência contra o/do professor 2) Organização do Espaço/tempo 3) Recursos pedagógicos 4) Ser “bom” professor/ relação com o saber	() Banalidade desencadeia violência entre estudantes () Professor é agredido por mãe de aluna () Estudante o atacou com

		chutes e socos () Violência escolar não tem registro oficial [] Educação
Valorização Docente	1) Reajustes salariais 2) Lutas sindicais 3) Relação com empregadores 4) Seleção de professores 5) Prova de mérito 6) Qualidade da Educação	() Secretaria reduz exigências para reajuste salarial [] O cochicho do demônio [] Opinião: profissão: professor
Formação Docente	1) Escolaridade 2) Políticas de formação 3) Preparo do professor para lidar com questões particulares	[] Mundos mágicos () O professor Mochileiro () Game na escola [] Melhores professores na rede
Corpus: 18 Matérias, 14 Matérias selecionadas, (7) Reportagens e [7] Artigos		

Tabela 4 - Matérias acompanhadas entre Janeiro/2009 e Janeiro/2010

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Total
Matérias lidas	15	26	13	13	20	16	9	11	18	44	26	25	18	254
Matérias compiladas	6	19	5	11	10	11	7	7	10	21	16	17	14	154
Trabalho Docente	(4)	(7)	(2)	(1)	(3)	(2)	(1)	(3)	(4)	(6)	(5)	(4)	(4)	(46)
	[1]			[1]		[1]				[2]			[1]	[6]
Valorização Docente	(3)	(2)	(4)	(3)	(3)		(1)	(2)	(8)	(1)	(4)	(1)		(32)
	[3]			[1]					[3]		[2]	[2]		[11]
Formação Docente	(1)	(4)	(1)	(5)	(2)	(4)	(2)	(1)	(1)	(2)	(5)	(3)	(4)	(35)
		[2]			[1]	[1]	[4]	[2]	[3]		[5]	[4]	[2]	[24]
Total ²⁷	(5)	(14)	(5)	(10)	(8)	(9)	(3)	(5)	(7)	(16)	(11)	(11)	(9)	(113)
	[1]	[5]		[1]	[2]	[2]	[4]	[2]	[3]	[5]	[5]	[6]	[5]	[41]

Olhando de modo quantitativo os dados e tentando fazer algumas inferências, a partir da tabela geral, notamos, sem considerar fevereiro/2009, que o período de outubro a dezembro é aquele que tem o maior registro de matérias publicadas sobre o professor. Essa observação nos pareceu relevante a princípio, porque o período coincide com a veiculação da propaganda do Ministério da Educação, com foco na valorização do professor. Contudo, durante a análise qualitativa não pudemos comprovar uma relação mais próxima entre esses eventos, ficando a dúvida se os jornalistas se mobilizaram em torno da questão da valorização lançada pelo Governo Federal.

²⁷ O total de matérias aqui está separado em número de notícias marcadas pelo sinal () e o número de artigos []

Outra observação quantitativa que nos pareceu pertinente no início da análise é que, embora o número de notícias seja maior na temática de Trabalho Docente, quando somamos o número de matérias informativas com o de matérias opinativas, é na temática da Formação Docente que se tem o maior número de registros.

O segundo mérito de tal organização foi possibilitar a constatação de que ela era insuficiente para tirarmos maiores consequências das recorrências de sentidos. Para isso, era preciso um posicionamento, uma implicação sobre a escolha metodológica que permitisse dar maior consequência à nossa perspectiva teórica no tratamento dos dados. Tomando-os como discurso e não mais como uma reunião de dados que evidenciava temáticas, buscamos desenvolver uma leitura no sentido de trabalho, ou seja, uma leitura que implica produção de sentidos sobre o texto lido (BARZOTTO, 1998), para encontrar os encadeamentos de sentidos entre textos aparentemente tão dispersos.

Em seu estudo sobre a *Revista Periódica*, observando a relação entre os procedimentos de textualização e os modos de composição do suporte, Barzotto (1998) observa que o discurso é resultado de um encadeamento de sentidos que o pesquisador pode inferir a partir da observação entre diferentes textos. Em trabalho posterior, o autor ressalta que ainda que esse encadeamento de sentido seja resultado da implicação do leitor na relação que estabelece entre os sentidos dos textos lidos, ele (leitor) não está livre de algumas coerções próprias à produção do discurso:

No entanto, o leitor não escapa a algumas coerções que limitam suas possibilidades de realizar esse encadeamento: a) o modo como alguns elementos são inseridos no texto; b) a forma do veículo portador de textos; c) a forma que o texto assume no interior do suporte que o veicula; d) o movimento que a própria forma do veículo exige que o leitor faça no ato da leitura. (BARZOTTO, 2001, p. 146).

Ainda que nos pareça extremamente produtiva uma análise que considere essa tripla tensão entre *forma, texto e discurso*, tal como propõe o autor, tomamos tal proposição como uma orientação para dirigir nosso olhar para as correlações entre os diferentes textos selecionados. Devido a nossa opção de selecionar um período de tempo significativo que resultou na reunião de um número grande de textos, achamos pertinente focar nossa análise no texto e na relação entre eles, deixando para trabalhos posteriores o desafio de olhar também a composição física do jornal.

Na próxima seção apresentaremos, portanto, o trajeto da nossa leitura que possibilitou a construção de um encadeamento de sentido entre os 14 textos que acabamos por selecionar como *corpus* final da nossa investigação. A partir deles, queremos mostrar o modo como o discurso dos especialistas é trabalhado na instância jornalística de maneira que acabam por colaborar com os sentidos propostos pelo jornal.

2. 4. A leitura das notícias sobre o professor

Ler sobre o professor na Folha de São Paulo implica fazer previamente uma leitura da cobertura jornalística em educação e notar como essa cobertura é feita na própria Folha. Como vimos na introdução deste trabalho, pesquisas que se preocupam em acompanhar a cobertura da educação em jornais brasileiros têm apontado que o espaço dado ao tema em jornais tem crescido quantitativamente, mas não qualitativamente. O levantamento conduzido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e *O Ministério da Educação*, com o apoio da Unesco, intitulado “A educação na imprensa Brasileira”, analisou 5.362 textos jornalísticos publicados por 57 jornais brasileiros ao longo de 2004. Tal levantamento aponta que a educação é a questão social mais focalizada pela imprensa nacional.

Comparando os dados encontrados no acompanhamento diário das notícias sobre infância e adolescência, realizado pela ANDI, a Educação está entre os temas de maior destaque na mídia impressa. Entre 1999 e 2002, em que os jornais pesquisados são numericamente os mesmos (50 jornais analisados), o crescimento quantitativo da cobertura em educação foi superior a 140%. Em outro levantamento da mesma Agência, nomeado “Direitos, Infância e Agenda Pública”, que acompanhou a cobertura jornalística em 12 países da América Latina entre 2005 e 2007, a cobertura em educação continua crescendo em termos quantitativos, passando de 7,52% do espaço em 2005 para 20,12% em 2007.

Em termos qualitativos, a própria agência e análises independentes que trabalharam sobre os dados do levantamento da ANDI (BERGER (2005); BRETAS E

TAVARES (2005); AÇÃO EDUCATIVA (2007)) observam que há pouco avanço. Nesse sentido, o enfoque dos textos publicados em jornais brasileiros ainda é pouco contextualizado e a educação aparece como um tema descolado de contextos mais amplos como economia e política (ANDI, 2005). Além disso, a cobertura é pautada pelo discurso oficial tanto em termos de fontes de informação que são os mais consultados como pelos temas agendados em função de anúncios oficiais:

Educação para a imprensa é educação formal identificada por níveis e modalidades; se concentra nas instituições, que são públicas e no ensino superior cujo problema está nas condições de trabalho dos docentes (cuja consequência é a greve e reivindicações salariais) e nas dificuldades de acesso dos estudantes (que aparecem por ocasião do vestibular). As fontes da informação são oficiais: o MEC, as secretarias estaduais e municipais, as universidades, as escolas. (BERGER, 2005, p. 2)

A constatação da forte presença da fonte oficial que se observa em termos nacionais se repete na cobertura da Folha. Nosso levantamento apontou a expressiva preferência por fontes oficiais: como o Ministério da Educação, Conselhos Federais, Estaduais e Municipais e, especialmente, os especialistas convocados das Universidades Públicas. Tal como os levantamentos nacionais observam que as vozes da comunidade escolar estão relegadas a segundo plano, incluindo aí entidades representativas, os próprios professores e alunos que raramente são consultados (AÇÃO EDUCATIVA, 2007), somos mais categóricos ao afirmar que a comunidade escolar está praticamente excluída do noticiário da Folha, sendo consultada apenas para exemplificar dados e não para opinar sobre eles, o que possibilitaria uma mínima inferência na formação de opinião do público leitor.

O que nos parece ainda mais problemático na cobertura do jornal que selecionamos é a incoerência entre um discurso oficial do próprio jornal de valorização da educação e a real relevância (em termos de cobertura jornalística) conferida pelo jornal ao tema (CIPRA, 2007). Se focarmos apenas em termos quantitativos, observando os dados de dois levantamentos feitos pela ANDI – a primeira entre 1997 e 1998 e a segunda em 2004 – observamos que, nesse período, a Folha de São Paulo veio reduzindo seu espaço para educação. Enquanto no primeiro levantamento se constatou a publicação de 287 matérias em educação, o que colocou o jornal em primeiro lugar da lista dos que

mais dão espaço para educação, no segundo, a Folha de São Paulo caiu para quarto lugar entre os jornais com a edição de 182 matérias publicadas sobre a temática.

A pesquisa de Cipra (2007) faz um levantamento significativo sobre a cobertura da Folha de São Paulo em Educação ao comparar os anos de 1973 e 2002. Segundo o pesquisador, motivado pela discrepância que percebia entre o discurso registrado nos editoriais sobre a importância da educação e a cobertura pragmática nessa área, procurou investigar o tratamento dado pela Folha de São Paulo em educação. O autor observa, ao longo de sua pesquisa, que se valeu da análise do conteúdo de matérias publicadas nos referidos anos e de entrevistas com jornalistas que participaram da história²⁸ da cobertura em educação na Folha, que o jornal foi deteriorando sua participação em função de pressões mercadológicas e mudanças editoriais, entre outros motivos.

São várias, no entanto, as razões apontadas para o abandono da cobertura da área, a exemplo da crise econômica, que contribuiu para reduzir o quadro de profissionais da Folha, e a própria diminuição física do jornal, que restringiu o espaço editorial em 25% e 30% conforme admitiu Frias Filho, diretor de Redação da publicação. Além dessas razões, outras demandas editoriais, como as ligadas à política, à economia e à cultura, foram incorporadas no jornal, ocupando espaço anteriormente dedicado à educação (CIPRA, 2007, p. 128-129).

Outra conclusão importante a que chega a pesquisa mencionada é sobre a necessidade de se considerarem os sujeitos envolvidos na cobertura de educação, os jornalistas, editores e também o espaço editorial fixo para o tema. Ao desenvolver entrevistas com os jornalistas envolvidos em educação da Folha, o pesquisador percebeu a importância do primeiro editor de educação da Folha de São Paulo para a consolidação de uma editoria diferenciada: Perseu Abramo. Caio Túlio Costa, jornalista que trabalhou no grupo Folha durante 21 anos, não considera discrepante o espaço que a educação teve na Folha de São Paulo entre 1980 e o começo do século XXI “é a importância natural”. Para ele, a discrepância está na importância que se deu ao tema no período em que Abramo era o editor de educação:

²⁸ Fazemos a ressalva que o autor não se propõe a um levantamento histórico do jornal Folha de S.P, mas consegue, a partir da comparação entre os períodos, fazer inferências que consideramos pertinentes para uma compreensão histórica da cobertura da Folha em Educação.

Naquela época, o jornal tinha um editor extremamente politizado, que era o Perseu Abramo, e a alta incidência de chamadas na primeira Página e a grande cobertura da educação estão diretamente ligadas à personalidade do editor de Educação (...). E o jornal por meio de um editor de esquerda, politizado e socialista, encontrou ali uma forma para disseminar as informações relativas ao questionamento da ditadura. [...] Ao se falar de educação, falava-se, na verdade, de política. (COSTA apud CIPRA, 2007, p. 78)

Interessante observar na fala de Costa o descolamento entre educação e política, como se houvesse uma importância “natural” da educação, no que diz respeito, supomos, aos assuntos próprios do universo educacional, e, de outro lado, uma construção forçada – pelo interesse particular de um sujeito e a conjuntura da época – entre educação e política. Observamos que essa fala é um bom exemplo para contextualizar o que justifica a cobertura extremamente descontextualizada em educação hoje, a qual se aferiu nos dados da pesquisa de Andi²⁹ (2002; 2005), de Cipra (2007) e em nossa própria avaliação ao desenvolver a leitura de nossos dados.

Assim, concordamos com a avaliação de Cipra (2007) segundo a qual a cobertura da Folha de São Paulo em educação pode ser chamada como uma cobertura “modelar” no período em que esteve sobre a responsabilidade de Abramo, pelo menos porque procura implicá-la em contextos mais amplos, pela presença de fontes mais plurais “não só de órgão oficiais [...], mas também de professores, diretores, sindicalistas e políticos” (CIPRA, 2007). Em contrapartida, assim como em 2002 na pesquisa de Cipra, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010, período em que desenvolvemos nosso levantamento, os entrevistados são ligados à “elite educacional” (universidades) ou setores ligados ao poder público.

Além das pressões econômicas sofridas pelo jornal e da saída de um editor singular que soube compreender a educação sob uma perspectiva mais ampla, a extinção da editoria específica sobre educação é outro fator atribuído pelo pesquisador para o empobrecimento da cobertura. Nesse sentido, parece-nos que nossos dados poderiam ser

²⁹ A pesquisa aqui mencionada constatou que 63% dos textos analisados, em um universo de 5.362, houve “uma dedicação quase que exclusiva aos assuntos próprios do universo educacional”. Só aproximadamente 1/3 dos textos procurou estabelecer correlações com outras temáticas, como a política, por exemplo.

significativos justamente porque os reunimos de um período em que a Folha de São Paulo reorganiza um caderno específico sobre educação, o Folha Saber³⁰.

Se essa hipótese do pesquisador está correta, poderíamos supor que ao retomar um caderno de educação, perceberíamos uma melhora na qualidade da cobertura. Contudo, nossa avaliação é que o impacto da presença do caderno é mais quantitativo que qualitativo³¹, porque observamos na leitura dos textos selecionados uma preferência por temas descontextualizados das implicações políticas; uma priorização de eventos ocorridos no eixo Rio – São Paulo – Brasília, deixando de fora, assim, outras regiões brasileiras e, como já apontamos, uma fixação em fontes oficiais.

Além disso, como vimos na primeira seção deste capítulo, nosso trabalho de leitura dos jornais, tanto dos mais gerais quanto da Folha de São Paulo, indicou-nos que a valorização do sujeito professor foi reelaborada em um sentido de valorização da profissão, única forma de estimular “os melhores” ao magistério, tornando a carreira mais atraente para candidatos mais preparados. Assim, o que nos pareceu inicialmente uma construção em favor do professor, aos poucos se confirmou um reforço do sentido de desprestígio e de desvalorização. Esse elemento mostra que não há de fato uma qualificação da cobertura jornalística, já que o debate parece não mais considerar o professor real, que está atuando em sala de aula. O professor notícia hoje é o professor que deveria ser e ainda não é, enfim, trata-se de um professor da ordem do imaginário.

A notícia que nos pareceu ser inaugural para esse sentido é uma matéria publicada em fevereiro de 2009 sob o título “País forma cada vez menos professores”. A matéria mostra, a partir dos dados do Censo do Ensino Superior divulgado na ocasião pelo Ministério da Educação, que houve “queda no número de universitários formados em cursos voltados a disciplinas específicas do magistério” (FOLHA, 2009a).

Nesse texto, aparece pela primeira vez entre os textos lidos a ideia de que o desprestígio do magistério está associado aos baixos salários e à falta de valorização “social” da profissão. Ao convocar pesquisadores de universidades públicas para opinar

³⁰ Editado a partir de 2009, como uma seção fixa no caderno Cotidiano publicado semanalmente, o Folha Saber também foi descontinuado no dia 21 de novembro de 2011.

³¹ Como já apresentado, encontramos em nosso levantamento 295 textos que, de um modo ou de outro, tratam da temática da educação. É importante ressaltar que nosso levantamento não seguiu os mesmos critérios dos outros estudos aqui citados, pois estávamos interessados exclusivamente na temática do professor. Contudo, consideramos nosso levantamento bem abrangente e que está bem próximo da cobertura completa naquele ano sobre educação.

sobre o “fenômeno” em um texto complementar, o jornalista o faz para confirmar os sentidos já enunciados no primeiro texto, como podemos ver já no título do artigo: “Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam o fenômeno” (Folha, 2009b).

Nesse texto, destacamos o modo como o jornalista retrata as opiniões das fontes consultadas justamente porque elas reaparecem posteriormente em outras matérias transfiguradas como informação ou ainda em editoriais do próprio jornal. Ao falar da opinião dos “pedagogos”, o jornalista, usando o recurso do discurso direto, cria um encadeamento entre as falas dos especialistas citados: 1) baixos salários + 2) desprestígio social = a) falta de estímulo para a profissão e b) recrutamento dos “bem-formados”. Relembramos que todos esses argumentos foram colocados na “boca da fonte”, o que desresponsabiliza o jornalista pelo sentido produzido.

Vejamos com mais detalhe, no quadro abaixo, os aspectos que mencionamos:

Quadro 10 – Uso das afirmações provindas de fontes pelos jornalistas

Fonte	Citação literal
Especialista 1	[...] fatores como “ desprestígio ”, “ falta de respeito social ” e “ baixos salários ” contribui para o declínio da carreira e a baixa procura pelos cursos do magistério. (Folha, 2009b)
Especialista 2	[...] não só o salário contribui para a baixa procura, “ embora seja uma coisa determinante ”, mas “ a falta de estímulos para a profissão ”. (Folha, 2009b)
Especialista 3	“ A escassez é fruto do baixo salário e desvalorização ”, completa. (Folha, 2009b)

Ainda que o jornalista procure usar os especialistas para reportar os sentidos, evitando uma inscrição própria, é impossível ignorar o fato de que, ao selecionar uma fala em detrimento de outra, ele corrobora os sentidos ou até mesmo produz sentidos³². Além disso, a partir desse texto “inaugural” conseguimos perceber que o mesmo enfoque reaparece em pelo menos 13 textos posteriores, o que não nos parece coincidência, mas sugere que há pelo menos duas imagens de professor em disputa que são convocadas pelo

³² Nunca saberemos ao certo quais eram os sentidos que cada um dos “pedagogos” consultados queria dar a sua própria fala. O que nos propomos é analisar o texto e, a partir dele, observar os sentidos que ele produziu.

jornalista no momento da produção do texto: 1) a do professor mal formado = causa dos problemas da educação e 2) o professor bem formado = solução para os problemas da educação.

São sobre esses 14 textos que faremos o trabalho de análise dos dados a partir do conceito de Formações Imaginárias, tentando compreender a que identificações o jornalista se cola ao produzir o texto³³. Procuramos ver nos textos como se construía a ideia do “desprestígio” e depreendemos marcas que nos parecem relevantes para a construção da argumentação de que a profissão professor precisa de uma renovação completa.

Observamos que o desprestígio e o “apelo” por uma renovação se constroem especialmente pela articulação dos dizeres dos especialistas em educação que aparecem para reforçar a linha de raciocínio do jornalista. Notamos que a fala dos especialistas é tomada a partir de uma posição imaginária, ou seja, cristalizada.

Para concluir nossa descrição dos dados, apresentaremos o quadro final dos textos que serão analisados e que compreendem o *corpus* principal de análise:

Quadro 11 – *Corpus* principal de análise

Nº	Data de Publicação	Título do texto
T1	03/02/2009	País forma cada vez menos professores.
T2	03/02/2009	Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno
T3	15/02/ 2009	Repitam a escola e os políticos. Não o aluno
T4	17/02/ 2009	Socorro ao professor
T5	28/05/ 2009	Mec quer tornar mais rigorosa a seleção dos futuros professores
T6	28/05/2009	Com esse salário quem quer ser um professor?
T7	18/08/2009	A pedagogia é uma jabuticaba?
T8	04/10/2009	Para Unesco, situação do professor é crítica
T9	04/10/2009	Estudos ligam boa educação a maior salário de professores
T10	04 10 2009	Salário de professor sobe 18% em 5 anos
T11	22 10 2009	Risco é criar elite em meio a mal remunerados
T12	23 10 2009	Prova terá peso maior para docente que disputar reajuste

³³ A perspectiva da identificação será elaborada com cuidado no capítulo 5 desta tese.

T13	24 10 2009	Valorização Docente
T14	09 11 2009	7 mitos na educação – Verdade ou Mentira

Paralelamente, outras matérias do *corpus geral* foram sendo recuperadas para contextualizar argumentos pontuais. Assim, para o leitor ter uma noção mais completa da padronização das matérias, sugerimos a leitura da tabela 01, incorporada no Apêndice A deste trabalho.

No próximo capítulo, problematizaremos com maiores consequências as relações entre fontes e jornalismo, observando o papel constitutivo desta relação. Procuraremos então, a partir do *corpus* principal, depreender com quais discursos dos especialistas o jornalismo dialoga para compor uma imagem do professor.

3. A COBERTURA JORNALÍSTICA E AS FONTES EM EDUCAÇÃO

Neste capítulo, pretendemos evidenciar a importância do caráter constitutivo das fontes de informação para a constituição dos textos jornalísticos acerca da educação, especialmente as fontes provindas do campo acadêmico.

Ele está dividido em três partes. Na primeira, recuperaremos o histórico do conceito de fontes de informação e sua determinação para a consolidação do jornalismo moderno, pautado na produção em grande escala e na distribuição de massa. Traremos um exemplo para mostrar como o uso das fontes pode produzir sentidos diversificados para o texto. Na sequência, nosso esforço será o de caracterizar as fontes de informação a partir de um breve histórico sobre como as fontes vêm sendo estudadas no campo da comunicação e pontuando nossa posição de tomá-las não limitadas às classificações, mas focando a relação discursiva entre fonte e jornalista. Na terceira parte, por sua vez, analisaremos as fontes em educação mais consultadas pelos jornalistas e aquelas presentes no nosso *corpus*, com o intuito de problematizar como as fontes corroboram os sentidos sobre os professores na produção jornalística.

3.1. Fontes de informação na constituição do jornalismo

A informação jornalística está atrelada à ideia de confirmação do que foi relatado. Ou seja, é necessário que tudo que é divulgado nas páginas dos jornais seja passível de confirmação pela sociedade que recebeu tal informação. Este é o princípio de pregnância do discurso da informação, com o qual trabalha Charaudeau (2006), que se instala no interior do critério de sociabilidade que compõe a organização do discurso da informação.

Questionando a hipótese clássica da informação, que é circunscrever o ato de informar em um processo linear entre Fonte de Informação, Instância de Transmissão e Receptor, Charaudeau (2006) repensa cada um desses elementos partindo da observação de que a informação é pura enunciação. Sendo a enunciação o momento em que a língua

acontece, em que o enunciado toma sentido e contorno, é consequente observar que há uma série de condicionantes operando no momento em que ela é produzida e é a partir de tais condicionantes que o autor se propõe a pensar o discurso da informação.

Há, portanto, a partir dessa concepção de informação como enunciação, uma reformulação sobre a problemática das fontes de informação na produção jornalística. Enquanto na perspectiva anterior, nomeada como “um ponto de vista ingênuo”, os únicos problemas estariam nas barreiras criadas para o acesso à informação (censura, velocidade de acesso às informações), do ponto de vista discursivo entra em questão o conceito de *validade* e o de *seleção da informação*:

Com relação à fonte, para além da questão de saber qual é a natureza da informação, coloca-se uma primeira questão que concerne à sua validade, isto é, o que constitui valor de verdade. (...) Há uma segunda questão que é que se coloca a respeito da fonte, trata-se da seleção da informação, seleção que se opera num conjunto de fatos que parece impossível de ser transmitido em sua totalidade. (CHARAUDEAU, 2006, p. 37)

O valor de verdade, ainda que para o autor também dependa das relações com o alvo e da maneira de tratar a informação, é constitutivo ao texto informativo e tem uma relação indissociável com as fontes de informação, pois são essas que asseguram a comprovação da existência do fato, sua coerência com a realidade e sua pertinência enquanto evento noticiável.

Concordamos com o autor que há uma dependência dos fatos com o valor de verdade e que as fontes têm papel central no aspecto de conferir valor de verdade. Contudo, consideramos que essa ideia vai além do fato de que a mídia “não pode inventar as notícias” (CHARAUDEAU, 2006, p. 147), mas relaciona-se muito mais com a constatação de que se ela der indícios de que inventa ou não diz a verdade, ou ainda, se indica manipular a verdade, sua sobrevivência, enquanto instituição, estará em xeque.

Partindo do fato de que tomamos o jornalismo como discurso, conforme apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, e a própria definição de Charaudeau de que o ato informativo será sempre uma construção regida pela enunciação, é impossível pensar que não há de algum modo um processo de “invenção” sobre o fato relatado. Assim sendo, ainda que não estejamos falando em “mentir”, a invenção no discurso informativo é consequência de uma inscrição discursiva do veículo informativo sobre os

fatos que ele organiza em seu relato, sobre as vozes das fontes que ele seleciona ou deixa de selecionar no momento da enunciação e sobre a produção do sentido do próprio leitor sobre o texto lido.

Ainda que não nos pareça muita novidade descartar também no jornalismo a possibilidade da unicidade do sujeito falante (DUCROT, 1987, p. 161) e a presença inegável de diferentes vozes constitutivas do discurso da informação, já que o estamos tomando como discurso, parece que a legitimidade do discurso da informação está justamente na capacidade desse discurso de ser partilhado socialmente, confirmado pelo maior número de pessoas possíveis por meio de um efeito de verdade produzido pelas fontes de informação.

Por essa razão, as fontes de informação são tão importantes para a sobrevivência do discurso da informação tal como se organiza hoje. Assim, o que nos parece pertinente observar é que essa organização do discurso informativo em torno da validade das fontes é resultado das condições de produção do discurso cuja finalidade é a materialização do jornalismo de notícias como conhecemos atualmente.

Nilson Lage (2003), no prefácio ao trabalho de Dittrich (2003), recupera a importância das fontes de informação como estratégia para a construção da credibilidade do jornalismo norte-americano, que buscou no conceito da objetividade o caminho para superar o sensacionalismo que o marcou profundamente nos seus primeiros anos, especialmente durante a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha, em 1898.

O modelo, tomado das ciências exatas e que até hoje prevalece no jornalismo de notícias, é utilizar ao máximo dados mensuráveis, conformes à realidade, evitando adjetivos e advérbios de valor testemunhal; confiar apenas em fontes oficiais, no próprio testemunho ou no depoimento colhido de três fontes independentes uma da outra sobre o mesmo evento; tentar discernir entre versão e fato nos relatos, ainda que de fontes prestigiadas; buscar nomeações menos carregadas de conotações positivas ou negativas; utilizar de preferência palavras de uso comum, cujo sentido presumivelmente todos dominam; cercar de ressalvas (geralmente citando a fonte) informação sobre que se tem dúvida. (LAGE, 2003, p.14)

O uso das fontes de informação é visto no jornalismo, junto com os outros recursos de objetividade, como uma reação essencial para fazer frente aos excessos cometidos pelos jornais que minavam sua credibilidade junto ao público. Mas,

acreditamos que esse recurso vai além de uma reação pontual, trata-se de um repensar sobre a constituição do fazer jornalístico.

Danilo Angrimani (1995, p. 19), em um trabalho sobre o sensacionalismo na imprensa, observa que ainda que existam tentativas difusas de datar e tipificar quando e como surge a imprensa sensacionalista, esse gênero “parece ter se enraizado na imprensa desde seus primórdios”. Analisando dados sobre a origem do jornalismo em dois países, a França e os Estados Unidos, o pesquisador observa que o sensacionalismo está engendrado nas primeiras publicações que deram origem ao que hoje nomeamos “jornal”. Ele destaca o especial interesse na divulgação de “*fait divers*”³⁴ *fantásticos e notícias sensacionais*”.

O pesquisador esclarece que os primeiros jornais parecem ter se constituído a partir de um misto entre o relato dos fatos, tal como temos hoje, eventos de guerra, catástrofes e epidemias, e a criação de histórias mirabolantes com a presença de monstros, contos e relatos de curandeiros.

Em *Uma História social da Mídia*, os pesquisadores Asa Briggs e Peter Burke (2004) observam que as constantes discrepâncias entre os relatos do mesmo evento, na nascente imprensa, trouxeram muito mais ceticismo do que certezas entre seus leitores, gerando para os primeiros jornais a imagem de textos não confiáveis e uma fama de imprecisão que perdurou durante muito tempo:

No fim do séc. XVII, as discussões sobre a confiabilidade de escritos históricos em geral citam as gazetas como caso-padrão de relatos não confiáveis de eventos. Para aqueles que participaram dele – ou simplesmente os testemunharam -, os textos impressos nos jornais muitas vezes pareciam totalmente falsos, pelo menos nos detalhes. (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 80)

Mas, é no jornalismo norte-americano, depois de um longo tempo, que o sensacionalismo vai ganhar conformação de gênero (ANGRIMANI, 1995), com nome e cor: jornalismo-amarelo³⁵. O primeiro jornal da história americana foi editado uma única

³⁴ Termo que vem do francês “fatos diversos” e é usado no jargão jornalístico para designar uma cobertura de temas mais leves e curiosos.

³⁵ Segundo Emery (1984), citado por Angrimani (1995), o termo tem origem numa história em quadrinhos publicada primeiramente no Word nomeada “Hogan’s Alley”, em que o personagem principal era um garoto de camiseta amarela, desdentado e orelhudo que ficou conhecido como Yellow Kid. Posteriormente,

vez e mesmo assim não deixou de marcar sua aparição com a presença de falas sensacionalistas, preconceituosas e histórias inventadas (ANGRIMANI, 1995).

É no final do século XIX que surgem dois jornais que vão marcar a história do jornalismo naquele país e institucionalizar os textos sensacionalistas: o *Word* e *Journal*. O primeiro, editado pelo Joseph Pulitzer, foi ao mesmo tempo inovador, para a materialidade gráfica do fazer jornalístico, e conservador, pois aprofundou a relação entre os acontecimentos e os elementos sensacionais:

Pulitzer foi o primeiro a publicar um jornal em cores, a utilizar “olhos” (textos curtos colocados nos espaços em branco ao lado do título do jornal) e descobrir o filão que representava reportagens em tom sensacional, cruzadas com apelo popular, amplas ilustrações e manchetes em igual tom sensacional. (ANGRIMANI, 1995, p.20)

O exemplo do “*New York Word*” inspirou um número significativo de jornais e também motivou a entrada de Willian Randolph Hearst no jornalismo³⁶, fato que rendeu ao pioneiro uma forte concorrência, aprofundando, assim, o espírito sensacionalista dos jornais. As disputas se acirraram com a conjuntura econômica e política da época, sobre as quais os jornais se posicionavam e influenciavam decisões importantes como, por exemplo, a guerra entre Estados Unidos e Espanha (ANGRIMANI, 1995).

A pesquisa de Angrimani (1995) sobre as disputas entre esses dois periódicos e as marcas que eles imprimiram na história da imprensa Americana parece-nos ser uma importante referência para compreender como o sensacionalismo se tornou um gênero e marcou a história do jornalismo. Contudo, ainda que o jornalismo norte-americano tenha institucionalizado o jornalismo-amarelo, é importante não perder de vista a primeira afirmação do pesquisador que nos chamou atenção e que, ao longo da sua investigação, parece perder fôlego: a de que o sensacionalismo está enraizado na imprensa.

Ao tentar definir a “imprensa-amarela” e a “imprensa-marrom”, o pesquisador parece separar esses jornais como exemplos, reforçando sua atuação como modelo da imprensa sensacionalista. No nosso ponto de vista, isso gera dois problemas para a

a história também passou a ser publicada no *Journal*, de Hearst e ficou marcada como um símbolo das disputas e concorrência entre os dois jornais. (ANGRIMANI, 1995)

³⁶ Filho de um magnata americano, posteriormente inspirou a produção do filme “*Cidadão Kane*”, dirigido por Orson Welles, que se tornou um marco no cinema americano.

interpretação dos acontecimentos da época. Primeiro, ao dar tanta ênfase aos exemplos emblemáticos, cria-se uma impressão de que no período pudéssemos também encontrar contraexemplos e, em segundo lugar, a impressão de que a cultura em tom sensacional fosse uma invenção da imprensa. Ainda que a imprensa possa ter contribuído para acelerar, ampliar e potencializar o gosto pelo sensacional, não podemos nos esquecer de que ela se constituiu dos processos culturais que marcavam a sociedade da época.

Nesse sentido, o levantamento desenvolvido por Briggs & Burke (2004) sobre a história social da mídia contribui de modo mais efetivo com nossa reflexão, pois evidencia que as mudanças culturais da época, marcadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, pela ascensão do capitalismo e pelas políticas de ampliação do público, engendraram um fazer jornalístico muito mais próximo do “entretenimento” do que da “informação”.

Em 1881 dizia-se que, como “um fenômeno admirável dos tempos modernos”, circulavam, somente em Londres, entre cinco e seis milhões de publicações baratas semanais ou mensais, mas isso era menos “moderno” do que parecia. E não estava relacionado à lei de educação como foi sugerido na época. [...] O letramento já estava em alta antes da lei de 1870, e havia uma viva demanda por material de leitura diferente daquele oferecido às pessoas cultas. O que aconteceu na década de 1880 e 1890 foi que o ideal de um público informado estava dando lugar às realidades de mercado, tanto na mídia quanto na economia. A força do radicalismo diminuiu, e não eram somente os conservadores que falavam em “dar ao público o que ele quer”. Para algumas publicações impressas eram um negócio como qualquer outro. (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 202)

Se por um lado o jornalismo acompanhava, aproveitava e aprofundava um ambiente cultural interessado nos acontecimentos sensacionais e no entretenimento, por outro, ele também promovia o embate crítico e o questionamento de suas condutas. Poetas, jornalistas, teóricos procuravam refletir sobre o papel do “novo jornalismo” na educação das pessoas e na constituição das sociedades democráticas, germinando um ambiente propício para se pensar uma produção com inspiração objetiva.

Não se pode deixar de considerar que o jornalismo surge no contexto do desenvolvimento de uma sociedade com tecnologia de impressão, substituindo as velhas formas de comunicação manuscrita ou oral. O desenvolvimento dos modos de impressão não é irrelevante para as transformações da relação do homem com o conhecimento. A

partir desse evento, cria-se a possibilidade de fixação dos textos, inexistente na comunicação oral ou limitada aos manuscritos produzidos em círculos fechados. Diferentes versões de um mesmo texto podem, a partir de então, ser confrontadas, os diferentes relatos textuais sobre um mesmo evento são passíveis de questionamento. Ou seja, a cultura manuscrita cria a “fixação”, mas também traz em sua constituição a “imprecisão”. (BRIGGS & BURKE, 2005)

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico foi causa e consequência da ampliação do público leitor que, por sua vez, propiciava o desenvolvimento de novas tecnologias para o incremento de novos leitores. É nesse contexto que podemos localizar o surgimento da objetividade na história do jornalismo. De fato, a objetividade não surge como negação da subjetividade, da imprecisão e do sensacionalismo, mas como reconhecimento desses efeitos e como uma tentativa de fazer frente a eles, tornando o trabalho jornalístico de algum modo mensurável (PEÑA, 2005).

Ao recuperar brevemente a história da imprensa, observamos que a presença das fontes de informação se inscreve em dois contextos distintos, porém, complementares: 1) a elaboração do conceito de objetividade jornalística para fazer frente ao sensacionalismo constitutivo que marca os primeiros anos de desenvolvimento da imprensa, e 2) o contexto do desenvolvimento tecnológico para ampliação do alcance dos jornais como empresas capitalistas.

Observamos que esses dois aspectos são interdependentes, já que a credibilidade da notícia e a confiabilidade do veículo, que dependem dos recursos da objetividade, também influenciam e são consequência da produtividade econômica da empresa jornalística.

Assim, acreditamos que ainda que o conceito de objetividade tenha surgido pela constatação de inevitável presença da subjetividade no fazer jornalístico e, de certa forma, pela ilusão de que de algum modo essa subjetividade poderia ser controlada, ela parece ter se consolidado não como um reconhecimento da subjetividade, mas como método para apagá-la (PEÑA, 2005). Nesse contexto de ilusão da completude no jornalismo, as fontes não surgem para marcar o plural, o diversificado, o conflito próprio ao desenvolvimento dos acontecimentos sociais que são a matéria prima da notícia. Ao contrário, parece-nos muito mais que o uso das fontes pode funcionar como títeres dos

sentidos que o jornalismo tenta imprimir em seu texto, para que, em nome da objetividade, possa se desresponsabilizar pelo que diz.

Nesse sentido, as fontes de informação tornaram-se a referência central do conceito de objetividade, por serem imprescindíveis para conferir o valor de verdade ao fazer jornalístico tão caro ao discurso da informação. Portanto, a presença de fontes de informação não só legitima o texto como também o inscreve no discurso da informação, pois permite que o texto seja lido como parte da realidade por ter sido testemunhado ou contato por fontes “confiáveis”.

É sopesando tais aspectos que pretendemos, na próxima seção, refletir sobre o que caracteriza as fontes de informação no jornalismo atual. Para tanto, apresentaremos um breve levantamento sobre as investigações no campo da comunicação em torno da problemática. A partir desse levantamento, observamos que há uma tendência à tipificação das fontes que, de algum modo, dá a ver a complexidade da problemática, mas não sem criar certa naturalização das relações entre fontes e jornalistas.

3.1.2. A classificação das fontes

Segundo a revisão feita por Manuel Pinto (2000), no texto “Fontes jornalísticas: contribuições para o mapeamento do campo”, dois modos de tratar o estudo das fontes prevaleceram no jornalismo: a concepção naturalista e os estudos classificatórios. A primeira trata as fontes como um resultado “natural” do processo de produção de informação, como se a escolha de uma fonte em detrimento de outra se limitasse ao contexto técnico do fazer jornalístico. Os estudos classificatórios tiveram o mérito de confrontar essa “concepção naturalista” apresentando a complexidade de ligações e posições assumidas por essas instâncias. Segundo o autor, uma organização geral, compilando diferentes modos de classificar, evidencia a complexidade do campo. Apresentaremos, no Quadro 12, que se segue, a compilação de trabalhos de cunho classificatório proposta por Pinto (2000).

Quadro 12 - Compilação de trabalhos de cunho classificatório (PINTO, 2000)

Critério de Classificação	Tipos de fontes
1. Natureza	Pessoais ou documentais
2. Origem	Públicas (oficiais), especialistas ou privadas
3. Duração	Episódicas ou permanentes
4. Âmbito geográfico	Locais, nacionais ou internacionais
5. Grau de envolvimento nos fatos	Oculares/primárias ou indiretas/ secundárias
6. Atitude face ao jornalista	Activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes) (CAMINOS MARCET, 1997. In: Bezunarte et al.1998, p.81-82)
7. Identificação	Fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais
8. Metodologia e a estratégia de atuação	Proativas e reativas (MCNAIR, 1998), preventivas ou defensivas.

Dentro dessa classificação, Pinto (2000) observa que há ainda abordagens que se preocupam em compreender as consequências da classificação para a dinâmica da atividade jornalística. Trata-se dos trabalhos que enfocam a problemática da relação entre fontes e jornalistas, a “fuga das fontes”, as fontes em “*off the Record*”, as notícias plantadas, os boatos, enfim, uma série de problemas reais que advêm da compreensão de que a notícia é uma construção e que seus sentidos estão em disputas, ou seja, que há interesses em ambos os lados, tanto por parte das fontes como por parte dos jornalistas.

Porém, os estudos classificatórios não foram suficientes para estabelecer toda a complexidade das relações que estão implicadas no uso das fontes. Temos de considerar que as fontes, sobretudo, remetem-nos para posições, relações sociais, falam de lugares bem determinados ora por suas posições enquanto pessoas no mundo, ora por seus vínculos institucionais, sempre por uma posição discursiva. Assim, segundo Pinto (2000), os estudos das fontes devem ultrapassar as perspectivas classificatórias e considerar aspectos que tocam a problemática da “relação”.

O autor propõe que é relevante para os estudos das fontes compreender tanto o objetivo da fonte com a divulgação quanto como o objetivo do jornalista ao selecionar a fonte. Por essa razão, ele propõe as seguintes problematizações, apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 13 - O objetivo da fonte e objetivo do jornalista (PINTO, 2000)

Interesses das Fontes	Interesses dos jornalistas
1. Visibilidade e atenção dos media	1. Obtenção de informação inédita
2. Marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção coletiva	2. Confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes
3. Angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços	3. Dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias;
4. Prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios	4. Lançamento de ideias e debates
5. Neutralização de interesses de concorrentes ou adversários	5. Fornecimento de avaliações e recomendações de peritos
6. Criação de uma imagem pública positiva.	6. Atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações diretamente recolhidas pelo repórter

A proposição do autor desmistifica a defesa da ideia de que a comunicação é pura informação e que o jornalista, ao emitir a informação, tem o controle completo do que diz. Para o autor, há tensão no processo de produção da notícia porque há interesses, nem sempre congruentes, que a perpassam de modo a colocar em evidência a relação entre fonte e jornalista.

Em outro levantamento mais recente sobre o quadro das pesquisas de fontes no jornalismo (SCHIMITZ, 2011), podemos observar que a tendência à classificação ainda persiste. O autor fez uma revisão bibliográfica bem completa sobre as pesquisas de caráter classificatório observando que predominam as sobreposições e as bipolaridades na hora da classificação. Reproduzimos, a seguir, o quadro proposto por Schimitz (2011) para organizar a profusão de classificações:

Quadro 14 – Organização da profusão de classificações segundo Schimitz (2011)

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária e secundária (PINTO (2000), LAGE (2001).	Oficial (GIERBER e JOHNSON, 1961). Oficial e não governamental (SIGAL, 1973). Oficial e oficiosa, Institucional e pessoal (GANS, 1980). Pessoal ou documental, pública ou privada (PINTO, 2000). Oficial, oficiosa e independente; testemunha e expert (LAGE, 2001). Organizada, aferição, referência e bibliográfica (CHAPARRO, 2009).	Ativa e passiva (GANS,1980). Ativa, passiva, proativa e reativa (MCNAIR,1998). Ativa ou passiva, proativa ou reativa (PINTO, 2000). Informal e aliada (CHAPARRO, 2009)	Explicitada Ou confidencial (PINTO, 2000).	Confiável e duvidosa (GANS,1980). Confiável (LAGE, 2001). Fidedigna e duvidosa (CHARAUDEAU, 2009).

Observamos pela composição do quadro que o que prevalece entre os pesquisadores é a preocupação com “o grupo” das fontes. No nosso ponto de vista, o vínculo institucional também é central. Posteriormente ao levantamento das categorias já existentes, o autor propõe outro quadro tentando imprimir um caráter taxonômico, que aparece da seguinte forma:

Quadro 15 – Proposição de Schimitz (2011) para organizar as classificações das fontes:

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Individual Testemunhal Especializada Referência	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Sigilosa Confiável	Fidedigna Duvidosa

Apesar da relevante tentativa de superar as dicotomias das classificações existentes e evidenciar quão “Complexa e múltipla, a tipificação das fontes”, comportando variados tipos, nomenclaturas e classificações, o trabalho de Schimitz

(2011) não deixa de confirmar a crítica de Pinto (2000) feita às pesquisas que enfatizam a classificação:

Encontramos vários destes aspectos referidos em trabalhos relevantes para o campo [...]. Elencados do modo como acabámos de fazer, levantam-se, no entanto, várias dificuldades que importa examinar. Uma delas é a de criar a ideia de que, por esta via, obtemos respostas a problemas que ainda nem sequer chegaram a ser formulados. Por exemplo, colocando a questão das fontes deste modo, pode-se fazer passar sub-repticiamente a ideia de que as fontes e os jornalistas são realidades uniformes, homogéneas, invariáveis. Ora, na esteira de Ericson (id.: 24), fontes e jornalistas parecem estar ligados por relações que pressupõem diferentes níveis de variação, os quais dependem do tipo de organização das fontes e do tipo de organização das notícias. (PINTO, 2000, p. 281)

Enfim, classificar pode dar aos jornalistas e pesquisadores da área um modelo para a organização das fontes, mas, a nosso ver, não é suficiente para formar uma compreensão das fontes e do modo como se organizam e como os jornalistas se relacionam com elas. É importante não perder de vista a afirmação com a qual conclui Pinto (2000), a partir da afirmação de Bourdieu (1996), “o jornalista é uma entidade abstracta que não existe”, ou seja, o que há no jornal não é uma massa hegemônica, são sujeitos, pessoas singulares com diferentes formações, interesses, posições e histórias de vida.

Trazemos como contribuição para esta reflexão, sobre a impossibilidade de completude da definição da fonte, o estudo de Riolfi (2000) acerca da relação entre corpo e linguagem. Aparentemente, o trabalho de Riolfi (2000) não se relaciona com as fontes jornalísticas. Contudo, um olhar mais de perto nos permite considerá-lo como um trabalho que traça um bom caminho para pensarmos o que tanto nos incomoda na incansável tentativa dos pesquisadores e jornalistas de classificar as fontes: o desejo impossível de tornar uno algo que é múltiplo.

Usando como referência para sua reflexão o livro *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, a autora observa que falar em artigo definido “o cego”, “o professor” é prender o sujeito em um todo e, conseqüentemente, não respeitar sua diferença. Nas suas palavras: “Tal formulação linguística incomoda-me, então, porque nela há uma vocação para o todo, para algo que – hipoteticamente – uniria, somaria cada deficiente visual em

uma única entidade, retirando-os do estatuto de sujeito para derrubá-los no coletivo, no conjunto.” (RIOLFI, 2000, p.72)

De modo análogo, acreditamos que a classificação das fontes é construída a partir de estereótipos de unificação: a fonte oficial, a fonte sigilosa etc. Trata-se de um desejo que não se completa, pois “a fonte oficial” pode ter interesses pessoais que passam longe da sua posição institucional, de modo que, na relação com o jornalista, esse pode usar do “oficial” para deixar transparecer o pessoal. Assim, mais do que a classificação, interessamos a relação entre fonte e jornalistas.

Com o intuito de trabalhar muito mais com o “traço” distintivo que marca a relação entre jornalista e fonte, vamos ater-nos mais à simbiose do que aos distanciamentos, justamente porque queremos destacar o traço da educação. Portanto, não estamos preocupados em tipificar ou classificar as fontes em educação – ainda que não ignoremos o trabalho de classificação, tomando, inclusive, proveito da tipificação já existente. Nosso foco é compreender como as fontes em educação produzem sentidos sobre os professores nos textos jornalísticos.

Nesse sentido, na próxima seção, partiremos para uma reflexão sobre a produção de sentidos no discurso da informação, a partir dos aspectos do tratamento das fontes no jornalismo, e a produção de sentidos que resulta da relação entre jornalistas e fontes.

3.2. Jornalismo, fontes de informação e produção de sentidos

Em trabalho a respeito do discurso das mídias, Charaudeau (2006) classifica as fontes em dois grupos, com base na relação que elas estabelecem com o mundo das mídias: as de ordem “interna” e as de ordem “externa”. As primeiras seriam resultado dos mecanismos construídos pela própria máquina midiática para garantir a cobertura das informações, acessando, verificando e apresentando as fontes por meio de seus próprios recursos; essas também têm um caráter interno e externo aos organismos de informação. Enquadra-se nessa categoria o trabalho investigativo dos repórteres que buscam levantar dados, colher informações, comparar os fatos que envolvem o acontecimento, observar as

estatísticas, acompanhar declarações oficiais e oficiosas, ler textos e informações publicadas por partidos e organizações sociais e, enfim, pesquisar os acontecimentos a partir dos ganchos jornalísticos estabelecidos pela organização da pauta noticiosa.

As fontes externas às mídias são compostas pela consulta aos organismos institucionais, fontes oficiais, como o Estado, e Fontes Oficiosas, as fontes independentes, como as testemunhas – pessoas que testemunharam o acontecimento relatado, os representantes, os especialistas e até mesmo outros jornalistas, ou seja, podem ser categorizadas pelo caráter institucional e não institucional. Vejamos o quadro proposto por Charaudeau (2006, p. 148):

Quadro 16 - Fontes de Informação em Charaudeau (2006, p.148)

A identificação das Fontes³⁷			
Int. Mídias		Ext. Mídias	
Int. Org. Infor	Ext. Org. Infor	Institucional	Não-Institucional
<ul style="list-style-type: none"> • Correspondentes • Enviados especiais • Arquivos próprios 	<ul style="list-style-type: none"> • Agências e Indústrias de Serviços • Outras mídias 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado-Governo • Administrações • Org. Sociais (partidos, sindicatos) • Políticos (representantes sociais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Testemunhas • Especialistas • Representantes (corpos profissionais)

É na categoria externa que o autor avalia que exista a maioria dos problemas nos desdobramentos das relações com as fontes e o processo de produção da informação, pois, apesar de ter uma aparente relação de independência com esses organismos, as informações que são prestadas por essas fontes são tratadas no interior da instância de produção da informação. Os problemas, segundo o autor, reportam-se a uma série de escolhas feitas no processo de produção, para o tratamento da fonte, que levam a produção de diferentes sentidos na hora de emitir e receber a informação.

Para apresentar às fontes, é preciso, antes de tudo, querer fazê-lo, que nem sempre é o caso. Em seguida é necessário fornecer a origem das fontes e os meios de identificar os signatários pelo nome, pelo status, função e pelo

³⁷ Como observamos no texto, para esse autor, as fontes podem ser classificadas por sua relação com o mundo das mídias em internas (“int. mídias”) e externas (“ext. mídias”). Por sua vez, as fontes internas são classificadas pela sua relação com o organismo de informação: interna aos organismos de informação (“int.org.info”) ou externas a eles (“ext.org.info”).

pertencimento ou não ao organismo de informação considerado. Mas isso não é tudo, pois está em causa o modo de nomear a fonte, escolhendo um *modo de denominação* e uma *modalidade de enunciação* que indique a relação que a mídia mantém com a fonte. (CHARAUDEAU, 2006, p. 148)

As fontes de informação, portanto, independente da sua origem, são recursos trabalhados no interior da instância midiática para conferir valor de verdade e acrescentar sentidos à informação. Ao recorrer a uma fonte, o jornalista lança mão de uma série de recursos para garantir que o valor de verdade seja alcançado, ainda que, por motivos diversos, esse efeito não seja atingido.

Vejamos o conceito de denominação, proposto pelo autor, o qual está inscrito em um processo básico de identificação da fonte. Poderíamos pensar que a identificação passa apenas por nomear a fonte e sua relação com a informação, porém, veremos que o ato de nomear requer escolhas por parte de quem nomeia e que, portanto, não parece ser um processo simples.

Dentre as implicações que aparecem nesse processo de escolha ao dar nome à fonte, observamos: a fonte será identificada pelo nome pessoal ou pela sua inscrição institucional? Haverá marcas de deferência ou não? Elas serão acompanhadas pelo título ou não? Pela função ou pelo *status* profissional? Serão nomeadas de modo direto ou indireto (CHARAUDEAU, 2006)? Haverá destaque para as qualidades das fontes? Como? Cada uma dessas escolhas carrega um sentido para a fonte, de modo a dar credibilidade e prestígio ou, ao contrário, lançar desconfiança e incredibilidade.

A *modalidade de enunciação* é outro conceito importante para a análise de Charaudeau (2006), pois, ao reportar as declarações da fonte, o jornalista dá a ver sentidos que vão para além do que foi dito. Se optar pelo uso de verbos de “modalidade”, confere credibilidade à fonte, por “locuções” ou pelo “emprego do condicional”, marca um distanciamento pelo o que é dito. Assim, não é incomum percebermos a ação desse efeito de *denominação* e de *enunciação* na produção de sentidos das fontes que estão presentes no material jornalístico.

Para observar como esse efeito se dá no texto, vamos analisar duas matérias, retiradas do nosso *corpus* geral, que não estão entre apresentadas no *corpus* específico. Elas foram publicadas no mesmo jornal em dias diferentes, mas muito próximas

temporalmente uma da outra. Observe-se que em cada uma delas o mesmo especialista é denominado de modos diferentes assim como a modalidade de enunciação utilizada.

Para facilitar a visualização, grifamos os elementos que destacaremos em nossa análise:

Matéria 1 (T18) – Matéria publicada na Folha de São Paulo (FOLHA, 2009c).

Linhas	Trechos de matéria publicada na Folha de São Paulo
1	São Paulo, quinta-feira, 12 de novembro de 2009
2	Congresso aprova aumento de verba para educação
3	DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
4	O Congresso promulgou ontem a emenda constitucional que tira a educação da DRU
5	(Desvinculação de Receitas da União). O mecanismo, criado em 1994, permite à Uni-
6	Com isso, o Ministério da Educação afirma que terá R\$ 7,7 bilhões adicionais já no
7	ano que vem, o que corresponde a 19% do orçamento atual da pasta. Para 2011, a
8	estimativa oficial é de R\$ 11,3 bilhões. (...)
9	O maior desafio será incluir as crianças mais novas. Segundo o IBGE , 27% das crian-
10	ças com quatro e cinco anos e 16% dos adolescentes de 15 a 17 estavam fora da es-
11	cola em 2008.
12	Para José Marcelino Rezende Pinto, professor da USP e ex-presidente do Inep (Insti-
13	tuto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) a medida é bem-vinda, mas é
14	preciso que os recursos cheguem a Estados e municípios, que têm atribuição sobre a
15	pré-escola.(...)

Nessa primeira matéria, observamos que apenas uma das fontes está denominada por seu nome próprio, acompanhada da sua inscrição institucional, que, nesse caso, é dupla, todas as outras fontes são apenas nomeadas por sua inscrição institucional. Para observarmos o texto de modo mais efetivo e procurarmos entender o porquê dele estar dessa forma e não de outra, organizamos um quadro destacando os modos de denominação de cada uma das fontes.

Com tal organização, pudemos destacar alguns detalhes que consideramos relevante para o desenvolvimento da nossa argumentação sobre a produção de sentido no tratamento das fontes. Primeiro que as fontes institucionais, sem nome próprio, estão acompanhadas de verbos que expressam modalidade, o que consideramos como uma

estratégia para conferir valor de verdade, como é o caso de “afirma”. Há uma imagem no texto de o que foi feito e dito por essas instituições não é passível de contestação.

Outro elemento que notamos é o tratamento dado às siglas, que denominam uma das fontes e predicam a outra: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Universidade de São Paulo (USP). Enquanto o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) é apresentado em sigla e, posteriormente, traduzido, tanto o IBGE e a USP aparecem apenas como sigla.

Segundo o *Manual de Redação da Folha*, as siglas devem ser evitadas porque dificultam a leitura, mas quando necessárias deve ser primeiramente escrito por extenso seu significado, para só então serem apresentadas as siglas. Contudo, o jornal abre exceções para o que chama de “casos consagrados, como Aids, Bradesco, Embratel, ONU, OLP, **USP**.” (Folha, 2001, p. 98).

Não há nesse mesmo manual nenhuma indicação sobre quais os critérios para a classificação do que é considerado “consagrado”, o que nos leva a supor que o que se predominam são os critérios subjetivos e os critérios de noticiabilidade³⁸. Assim, percebe-se que a Universidade de São Paulo está entre o grupo de fontes consideradas “consagradas” pelo jornal, o que confere, de imediato, a interpretação de que ser “professor da USP” gera maior credibilidade à fonte do que o uso apenas de “ex-presidente do Inep”. O Quadro a seguir favorece a leitura da nossa interpretação:

Quadro 17 – Explicitação da estrutura textual em torno dos especialistas de T18.

Fontes (T18)	Denominação (T18)	Verbos (T18)	Predicados (T18)
Congresso	Congresso	Promulgou	-
Ministério da Educação	Ministério da Educação	Afirma	-
IBGE	IBGE	Segundo	-
José Marcelino Resende Pinto	Professor da USP	É preciso	Professor
	Ex-presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).		Ex-presidente

³⁸ Como trabalhamos no capítulo anterior, ao selecionar e recortar um acontecimento para se tornar notícia, ele deve atender a alguns critérios do que seja uma notícia, de um modo geral - como a atualidade, a imprevisibilidade, o impacto social e, de um modo específico, o interesse do público, o impacto econômico, a valorização política, critérios de cientificidade, entre outros.

As escolhas das denominações das fontes indicam que o jornalista se preocupou em tornar o texto “objetivo”, apresentando informações de fontes “oficiais”, sem adjetivação e com dados mensuráveis. A única fonte predicada pelo jornal, portanto, é a do especialista convocado para comentar o “fato”, o que pode conduzir a uma leitura que a fala do especialista é a única interpretação para o acontecimento apresentado. É interessante observar o que acontece à denominação da mesma fonte três dias depois, em outra matéria publicada pelo mesmo jornal:

Matéria 2 (T19) – Matéria publicada na Folha de São Paulo (Folha, 2009d).

Linhas	Trechos da matéria publicada em 15 de novembro
1	Ribeirão Preto, Domingo, 15 de Novembro de 2009
2	Inclusão digital ainda não é realidade na sala de aula
3	Conselho de Educação vê falta de preparo do docente e pouco uso de laboratórios
4	Ainda existe resistência principalmente por parte dos professores mais velhos, de acordo com a Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto
5	JEAN DE SOUZA
6	DA FOLHA RIBEIRÃO
7	Alvo de políticas públicas de governos e da iniciativa privada nos últimos anos, a inclusão digital nas escolas da região ainda tenta decolar. Para alçar os estudantes - principalmente os das escolas públicas, com menos acesso a computadores em casa ao universo digital, persistem alguns obstáculos, como a falta de equipamentos e de preparo dos professores. (...)
8	Aluna do 1º ano do ensino médio da escola estadual Dr. Guimarães Júnior, Michele Resende da Silva, 16, diz ainda não ter sido incluída nesse movimento de digitalização. "Nunca uso o computador na escola. Sei que depois das férias [do meio do ano], trouxeram computadores novos, mas nunca utilizamos", afirmou.
9	Para o presidente do Conselho Municipal de Educação, José Marcelino Rezende Pinto , a falta de preparo dos educadores é o principal empecilho para o sucesso da inclusão digital nas escolas. Ele elenca ainda insuficiência de equipamentos, e a respectiva manutenção, e a subutilização de laboratórios, entre outros gargalos.(...)
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

Note-se que, na segunda reportagem, publicada três dias depois da anteriormente analisada, o mesmo especialista foi chamado para comentar dados sobre inclusão digital na matéria intitulada “Inclusão digital ainda não é realidade na sala de aula”. Nessa matéria, ele foi identificado como sendo presidente do Conselho Municipal da Educação, dado que não apareceu em nenhum lugar da matéria anterior.

Consultando o *currículo lattes* do pesquisador, confirmamos que sua vinculação profissional corresponde a todas as funções pelas quais foi identificado no jornal nas diferentes matérias. Não esperávamos que o jornal mentisse sobre a posição do pesquisador, contudo, é relevante observar que, em um dado momento e em uma dada matéria, há o privilégio de uma função em detrimento de outra. Obviamente, essa “seleção” do jornal tem muito a dizer sobre os sentidos que pretende imprimir ao texto.

Em primeiro lugar, observamos o tratamento dado às fontes e notamos que, de fato, há um movimento desenvolvido pelo jornal que se enquadra na hipótese explicativa trazida por Charaudeau (2006) sobre o modo como o jornal nomearia a fonte partindo do interesse particular que pretende com a informação dada. Para explicar melhor a análise dos sentidos que pudemos depreender a partir do tratamento das fontes em nossos exemplos, vamos retomar o quadro apresentado, incluindo agora as fontes da T19:

Quadro 18 – Explicitação da estrutura textual em torno dos especialistas de T18 e T19.

Fontes (T18)	Denominação (T18)	Verbos (T18)	Predicados (T18)
Congresso	Congresso	Promulgou	-
Ministério da Educação	Ministério da Educação	Afirma	-
IBGE	IBGE	Segundo	-
José Marcelino Resende Pinto	Professor da USP	É preciso	Professor
	Ex-presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).		Ex-presidente
Fontes (T19)	Denominação (T19)	Verbos (T19)	Predicados (T19)
José Marcelino Resende Pinto	Presidente do Conselho Municipal de Educação	Falta	Presidente
Michele Resende da Silva	Aluna do 1º ano do ensino médio da escola estadual Dr. Guimarães Júnior	Diz	Aluna; 16 (anos)

A primeira indagação que nos fizemos é por que na primeira matéria a fonte usada para comentar os dados oficiais aparece como professor da USP e como “ex-presidente” do Inep e não como presidente do Conselho Municipal de Educação, como na segunda matéria. Seria possível explicar a denominação exclusivamente pelo fato de que enquanto a primeira matéria tem um enquadramento nacional, desenvolvida pela sucursal de

Brasília e tratando de um tema de repercussão nacional, a segunda tem um enquadramento municipal, por ter sido produzida na sucursal de Riberão Preto³⁹? Ainda que não seja possível descartar a presença desse dado e a relevância disso para a escolha na denominação da fonte, defendemos que outros elementos também devem ser considerados na análise.

Observamos em T18 que o especialista consultado é convocado pela reportagem não apenas para comentar os dados oficiais que, como vimos, são apresentados como elementos da realidade - dados e acontecimentos irrefutáveis - mas, especialmente, para confirmar o que nos parece ser o “eixo” da matéria, ou a concepção central da matéria (DARNTON, 2010).

Robert Darnton (2010), no artigo “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente pública”, descreve o cotidiano do trabalho dos jornalistas tomando como modelo sua experiência pessoal como repórter no *The New York Times*. Ele observa que “quase todos os artigos se desenrolam em torno de uma concepção central sobre o que constitui a ‘matéria’, é o que também poderíamos nomear como o ‘gancho jornalístico’”. Por exemplo, nas matérias que citamos, os ganchos parecem girar em torno de: 1) que o aumento de verbas para educação não significa melhorias concretas para as escolas, especialmente para os anos iniciais, e 2) se não há inclusão digital é porque falta preparo ao professor.

Reforçamos que a primeira matéria não é só um relato de que a educação foi retirada da Desvinculação da Receita da União (DRU) e que isso tem como consequência um aumento de verbas real para a pasta do Ministério da educação. Ao apresentar números oficiais sobre crianças fora da escola, o jornalista sinaliza que o “desafio maior” é transformar o dinheiro em ações concretas para inclusão dessa faixa etária. O gancho confirma-se justamente na fala do especialista relatada pelo discurso indireto “a medida é bem-vinda, mas é **preciso** que os recursos cheguem a Estados e municípios, que têm atribuição sobre a pré-escola”.

³⁹ É importante lembrarmos que a Folha é um jornal que, ainda que tenha sistema de sucursal e repórteres diferentes produzindo textos, tem uma política significativa de padronização. Nesse sentido, repórteres e editores procuram trocar informações sobre as fontes consultadas e, frequentemente, optam por uma padronização das denominações. Contudo, como vimos no exemplo, nem sempre isso acontece.

O mesmo acontece no segundo texto, em que o gancho se confirma com a fala do especialista: “a falta de preparo dos educadores é o principal empecilho para o sucesso da inclusão digital nas escolas [...]”. Assim, a escolha do especialista implica, nesses casos, uma estratégia de confirmação do gancho, do eixo da matéria, o que nos leva a afirmar que as fontes também partilham dos sentidos produzidos pelos jornalistas, ainda que não se possa afirmar que o façam deliberadamente.

Por outro lado, enquanto no primeiro caso o especialista assume uma fala em oposição às estatísticas oficiais, na segunda ele colabora com a “leitura” do oficial sobre o tema, que também é o gancho do jornalista. Logo, não é por acaso que no primeiro caso há um privilégio em denominações consideradas independentes (Inep e USP) e no segundo prevalece uma vinculação mais oficial (Conselho Municipal de Educação⁴⁰).

Com esses exemplos, parece que conseguimos observar, na materialidade do texto jornalístico, que há uma relação estreita entre a fonte e a produção de sentidos no discurso jornalístico. A voz do outro é condição estruturante no texto, não só somando informações, mas garantindo a sua organização, seus sentidos e seu valor de verdade.

Outro dado é o uso diversificado da *modalidade de enunciação* (CHARAUDEAU, 2006) no tratamento das informações prestadas ao jornalista pelo informante. As informações ligadas às Universidades geralmente são apresentadas acompanhadas por verbos de modalidade (afirma, diz) de modo a conferir um caráter científico à informação prestada, portanto, com *valor de verdade*, enquanto que informações de instituições públicas, como o MEC, por exemplo, são acompanhadas do emprego do condicional (diria, explicaria) e assim tomadas mais como interpretações do fato e distanciadas do valor de verdade.

O uso do verbo de modalidade para os especialistas provindos das universidades tem relação, a nosso ver, com a percepção da ciência e do cientista entre os jornalistas que remonta ao iluminismo e a ideia de que o sujeito da ciência possui a verdade absoluta sobre os fatos. Considerando que o jornalismo, enquanto prática humana de coletar e difundir informações, tem como tradição política e filosófica a busca pela “objetividade

⁴⁰ Ainda que o colegiado seja composto por representantes da sociedade civil, da comunidade civil, além dos representantes oficiais do Município, ele é constituído por lei municipal, com sanção do executivo e a indicação de seus membros pode ter certa independência, mas passa pela nomeação do prefeito.

dos fatos”, não é de se estranhar que seus profissionais evitem debater a ciência a partir de uma perspectiva de construção discursiva.

Assim, conseguimos explicar porque em diferentes matérias acerca de um mesmo assunto e em um curto período de tempo, em um mesmo veículo, um especialista pode estar vinculado a instituições diferentes. Em T18, a posição de confirmação, o eixo contrário aos dados oficiais, é mais aceita se partir de uma fonte considerada “independente”, o que é o caso das fontes provindas da universidade. Por outro lado, em T19, a posição do especialista muda para aquela de quem fala pelo “oficial”, explicando os dados coletados pelo repórter.

Consideramos que os mecanismos de tratamento da fonte, que Charaudeau (2006) mapeou em seu projeto de compreensão do discurso da mídia, podem ser úteis para dar mais objetividade na tentativa de compreender a influência das posições das fontes na ordenação das ideias do trabalho jornalístico, tal como aponta a descrição de Darnton (2010). Esse último, inclusive, propõe que “uma sociologia do jornalismo deveria analisar a simbiose, além dos antagonismos que crescem entre um repórter e suas fontes, e deveria ainda levar em consideração que essas fontes constituem um elemento importante do *seu público*”. (DARNTON, 2010, p. 92)

Não temos a pretensão, neste trabalho, como já evidenciamos na introdução, de dar conta de uma “sociologia do jornalismo”, mas consideramos essencial para o nosso enfoque sopesarmos muito mais a simbiose do que os antagonismos presentes na relação entre fonte e jornalistas.

O trabalho de Charaudeau (2006) é relevante para mapear algumas características que marcam o discurso midiático. Ainda que o autor não tenha ignorado o fato de que no discurso midiático as vozes do outro são constitutivas, tomaremos como referência mais direta para pensar tal questão o trabalho de Pêcheux (2010), sem descartar, evidentemente, a classificação das fontes descritas por Charaudeau (2006).

Avaliamos como importante essa opção justamente porque ela pode contribuir para abrir uma perspectiva diferenciada no modo como se tem investigado as fontes nos estudos científicos sobre o jornalismo, ora tendendo à tipificação e simplificação, ora mitificando as fontes jornalísticas, a relação dos jornalistas com elas e a relação delas

com o jornalismo (PINTO, 2000). Nossa perspectiva, ao contrário, é tomá-las como parte do processo de constituição do discurso.

3.3. Fontes de informação em Educação – como a fala dos especialistas repercute na imprensa?

Para perseguir nossa hipótese de trabalho, precisávamos definir que discursos e de quais especialistas iríamos tomar como objeto de análise. Concluimos que o melhor seria seguir o caminho aberto pela própria imprensa, priorizando aqueles “especialistas” privilegiados no texto jornalístico. Assim, após a organização e sistematização do material informativo, pudemos chegar a algumas conclusões a respeito dos especialistas mais procurados pela imprensa.

Como sinalizamos no capítulo anterior, concluimos que os pesquisadores vinculados às universidades são os mais consultados pelos jornalistas na hora de produzir uma matéria sobre o professor, na sua maioria, mas não exclusivamente, são os professores ligados às Faculdades de Educação que opinam. Das universidades, as públicas paulistas são as mais consultadas e dessas, a Universidade de São Paulo e sua Faculdade de Educação tem significativo destaque⁴¹.

É importante frisar que tomamos como fontes “especialistas” apenas aqueles profissionais de instituições que foram consultados para opinar sobre os dados apresentados pelos jornais. Logo, descartamos nesta análise as fontes utilizadas para acrescentar dados às informações prestadas pelo texto jornalístico ou ainda as fontes que são usadas para expressar uma posição explicitamente contrária àquela que é posta no texto, o que no jornalismo costuma-se chamar de “o outro lado da notícia”. Mais uma vez, reforçamos que o nosso objetivo com a reflexão acerca da presença dos especialistas no jornalismo é identificar os mecanismos de colaboração de sentidos, de modo que

⁴¹ Mesmo a Folha de S. Paulo sendo um jornal de circulação nacional, é visível a prioridade dada aos pesquisadores situados nas Universidades Paulistas, dos 41 especialistas de universidades consultados nas matérias pesquisadas apenas 2 são de universidades de outros estados: a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

possamos perceber como o especialista corrobora a tese do jornal e lhe acrescenta valor de verdade.

Dentro das 14 matérias que compõem nosso *corpus* principal, particularmente duas nos chamaram atenção pelo modo como elas constroem o argumento sobre a educação e os professores. Elas são matérias complementares, ou seja, publicadas no mesmo dia e compostas numa mesma página, por isso, optamos por, além da numeração padrão, tratá-las como A e B. Os sentidos dessas matérias parecem inaugurar no jornal, e entre os jornalistas, um novo modo de ver o tema, sob a perspectiva de convocar os melhores professores. Até então, esse era um argumento pouco usado pela Folha de São Paulo e que passa a ser recorrente nas páginas do jornal. Traremos alguns trechos das matérias a que nos referimos para materializar nossa argumentação:

Quadro 19 – Principais trechos das matérias selecionadas como geradoras de sentidos para o *corpus* principal.

	TEXTO T1	TEXTO T2
Trechos	País forma cada vez menos professores.	Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno.
A	Apesar da carência por professores de 5ª a 8ª série e ensino médio, o país sofreu pelo segundo ano consecutivo uma queda no número de universitários formados em cursos voltados a disciplinas específicas do magistério.	Coordenadora da Faculdade de Educação da Y e especialista em condições de trabalho e formação de professores, Z diz que uma conjunção de fatores como " desprestígio ", " falta de respeito social " e " baixos salários " contribui para o declínio da carreira e a baixa procura pelos cursos de magistério. (grifos nossos)
B	Pesquisadores da área de educação afirmam que a falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários pagos no magistério e à pouca valorização social da carreira. Até mesmo escolas tradicionais reclamam das dificuldades para contratar professor. O colégio X, de São Paulo, por exemplo, afirma que precisou criar um programa para formar seus próprios ex-estudantes para as disciplinas mais críticas (grifos nossos)	Segundo diz, "isso se reflete da pior maneira possível" nos alunos. "Um professor que não acredita na sua profissão passa ao aluno esse descrédito. E como um aluno vai respeitar um professor que não tem respeito pela própria profissão? Como um aluno vai desejar uma carreira igual?", questiona.

Observamos, em primeiro lugar, que ambas as matérias foram publicadas no mesmo dia na Folha de São Paulo, na mesma página, o que indica que são matérias complementares. A primeira se pauta na divulgação dos dados do *Censo do Ensino Superior*, divulgado pelo MEC, e a segunda convoca uma série de especialistas para comentar o “fato” de a carreira docente estar menos atrativa, segundo o Censo. Assim, as matérias dialogam entre si e de algum modo tentam explicar o motivo de cada vez menos pessoas buscarem a carreira de professor.

A primeira argumentação é que a carreira não tem atratividade em função dos baixos salários; a segunda é atribuída à valorização social da profissão. Porém, em nenhuma das matérias se problematiza o que está sendo chamado de “valorização social”. Ao compararmos as duas matérias, podemos depreender que a valorização social passa por uma valorização econômica.

No Trecho B da matéria T1, o repórter menciona “pesquisadores” sem especificar a quem ele se refere, mas o leitor da Folha já se remete à outra matéria: “**Pesquisadores** da área de educação **afirmam** que a **falta** de interesse em ser professor ocorre **principalmente** em razão dos **baixos salários** pagos no magistério e à pouca **valorização social** [...]”. Observamos que o texto se esforça em reduzir as interpretações pelo uso de denominações positivas, como “pesquisadores”, pelo uso de verbos como “afirmam”, que dá pouca margem para duvidar da informação, e pelo uso do advérbio “principalmente”, que conota o sentido de importância das razões apontadas.

Ao trazer a fala do especialista na outra matéria (T2), contudo, o salário cai em prioridade sendo apresentado como o último fator do desprestígio: “[...] **diz que** uma conjunção de fatores como ‘**desprestígio**’, ‘**falta de respeito social**’ e ‘**baixos salários**’” contribuem para o declínio da carreira e a baixa procura pelos cursos de magistério. Como se trata de um discurso relatado, não podemos afirmar que o jornalista é o responsável pela escolha da ordem dos argumentos, mas também não podemos nos esquecer de que a fala da especialista em questão foi tratada no interior da instância midiática, como aponta Charaudeau (2006).

Esse fato abre o precedente para perguntarmo-nos por que essa frase foi escolhida e não outra para compor o texto jornalístico? Consideramos que a resposta para tal pergunta pode vir do próprio modo como o restante da matéria se desenvolve, indo, aos

poucos, afastando-se da ideia do “salário” como o principal motivo do desinteresse para a carreira e se aproximando e valorizando cada vez mais “o prestígio” e a “valorização social”. Tal ideia se confirma na escolha de outras falas do texto T2, destacadas nos trechos C e D, como mostraremos a seguir:

Quadro 20 - Destaque dos excertos do texto T2

Matéria T2	
C	Para H , professor titular de política educacional da W e vice-presidente do J, não só o salário contribui para a baixa procura, " embora seja uma coisa determinante ", mas " a falta de estímulos para a profissão ".
D	"Professor não tem mais o status que tinha . E é um ciclo vicioso . Recrutam-se professores no ensino médio que tiverem má-formação . Nas escolas de ponta, só 2% ou 3% declaram que vão prestar vestibular para ser professor. Os que vão para cursos como física ou química querem ser pesquisadores ", <u>diz H</u> .

Observamos que há certa insistência em marcar no texto, a partir da recuperação das falas dos especialistas, que o salário não é o único fator desmotivador da carreira. Ainda que o salário seja apresentado como “uma coisa determinante”, o jornalista não tira muitas consequências de tal afirmação. A única menção a dados mais objetivos a respeito do salário do professor irá aparecer na última linha da matéria de forma bem solta. Nossa percepção é que essa última linha poderia, inclusive, ser cortada do conjunto do texto: “A média salarial de um professor da rede particular que trabalhe em período integral (40 horas por semana) é de R\$ 3.780, segundo o Sinpro-SP (sindicato da rede particular).”

Outro elemento que nos chamou bastante atenção é a coincidência da fala desse último especialista, que estamos denominando como “H”, grifado no trecho D, com uma matéria que analisamos no capítulo 2 desta tese que não foi publicada na Folha de São Paulo e compõe nosso levantamento nos outros veículos de comunicação. Para auxiliar na retomada do argumento do texto, vamos recuperar o trecho de L1, que analisamos como fragmento B, e colocar ao lado do fragmento D de T2. Importante observar que L1 foi publicado em um veículo completamente diferente, oito meses depois da matéria publicada na Folha:

Quadro 21 – Destaque dos excertos para comparação entre os textos L1 e T2

Texto L1 (B)	Texto T2(D)
Outro dado emblemático é que cerca de 48% das famílias dos professores têm renda mensal de no máximo três salários mínimos. Configura-se, assim, um círculo vicioso: jovens mal formados ingressam numa carreira desprestigiada - apesar de estratégica - e vão lecionar para crianças e adolescentes que sairão da Educação Básica igualmente mal formados.	"Professor não tem mais o status que tinha. E é um ciclo vicioso. Recrutam-se professores no ensino médio que tiverem má-formação. Nas escolas de ponta, só 2% ou 3% declaram que vão prestar vestibular para ser professor. Os que vão para cursos como física ou química querem ser pesquisadores ", diz H.

Não queremos argumentar aqui que há cópia ou reprodução da fala da fonte, mas apenas observar que há uma coincidência na argumentação e que tal efeito não nos parece aleatório, mas, sim, resultado de uma identificação dos jornalistas com as falas dos especialistas escolhidos pela Folha que, a partir da matéria na Folha de São Paulo, passou a predominar em outras matérias e também nos editoriais deste veículo.

O argumento que passamos a observar em matérias que tratavam acerca do professor, a partir da referida matéria, é que a carreira não é “atrativa” aos melhores e que uma das estratégias para melhorar a educação passa pela “atração” dos melhores profissionais. Observamos que, pelos efeitos de circularidade da pauta e do agendamento no jornalismo⁴², esse argumento passou a repercutir também em outros veículos.

O que nos parece contraditório é que não há nas matérias analisadas uma investigação mais consequente acerca das reais condições de trabalho e de salário dos atuais docentes. Outros argumentos, contudo, aparecem um pouco mais detalhados, como é o caso da formação, que também aparece no texto T2, com a contribuição de outro especialista:

Texto T2	
E	"Está difícil mesmo e não é de agora. Houve uma desmotivação como um todo. Um dos motivos principais é a desvalorização da carreira do magistério", diz P, diretor do Colégio. Lá, a alternativa foi contratar ex-alunos como monitores e formá-los para um futuro magistério. "Eles assistem às aulas com os principais professores e vão sendo treinados e preparados", completa P.
	N, coordenadora-geral do projeto da J para a formação de professores da educação

⁴² No próximo capítulo, trataremos esses dois conceitos com mais propriedade.

F	básica, diz ver uma "dicotomia" entre a formação dos professores e a atuação deles nas escolas. [...] "O professor deve ter uma formação generalista, como lidar com dificuldades-com a família, por exemplo. Na faculdade, ele é o especialista, mas não tem uma visão geral da escola", afirma Neide. "A escassez é fruto do baixo salário e da desvalorização", completa
---	---

No trecho E, as saídas apontadas para a problemática debatida, a saber, a atratividade da carreira de docente, foca-se mais na formação do que no salário. No trecho seguinte (F), a seleção e a organização da fala do especialista pelo jornalista também aponta para tal priorização, sendo que há apenas uma menção ao “baixo salário” no final da fala. Após a leitura desses textos e com o avanço das análises sobre os outros textos que também retomavam a mesma ideia, passamos a nos perguntar: até que ponto podemos atribuir tais sentidos aos pesquisadores consultados?

Pensando numa rotina de redação, de um jornal diário como é a Folha de São Paulo, lembramos o fato de que a fala do especialista é sempre uma interpretação do repórter sobre a entrevista. Ainda que o repórter use falas literais dos entrevistados, ele nunca poderá usar toda a fala⁴³. Ao redigir sua matéria, ele fará recortes do que foi dito pelo especialista ou uma reorganização não-linear de como foi a fala do entrevistado⁴⁴.

Assim sendo, não era possível tomar o dito pelo especialista no jornal como sendo a expressão de suas reflexões sobre o professor. Assim, para melhor compreender o que os pesquisadores têm a dizer sobre os professores, selecionamos um dos consultados pelo jornal neste texto inaugural e procuramos outras falas, textos, entrevistas e artigos acadêmicos – tal como descrevemos no capítulo anterior, que nos ajudarão na reflexão sobre as relações entre produção científica e a jornalística. Apresentaremos aqui um perfil da fonte selecionada, porém, a análise e cotejamento dos textos da fonte e dos textos jornalísticos serão aprofundados no quinto capítulo desta tese.

A fonte selecionada é um pesquisador atuante no campo da educação. Em seu currículo *lattes* constam 17 artigos completos publicados em periódicos, 9 livros publicados, 10 livros organizados e 29 capítulos de livros, além de uma série de entrevistas concedidas em jornais e revistas e dois artigos assinados por ele também

⁴³ Uma exceção para as entrevistas “pingue-pongue”, que são produzidas para serem publicadas na íntegra. Em geral, tais entrevistas são feitas com personalidades de destaque no momento e sobre assuntos que possuem grande repercussão.

⁴⁴ As entrevistas presenciais são hoje cada vez mais raras nas redações, prevalecendo as conversas por e-mail e telefone.

nesses veículos. Além disso, o pesquisador demonstra uma implicação política atuando em Fóruns, Congressos, Eventos, Conselhos, Comissões de avaliações entre outros fóruns políticos e técnicos. Trata-se de um professor titular de uma importante Universidade Pública Paulista, tendo orientado diferentes trabalhos de graduação, especialização e mestrado. O foco de suas pesquisas, de acordo com as atividades de pesquisa descritas no *lattes*, enfocam políticas para educação básica, formação de professores, avaliação da educação básica e currículo.

Optamos por não divulgar o nome do pesquisador e trabalhar com os dados retirados de seus artigos. Consideramos que esse cuidado seria necessário não apenas para preservar o pesquisador e evitar problemas legais com relação à apropriação intelectual, mas, também, para garantir a independência da nossa análise, que pretende compreender se há um uso deturpado da fala do pesquisador pelo jornalismo ou, se de algum modo, o que está no jornalismo se confirma no trabalho desenvolvido pela fonte.

Até aqui, nosso percurso foi o de recuperar a importância das fontes de informação para a constituição do jornalismo. Para tanto, caracterizamos o modo como a problemática da fonte tem sido trabalhada para a produção de sentidos no texto jornalístico; procuramos materializar esse modo de produção de sentidos por meio de análises de textos que compõem o nosso *corpus* e mostrar que a construção de sentido sobre o professor passa pela fala dos especialistas em educação.

Feito isso, procuramos apontar que as fontes, especialmente uma delas, deverão ser consideradas em nossas análises. Porém, antes de entrarmos nas análises do *corpus*, faremos um pequeno desvio com um capítulo de característica mais teórica cujo objetivo é situar o leitor com relação ao que entendemos como notícia. Entendemos que é essencial essa configuração, pois tomaremos a notícia como um discurso e consideramos que a sua configuração é componente importante para as condições discursivas das imagens dos professores que vamos analisar.

4. O CAMINHO DA NOTÍCIA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NO JORNALISMO

As notícias são um jogo complexo entre o conhecimento conhecido e o não-conhecido (van Dijk)

O cerne deste capítulo é a compreensão do que seja notícia, pois consideramos essa produção textual parte essencial das condições de produção do discurso jornalístico. Veremos, contudo, que as notícias não são textos isolados que se reúnem no jornal; notícias são mais do que isso: são uma forma de produzir sentidos sobre os acontecimentos sociais e partilhá-los de modo cada vez mais massificado. Ainda que tentemos não confundir a notícia com a produção capitalista de informação, é impossível não perceber a inscrição da primeira nessa última. Entretanto, pretendemos aqui problematizar a notícia como um discurso e pensarmos como podemos depreender de tais discursos sentidos sobre o professor.

Para tal fim, partiremos de uma pequena história que mobilizou o noticiário nacional no começo de 2011 e que, a nosso ver, ajuda-nos a exemplificar um conceito com o qual queremos nos aproximar para construir as condições de produção do discurso jornalístico: o agendamento das notícias. Assim, faremos um breve levantamento teórico desse conceito dentro da perspectiva das teorias do jornalismo, problematizando a necessidade de pensá-lo a partir de uma perspectiva discursiva da notícia.

Nessa apresentação, optamos por não fazer uma descrição formal, descrevendo sumariamente os dados, mas procuraremos costurá-la com as perspectivas discutidas no capítulo, a fim de demonstrar que ainda que os dados apareçam prontos, construindo imagens acerca dos professores de escola básica no jornal, eles também se inscrevem numa espécie de desconstrução do que é o jornalismo e as notícias.

4.1 O jornal: efeitos de agendamento e circularidade

No dia 12 de maio de 2011, o portal de notícias IG noticiou na Coluna “Poder On Line” a seguinte matéria: “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado” (IG, 2011). Dois dias depois, 14 de maio, a Folha de São Paulo esquentou a discussão publicando a matéria: “Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância” e, no dia seguinte, publicando a opinião “Inguinorância”, do colunista Clovis Rossi (2011), na qual acusa os autores do livro de “crime linguístico”.

Quem acompanhou os noticiários nas duas semanas seguintes, pôde ver o impacto dessa notícia nos outros veículos de comunicação: vários debates sobre o tema em rádios e emissoras de televisão predominaram em tom polêmico, com especialistas ora defendendo, ora atacando a publicação. A notícia rendeu também na Internet, para se ter uma dimensão, basta uma “googlada” para acharmos mais de 49 mil referências ao debate. Enfim, a notícia repercutiu e muito.

Mas o impacto da primeira nota do IG, esquentada pela Folha de São Paulo, não parou no umbigo da própria mídia. A organização não governamental *Ação Educativa*, responsável pela construção pedagógica do livro “Por uma vida melhor”, da *Coleção Viver, Aprender*, distribuído pelo *Programa Nacional do Livro Didático*, cujo capítulo “Escrever é diferente de falar”, que foi alvo da polêmica, lançou no final de junho de 2011 um dossiê reunindo “intelectuais, pesquisadores e educadores favoráveis ao livro” (AÇÃO EDUCATIVA, 2011).

O documento reúne artigos publicados na imprensa, notas públicas de entidades representativas do campo dos estudos da linguagem e da educação, tais como: ANPED, ANPAE, ANFOPE, CEDES, declarações favoráveis do *Ministério da Educação* (MEC) e da própria *Ação Educativa*, além de dados relacionados ao tema, que foram retirados dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCNs. Pouco tempo depois, o próprio MEC disponibilizou um dossiê parecido em sua página oficial, reunindo artigos publicados daqueles que defenderam a posição adotada pelo livro qual seja: a de problematização na escola do respeito ao uso da variante popular. Vemos, portanto, que a notícia não só repercutiu, mas também agendou o debate social.

Essa história ajuda-nos a compreender a materialidade do jornalismo sob o aspecto do que na teoria do jornalismo construiu-se pelo nome de “agendamento” ou *agenda-setting*, que consiste na propensão dos meios fixarem a agenda do público, conformando sentidos sobre o que e como pensar. Contudo, se o conceito de agenda tem como mérito materializar a problemática do poder da mídia, a nosso ver, ele não é suficiente para entendermos que a notícia como está dada vai muito além de colocar em pauta um assunto ou outro, já que ela, ao se materializar como linguagem, produz novos sentidos.

Voltaremos à polêmica da notícia do livro didático e como a teoria do agendamento aplica-se a ela. Entretanto, antes de prosseguirmos, faz-se necessário recuperarmos as teorias do agendamento, problematizando sua limitação para dar conta da profusão de sentidos que surge no trabalho jornalístico materializado na linguagem. Nosso objetivo é analisá-lo somando-o ao conceito de notícia como uma forma de discurso, para, a partir dessa desconstrução, reconstruir o que supomos ser o jornalismo e o jornal desde uma perspectiva discursiva.

O *agenda-setting*, ou agendamento como se popularizou no Brasil⁴⁵, tem como ponto inaugural o artigo dos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, conhecido como “Chapel Hill Study”, publicado em 1972 (ZHU & BLOOD, 1996). Com uma metodologia simples, mas inovadora para a época, eles demonstraram que havia relação entre as produções dos meios de comunicação de massa e os temas considerados importantes para a audiência. Assim, trabalharam com a ideia de que os meios influenciavam a audiência de modo significativo.

Segundo o levantamento de Zhu & Blood (1996), que recupera o histórico do campo, os pesquisadores tomaram as eleições presidenciais dos Estados Unidos de 1968 como recorte para, em primeiro lugar, desenvolverem uma ampla análise de conteúdo sobre o conjunto de notícias publicadas na mídia impressa e televisiva chegando a um corpo de questões que a mídia dava ênfase naquele período eleitoral. Posterior a esse levantamento, a segunda estratégia dos pesquisadores foi fazer entrevistas com cem eleitores indecisos para ver quais questões consideravam mais importantes. O resultado

⁴⁵ Essa livre tradução não deixa de representar certos problemas para a própria construção da teoria, pois abandona um acento importante do desenvolvimento de suas hipóteses, o uso do verbo “set”. Sobre o assunto ver (MAIA & AGNEZ, 2010).

do trabalho mostrou que havia profunda correlação entre o que a audiência da época achava mais importante e o que era “pautado” pela mídia. É justamente esse efeito que os autores vão nomear de *agenda-setting* ou, traduzindo livremente, fixação da agenda.

A marca dessa pesquisa inaugural é a constatação de que há relação entre a agenda da mídia e a agenda pública, o que levou os primeiros pesquisadores a concluir que há uma significativa influência da mídia sobre as questões políticas do país. Contudo, para Zhu & Blood (1996), ainda que os pesquisadores tenham inaugurado o *agenda-setting*, o conceito de poder da mídia é anterior a ele: “While the term “agenda-setting” and its branch of research can be traced to the McCombs and Shaw article of 1972, the notion of a media capable of determining what the public deems important is much older.” (ZHU & BLOOD, 1996, p.98)⁴⁶.

Para comprovar essa ideia, as autoras recuperam os trabalhos de Lippman (1922), sobre a responsabilidade da imprensa e seu poder em construir interpretações sobre os eventos, e a pesquisa de Lazarsfeld e Merton (1948), sobre a capacidade da mídia de conferir valor aos temas que escolhe (ZHU & BLOOD, 1996). Em levantamento posterior, Maia & Agnez (2010) corroboram essa perspectiva de que o desenvolvimento do conceito de *agenda-setting* inscreve-se numa conjuntura teórica dos estudos do campo de comunicação que já problematizava o poder mediador da imprensa na interpretação dos sujeitos com o “mundo real”.

A força e a presença do conceito de *agenda-setting*, portanto, dá-se justamente em função da possibilidade que ele cria de mensurar de modo mais preciso a investigação teórica sobre as relações entre poder e mídia, nas quais muitos pesquisadores já vinham se debruçando ou, ainda, “criam os assentos teóricos para subsidiar os trabalhos acadêmicos que propagam o poder (influência) do jornalismo.” (MAIA & AGNEZ, 2010, p.03)

Em seu trabalho sobre as “Teorias Intermediárias” do Jornalismo⁴⁷, Vizeu (2003) observa que o que marca a produção científica do Século XX no jornalismo é

⁴⁶ Embora o termo “agenda-setting” e essa linha de pesquisa possa ser atribuída à McCombs e Shaw, com o artigo de 1972, a ideia de que a mídia é capaz de determinar o que o público considera importante é uma noção muito mais antiga. (A tradução é nossa).

⁴⁷ Segundo o autor, as teorias intermediárias são aquelas “que buscam identificar fenômenos particulares da atividade jornalística como rotinas de trabalho, cultura profissional”; o que nos leva a concluir que a

particularmente a busca em responder à pergunta: por que as notícias são como são? Segundo o autor, as primeiras pesquisas a respeito do jornalismo e poder começam a aparecer no começo do Século XX em universidades americanas. Destaca-se, em 1918, o texto que o sociólogo Max Weber escreve, colocando, de modo indubitável, a relação entre política e notícia.

Os estudos posteriores, citados por Vizeu (2003), são trabalhos que antecipam ou preparam a conjuntura para o surgimento da teoria da *agenda-setting*, de modo que marcam a preocupação dos pesquisadores com o papel da notícia em contextualizar o mundo para a sociedade (PARK, 1972, apud VIZEU, 2003). O autor também cita os estudos de Lippmann (1922) como um autor que procurou mostrar a relação entre as imagens dos acontecimentos na mente das pessoas e o modo como os acontecimentos são tratados pela imprensa. Destaca, ainda, o trabalho de Lazarsfeld que, nos anos 1940, debruçou-se sobre a influência da campanha eleitoral nos votos dos cidadãos norte-americanos, concluindo que o poder está mais em consolidar as opiniões existentes do que em mudá-las (VIZEU, 2003).

O *agenda-setting* nasce, portanto, muito mais como uma proposição para tentar comprovar as ideias que já vinham se formulando no campo da comunicação do que como uma teoria propriamente dita (MAIA & AGNEZ, 2010). Veremos que essa preposição é importante para o desenvolvimento do conceito como teoria.

As preocupações dos pesquisadores com o poder da mídia, particularmente, do jornalismo, não estão descoladas da materialidade do desenvolvimento do jornalismo. Como vimos⁴⁸, os primeiros anos de desenvolvimento da imprensa foram marcados pelo uso corriqueiro de notícias sensacionais, a falta de precisão das informações e gosto pelos *faist drivers*, por outro lado, seu crescente desenvolvimento, sua transformação numa indústria rentável e influente ampliou o impacto da sua atuação sobre a conjuntura social, política e econômica.

Traquina (2000) divide as mudanças experimentadas no campo do jornalismo no início do Séc. XIX em quatro eixos fundamentais: 1) A industrialização e expansão da

pesquisa em jornalismo está inscrita na prática jornalística. Neste trabalho, interessa-nos particularmente a contextualização do autor sobre a produção científica e a problemática da notícia.

⁴⁸ No capítulo anterior, fizemos uma reflexão sobre as fontes de informação na conformação dos textos jornalísticos e recuperamos a história do surgimento da imprensa para argumentar que há uma relação de dependência entre a credibilidade da notícia e o uso das fontes de informação.

imprensa e o nascimento do mito da imprensa como um “quarto poder”; 2) O surgimento do paradigma da objetividade jornalística, em que os relatos serão paulatinamente entendidos como baseados em fatos e não em opiniões; 3) O desenvolvimento da conceituação de notícia e sua importância política ao mesmo tempo em que se desenvolve, colado a esse conceito, a identidade profissional de quem domina a técnica de transmissão da notícia e, por fim, 4) A construção de dois polos para o entendimento da notícia, um como produto de uma indústria altamente lucrativa e outro da notícia como um serviço público para o exercício da cidadania.

O marco dessas transformações econômicas, culturais e políticas sobre o jornalismo é a transformação da notícia, sua função e efeitos, numa das problemáticas centrais do campo da comunicação⁴⁹. A notícia é, portanto, ao mesmo tempo produto de uma indústria e objeto de pesquisa de uma significativa linha de investigação no campo da comunicação, criando, assim, uma imbricação entre o impacto das notícias na sociedade e o desenvolvimento teórico sobre as notícias.

No levantamento feito por Maia & Agnez (2010) sobre o desenvolvimento da teoria da *agenda-setting*, as autoras observam que o desdobramento das pesquisas inauguradas pelo conceito não acompanharam o desenvolvimento da proposta inicial, porque, muitas vezes, alimentam uma visão “midiocêntrica”, em que os sentidos produzidos nessa esfera são “naturalizados” como algo próprio da mídia.

Segundo as autoras, a metodologia proposta na fase inicial da pesquisa orientada pela hipótese da *agenda-setting* incluía a análise do conteúdo dos temas da mídia e um estudo com o público, com foco nas interseções entre as agendas. Inserida numa conjuntura teórica, em que o que interessa é o poder e a influência que a mídia exerce, a proposta quer dar contorno científico, comprovar no confronto das agendas que há de fato esse poder.

Os desdobramentos da teoria vão ampliar e relativizar esses questionamentos. As três fases posteriores à proposta inaugural se constroem na direção de: 1) Procurar entender as condições que intensificam ou limitam a formação da agenda do público; 2)

⁴⁹ No livro *Teorias do Jornalismo*, Felipe Peña (2005) resume os interesses que marcam os estudos nessa área na tentativa de responder a duas questões centrais: por que as notícias são como são e quais os efeitos que essas notícias geram. Segundo o autor, a primeira parte gera desdobramentos sobre a produção jornalística, a circulação da notícia, e a segunda, os aspectos que recobrem os processos de recepção das notícias.

Focalizar as campanhas eleitorais, procurando articular as agendas dos candidatos e as agendas do público e, por fim, 3) A partir dos anos 1980, voltar-se para as fontes das agendas midiáticas, tentando responder ao questionamento de quem determina a agenda da mídia e ampliando as discussões sobre o papel do “contra-agendamento” (MAIA & AGNEZ, 2010).

No Brasil, a maioria das pesquisas teria se centrado nessa última fase dos desdobramentos, porém, não sem insistir em um modo simplista de analisar os dados encontrados:

O caminho seguido pelos pesquisadores brasileiros se direciona para a tentativa de explicar como os media pautam certos acontecimentos, invariavelmente retornando à defesa de que os meios de comunicação determinam não somente o que pensar, mas como devemos pensar. Mesmo os trabalhos que relativizam a posição da audiência, indicando um receptor não completamente passivo e admitindo outras variáveis sociais e psicológicas, recaem na relação entre causa e efeito e concluem quase que por obviedade que a mídia, ao pautar e enquadrar os assuntos, tem sim o poder de definir a agenda do público. (MAIA & AGNEZ, 2010).

O principal problema apontado no levantamento desenvolvido pelas autoras é o fato de a hipótese que surge para ser testada no confronto entre os dados da agenda ser usada como conceito ou teoria fixa para comprovar a influência da mídia sem uma preocupação de fato com um levantamento ou uma análise junto à audiência ou a recepção. “Assim, analisa-se o produto do jornalismo – a notícia; em geral se discutem os processos de construção da pauta e seu enquadramento e se conclui que, ao dar determinada abordagem a um assunto, será esta visão que a audiência irá absorver e assumir” (MAIA & AGNEZ, 2010).

O que aparece, portanto, é que as pesquisas no campo da *agenda-setting*, especialmente nos trabalhos apreciados pelas autoras no levantamento, serviram muito mais para corroborar e comprovar sentidos presentes entre os pesquisadores sobre o poder de influência do jornalismo do que para testá-lo em sua materialidade.

Concordamos com as autoras nessa avaliação, porém, gostaríamos de problematizar que os desdobramentos tão bem apontados pelas pesquisadoras não estão descolados da proposição inicial dos seus fundadores, mas parece-nos mesmo consequência do modo de formulação da hipótese da *agenda-setting* fora de uma

perspectiva discursiva. O primeiro problema que identificamos é que tanto na proposição fundadora, como em seus desdobramentos posteriores, não se problematizam os deslizamentos de sentido que imperam na agenda da mídia em função de sua inscrição como linguagem.

Segundo Zhu & Blood (1996), a hipótese de *agenda-setting* envolve dois conceitos: a agenda da mídia e a agenda pública, postulando uma relação de causa e efeito entre eles: a agenda da mídia influencia a agenda pública. Ainda que os pesquisadores relativizem o modo de fixação da agenda,⁵⁰ não conseguem fugir de uma abordagem restrita e da relação causal (MAIA & AGNEZ, 2010) justamente porque a agenda aparece inscrita como um dado palpável e não como um efeito construído pela linguagem.

A agenda, segundo Zhu & Blood (1996), é “encontrada” ao se observar a frequência da notícia e o destaque do seu tratamento, que incluem fatores como a posição na diagramação do jornal, sua medição (centímetro/coluna) ou tempo no ar, e, em contraponto, a agenda do público é “aferida” por pesquisas abertas para se chegar aos temas relevantes ao público.⁵¹ Para nós, essas proposições apresentam dois problemas centrais: o primeiro é a não consideração da “agenda” da mídia como um processo discursivo e, conseqüentemente, a desconsideração do jornalismo como um evento de linguagem.

Como vimos no primeiro capítulo desta tese, entendemos o jornalismo e todos os elementos que o compõem como linguagem, modo esse que nos impossibilita olhar o fenômeno da “agenda” como resultado de escolhas totalmente conscientes dos produtores da notícia ou, ainda, como algo fixo que pode ser apreendido em sua totalidade. Pensamos assim, porque descartamos a ideia segundo a qual o que estrutura o jornalismo é a simples transmissão de informação. O jornalismo, ao relatar os acontecimentos, está inscrito no funcionamento da linguagem, “que põe os sujeitos em relação e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 2005, p. 21). Assim, o jornalismo está inscrito no mundo, fala sobre o mundo por meio do relato dos acontecimentos (notícias),

⁵⁰ Não é de modo direto que a mídia fixa uma agenda. Seus mecanismos de fixação têm mais relação com o modo como se dá a cobertura, priorizando determinados assuntos, a frequência com que um assunto é tratado, os posicionamentos e o enquadramento dado ao fato.

⁵¹ Detalhes sobre a metodologia da pesquisa *agenda-setting* e seus desdobramentos estão bem detalhadas em Zhu & Blood (1996).

mas não o faz sem produzir sentidos sobre os acontecimentos, simbolizando pela linguagem o mundo.

Acreditamos que agora é o momento de retomarmos o relato sobre a cobertura da mídia acerca do livro didático que trouxemos para contextualizar e introduzir esta seção. Como vimos na epígrafe que introduz este capítulo, mais relevante que o desconhecimento acerca dos estudos da linguagem ou suposto conhecimento sobre o que se deve ou não ensinar na escola, é o jogo que se estabelece entre essas informações – a conhecida e a não conhecida - no fazer noticioso.

Assim sendo, vemos que, no caso da notícia em questão, o que está em jogo não é o tema em si, já que com o trabalho de levantamento da “agenda” chegaríamos sem muito problema ao “erro gramatical” como aquilo que prevaleceu na referida cobertura. Na nossa interpretação do episódio, as relações de poder do jornalismo excedem à fixação da agenda, indo muito mais na direção de compor uma imagem que a mídia põe sobre si como aquela que sabe o que é o certo.

Feitas essas considerações, trabalharemos, a partir de agora, com o jornal como discurso e, a partir das considerações de Pêcheux sobre as Formações Imaginárias, observaremos que a produção de uma agenda da mídia nada mais é que resultado da sua inscrição em um processo discursivo, em que há sempre um outro posto no momento da produção do texto.

4.2. O jornal como um evento discursivo

Como consideramos a linha de investigação do *agenda-setting* insuficiente para explicar os fenômenos de produção de sentidos no jornalismo, queremos, nesta seção, avançar na compreensão do poder do agendamento no jornalismo a partir do conceito de “Formações Imaginárias” (PÊCHEUX, 2010).

Essa escolha teórica se deu porque nosso interesse de investigação não incide apenas na compreensão do momento em que o professor se torna notícia, mas nas escolhas, na priorização ou apagamento de temas, ou seja, busca observar a organização

discursiva feita pelo jornal ao falar sobre o professor, a partir das suas relações de poder, que passa por um contexto econômico, político e cultural.

Mesmo tendo uma materialidade razoavelmente fixa⁵², com paginação, diagramação, forma e cores que não deixam de colaborar com a composição dos sentidos, o jornal começa a se materializar um dia antes da sua publicação, a partir de um processo coletivo de produção de sentidos. Trata-se de um processo coletivo porque é composto por uma série de profissionais envolvidos na decisão de transformar um acontecimento em notícia. Entendemos como produção de sentidos, porque exige uma série de escolhas linguístico-discursivas e também ligadas à materialidade do suporte, que constituem uma dada notícia.

Esse processo começa pela seleção do acontecimento, um fato que pode ser algo da “realidade”⁵³ ou, ainda, um acontecimento construído para se tornar um fato⁵⁴. Ainda que ambos aparentem ter naturezas diferentes, essas serão sempre desenvolvidas no interior do jornalismo como uma interpretação do mundo, um recorte, uma construção, pois estão perpassadas pela linguagem. Eis a organização da pauta jornalística: sobre o leque dos diferentes acontecimentos, os editores, pauteiros⁵⁵ e repórteres selecionam aqueles que parecem atender melhor os critérios de noticiabilidade.

O primeiro processo de seleção organiza o esboço do jornal do dia seguinte, que ainda é passível de mudança, caso um acontecimento de última hora surja em meio ao desenvolvimento das pautas. Posteriormente, desenvolve-se o trabalho de apuração e levantamento dos dados pelo repórter que, por sua vez, precisa fazer mais uma série de

⁵² Não podemos desconsiderar que os principais jornais brasileiros mudam diariamente sua composição na alteração dos cadernos e colunas e também sofrem mudanças periódicas de diagramação em nome da inovação. De todo modo, o leitor cotidiano do jornal terá sempre algo do fixo, como os editoriais e os cadernos principais que se repetem em sua forma, ainda que mudem em seu conteúdo.

⁵³ Utilizamos aqui o termo realidade para nos remeter ao real dos fatos, entendido sempre em um sentido discursivo da realidade, o que quer dizer que entendemos que a realidade passa, inevitavelmente, pelo processo discursivo. Por exemplo, o deslizamento de casas populares numa encosta após uma grande chuva é o real dos fatos que será sempre contato no jornal a partir de um sentido discursivo do real: se foi resultado de uma fatalidade, se foi um descaso do poder público ou ainda consequência da interferência do homem sobre a natureza etc.

⁵⁴ Geralmente produzido pelos órgãos governamentais, agências institucionais, assessorias de imprensa.

⁵⁵ A partir do processo de enxugamento das redações, cujo início de seu por volta de 1980, o pauteiro é uma função que praticamente está extinta no jornalismo, especialmente nos jornais impressos. Propor e levantar pautas ao editor passou a ser atribuição exclusiva de repórteres e editores.

escolhas que têm relação com o critério de classificação do que é considerado como o que seja notícia e “a” notícia⁵⁶.

Na sequência, a escrita do texto pelo repórter vai materializar as escolhas e evidenciar novos critérios de noticiabilidade, que vão ser confirmados ou descartados no processo de edição. A edição é o trabalho final. Ela precisa garantir que a redação está adequada a todos os critérios, supostos na definição da pauta, da notícia e compatível com a linha editorial do veículo que a divulgará. Mais relevante ainda, o texto precisa se adequar ao próprio conceito de notícia que acompanha o trabalho jornalístico.

Como já pudemos desenvolver, o conceito de objetividade no jornalismo se construiu como uma resposta à constatação da impossibilidade de se negar a subjetividade no processo de construção das notícias. Porém, pelo modo como foi apropriada pela produção da notícia e pela prática jornalística, essa constatação inicial foi se apagando e se perdendo na ilusão de que era possível, pelo método da apuração, controlar a notícia. Assim, tornar as notícias “objetivas”, valendo-se de dados mensuráveis, com o uso de fontes de informação e com a limitação máxima da linguagem e da estrutura textual é o que a produção jornalística tem chamado de imparcialidade.

O texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias. [...] A notícia parte do aspecto mais relevante da informação. O lead é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso; é tipicamente um parágrafo tópico [...]. (LAGE, 2005)

A afirmação feita por Lage gira em torno da ideia segundo a qual a notícia deve comunicar algo a alguém de modo mais claro possível, o que mostra a confusão em considerar a finalidade “pragmática” da notícia com sua própria natureza. Tendo como referência os estudos da linguagem, pensamos que tanto estas definições mais recentes da notícia como relato do acontecimento ou a clássica definição de notícia, cunhada pelo jornalista americano Charles Anderson Dana (1819-1897)⁵⁷, como um evento

⁵⁶ O repórter no processo de apuração tem em mente não apenas os critérios gerais do que seja uma notícia, como a atualidade, a imprevisibilidade, o impacto social, mas os critérios específicos de cada acontecimento e seu fator de notícia. Uma chuva forte pode não ser notícia numa cidade pequena, mas pode ser se estamos falando de uma cidade serrana com encostas passíveis de desabamento.

imprevisível, inusitado ou novo, não recobrem todos os aspectos da notícia e sua importância para organização dos discursos contemporâneos.

Para pensarmos o que seja notícia e quais os critérios que os jornalistas tomam para defini-las, pensamos que é preciso estabelecer relações entre o modo de fazer notícia, ou seja, as condições de produção da notícia, e a transformação do acontecimento em notícia, ou seja, o discurso jornalístico sobre o acontecimento.

O pesquisador Robert Darnton (2010), a partir de sua experiência como jornalista, dá pistas sobre a importância das condições de produção do discurso jornalístico, marcado por disputas de poder, relações entre os jornalistas, relações dos jornalistas com as fontes. Para ele, a notícia é algo entre o acontecimento do evento e a produção da máquina midiática, marcada pela imagem de quem escreve sobre quem vai ler.

No Brasil, um bom exemplo dessa “imagem” apareceu no final de 2005, quando o editor-chefe do principal jornal televisivo brasileiro surpreendeu um grupo de professores universitários durante uma reunião de pauta ao comparar o telespectador médio brasileiro ao personagem do desenho animado norteamericano Homer Simpson. O caso repercutiu nos jornais após um dos professores que presenciou a cena escrever um artigo relatando o evento com certa indignação, o que gerou uma polêmica em torno do caso, a ponto de o próprio editor lançar uma nota explicando o evento. Nessa nota, diz que tomar Homer como referência não é rebaixar o público, mas é parte da estratégia dos jornalistas para “sermos rigorosamente claros no que escrevemos para o público”.

Ao ler o artigo de Darnton (2010), percebe-se que a tirada do editor brasileiro não é incomum em outras redações do mundo. Pensar em um leitor médio é parte de uma estratégia bem comum para reforçar entre os jornalistas o culto pela clareza e pela objetividade jornalística. Assim, trata-se de um bom caminho para pensarmos que a produção da notícia não se faz apenas pela transmissão da informação, mas também por uma série de antecipações sobre que é o público, o que ele espera etc.

Para Darnton (2010), porém, muito mais importante que essa imagem “folclórica” na produção do texto – que, à época, no caso do “The New York Times” era a imagem de uma menina de 12 anos, é o que o autor chama de “grupo de referência” que, segundo ele, são os próprios colegas, os editores, as fontes, enfim, as imagens produzidas da pressão e da organização do trabalho jornalístico na produção da notícia. Rebatendo o

trabalho “Newsmen’s fantasies, audiences, and newswriting”, dos pesquisadores Pool e Shulman, publicado na revista *Public Opinion Quarterly*, no qual eles investigam as relações entre as imagens de leitor e os textos produzidos por estudantes de jornalismo (DARNTON, 2010), o pesquisador faz um levantamento das muitas “imagens” que se organizam em torno da produção da notícia:

[...] acho que Pool e Shulman estão errados ao supor que a reportagem é determinada pela imagem do público em geral que tem o repórter. Os jornalistas podem ter alguma imagem assim, embora eu duvide disso, mas eles escrevem pensando em toda uma série de grupos de referência: seus preparadores, seus diversos editores, seus diferentes grupos de colegas na seção de Cidades, as fontes e objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, seus amigos e parentes e grupos de interesse específicos. A prioridade desses leitores pode variar de repórter para repórter e de matéria para matéria. Eles podem exercer demandas rivais e contrárias sobre o jornalista. (DARNTON, 2010)

Apesar das limitações trazidas pelo fato de se tratar de um relato bem particular pautado na experiência do autor como jornalista, esse artigo traz elementos interessantes para pensarmos como a dinâmica do trabalho jornalístico altera as condições de produção da notícia. Posteriormente, voltaremos a refletir um pouco mais sobre as relações entre fonte e produção da notícia, contudo, neste momento, interessa-nos delinear mais precisamente o conceito de notícia que parece perpassar a sua argumentação: a notícia não é o evento em si, ou o evento relatado pelo jornalista, mas a produção de sentidos de um evento, mediada pelos diferentes lugares sociais que assumem os interlocutores que atuam no processo de produção da notícia.

No nosso entendimento, nosso trabalho tem pontos de encontro com o trabalho do pesquisador van Dijk (1990), especialmente no que se refere aos seus estudos sobre as notícias (1990; 2002), os quais contribuem para a compreensão da notícia como uma forma de discurso público, em relação constante com discursos diversos que circulam socialmente.

O pesquisador holandês se interessa especialmente pela temática dos conflitos inter-raciais europeus (BATISTA, 2011) e, por essa razão, tem um trabalho significativo sobre os preconceitos e estereótipos nos meios de comunicação. Segundo Galeana (2010), van Dijk traz uma significativa contribuição para os estudos da notícia por propor

olhá-la sob uma análise pormenorizada⁵⁸, observando o texto a partir das diferentes práticas sociais às quais está relacionado e a partir das ideologias da produção das notícias.

Segundo van Dijk (1990), a noção de notícia é ambígua e está ligada a um conceito geral, o de nova informação, mas também a uma segunda classe de significados que é justamente a de ser um elemento pertencente aos meios de comunicação de massa. Também nessa segunda classe temos sentidos ambíguos, pois podemos entendê-la como uma nova informação ou um programa de televisão em que a notícia apareça e, por fim, uma terceira possibilidade, a notícia pode ser entendida como um texto publicado numa rádio, televisão ou jornal, com informações sobre acontecimentos recentes.

Ainda no terceiro significado da notícia – texto publicado com informações recentes, podemos desdobrar outros sentidos: podemos nos referir aos textos e artigos publicados ou aos temas e fotos, ou seja, ao significado do artigo. O autor expõe a complexidade de tomar um conceito aberto como o da notícia e analisá-lo a partir de uma única perspectiva. Em seu trabalho “La notícia como discurso”, propõe exclusões de alguns dos sentidos de notícia para fixar seu objetivo principal que é, a partir da descrição das estruturas textuais da notícia, chegar a uma organização do discurso jornalístico.

Como van Dijk, optamos por trabalhar com exclusões na definição da notícia, mostrando ao nosso leitor que significado estamos dando a ela, sem, contudo, ignorar a polissemia do termo. Assim, nossa opção é tomar a notícia não como um texto com determinadas características, mas como o tema ou significado do texto que tem características próprias ao se materializar em texto, constituído por sua inter-relação com outros discursos, ou seja, para nós a notícia é discurso.

Como já dissemos, o que nos interessa neste trabalho não é fazer um levantamento de cunho quantitativo sobre quando o professor é notícia, mas qualificar esse “quando” e observar que os contextos selecionados para transformar os professores em notícias têm uma relação profunda com o modo como o jornalismo se materializa enquanto prática discursiva e compreender o papel da educação na constituição dos sujeitos.

⁵⁸ O autor defende que há especificidades estruturais do discurso jornalístico (categorias, níveis, dimensões), algo que está materializado no texto e não pode ser descartado na análise, mas ele não descarta uma visada interdisciplinária e a análise dos diferentes contextos do discurso (os processos cognitivos da produção e da recepção e das dimensões socioculturais do uso da linguagem e da comunicação).

Assim, nossa compreensão acerca da notícia é uma compreensão discursiva, pois não a entendemos como um texto ou um programa, ou um dado da realidade, entendemos como um evento construído no interior do discurso jornalístico, organizado pelas regras desse discurso, com os recortes de sentidos dos jornalistas que nele estão imersos e que marcam a conformação do acontecimento, as formações discursivas próprias do jornalismo.

Nesse momento, o conceito de “formações imaginárias” nos é fundamental. Quando tratamos de notícias a partir da perspectiva discursiva, não estamos falando de transmissão de informação e sim de “efeitos de sentido” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Tal opção teórica nos leva a descartar a hipótese de objetividade jornalística, refutar a natureza pragmática da notícia e combater a ilusão de que a finalidade fundamental da notícia é a comunicação.

Lembremos que Pêcheux (2010) descarta a posição segundo a qual emissor e receptor seriam pessoas no mundo e trabalha com a ideia de que são posições na estrutura de uma formação social. Assim, constrói uma hipótese de *antecipação das representações do receptor* e também de *antecipação das representações do emissor pelo receptor*. Na produção do discurso, portanto, ambos estão envolvidos com posições sociais e antecipam, cada um a sua maneira, imagens discursivas dessas posições, de modo que essas imagens são colocadas em jogo na produção do discurso. O que é bastante interessante nessa perspectiva é que não é apenas a imagem do outro que está presente no processo discursivo, mas a imagem de si, o que nos parece essencial para pensarmos o discurso jornalístico, como observam os pesquisadores Machado e Jacks:

De modo bastante particular, a comunicação de massa, na qual se insere o jornalismo, trabalha com uma imagem a respeito do interlocutor que determina não apenas questões relativas às escolhas temáticas, mas também questões que dizem respeito ao uso da linguagem e à prática discursiva. O jornalista fala tendo como horizonte um leitor de sua fala. Pesquisas de opinião procuram enquadrar esse leitor em certas definições - normalmente, referentes às condições socioeconômicas e culturais. São as formações imaginárias que possibilitam a diferenciação de linguagens e estilos entre os veículos. O jornalista tem sempre em mente, mesmo que de modo internalizado ou intuitivo, o seu “público leitor”. Pensa saber o que este leitor quer saber e até onde vai o seu interesse. Fala e escreve para um leitor virtual. (MACHADO & JACKS, 2001, p.5)

Mas não é só o horizonte do “leitor” que está em questão na produção jornalística, é a própria imagem que a imprensa faz de si que entra em operação no discurso, conformando-o e modificando o texto. Não podemos nos esquecer de que o jornalismo, como conhecemos, surge em meio a eventos sensacionais e carrega por um longo período da sua história uma imagem associada aos eventos superficiais e sensacionalistas. Quando essa identidade passa a ser questionada, tanto pelo público como pelos estudiosos do jornalismo, a resposta dos meios para sobreviver enquanto indústria econômica de grande escala é reorganizar sua imagem a partir do conceito de objetividade, independência e neutralidade.

A estratégia discursiva da objetividade parece ser essencial ao jornalismo enquanto indústria para lhe conferir credibilidade e autorizá-lo a produzir sentidos em nome do retrato da realidade, como apontam também Machado e Jacks (2001, p.2):

O jornalismo informativo - gênero supostamente “não contaminado” pela opinião, pela valoração e pela ideologia - define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo *fazer crer* que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade.

Ao fazer uma crítica ao jornalismo inspirada pelo texto de Darnton (2010), a pesquisadora Berger (2002) coloca mais um aspecto que incide sobre a produção do discurso jornalístico: o anunciante⁵⁹. Segunda a pesquisadora, o texto de Darnton, sob o título “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica”, inspira a pensar como critério de passagem do acontecimento à notícia o espaço que esse virá ocupar numa página. Além disso, a autora sugere que outros sentidos do verbo “caber” sejam trabalhados, referindo-se não somente àquilo que cabe com relação ao espaço da página, mas também ao que se é permitido publicar a partir da ideologia do jornal. Essa última acepção ganha relevância ao pensarmos na tendência que se firmou no jornalismo de constituir uma relação de dependência com o poder econômico e político.

Essa relação de dependência entre jornalismo e mercado provoca consequências profundas no modo como o jornalismo constrói discursivamente seus relatos sobre o mundo, já que, segundo a autora, isso é feito da maneira como convém a quem domina.

⁵⁹ A autora também fala da aprovação do leitor, mas acreditamos que o próprio Darnton (2010) dá conta das marcas do leitor na produção jornalística em seu artigo.

Como já explicitado, para Pêcheux, quem escreve, ao enunciar, faz dois questionamentos: “Quem sou eu para lhe falar assim?”, pergunta que se refere a sua posição social na enunciação, e “quem é ele para que eu lhe fale assim?”, referindo-se ao lugar social do leitor a qual ele supõe se dirigir. No jornalismo, pensamos que esse “leitor” a quem o jornalista supõe se dirigir vai para além de seus leitores diretos.

Como vimos nas observações de Darnton (2010) sobre a dinâmica jornalística, ao desenvolver o texto é muito importante para o jornalista o que o autor chama de “grupo de referência”, ou seja, as pessoas envolvidas no processo da notícia: colegas, editores, fontes e, também, pessoas do relacionamento pessoal do repórter. Assim, o que está na cabeça de quem produz a notícia não é só o leitor suposto, mas seus pares e também a visibilidade com o trabalho e a satisfação pessoal e profissional que isso pode produzir.

Por fim, não podemos nos esquecer dos anunciantes que, como aponta Berger (2002), ainda que não tenham inferência sobre o texto do repórter, tornaram-se muito importantes para a formação da política editorial dos jornais contemporâneos. Segundo a autora, esta influência pode afetar diretamente na produção jornalística particularmente no momento da edição da notícia, em que o editor, mais implicado na empresa enquanto negócio, terá em mente o que cabe no jornal em termos de interesse público e, também, em termos de interesse comercial. (BERGER, 2002, p. 274)

Essas observações levam-nos a afirmar que notícia, enquanto discurso, é marcada e perpassada por um jogo de antecipações que incidem sobre o que é dito. Contudo, como discurso, não podemos desconsiderar que ela se materializa enquanto um texto que tem características muito específicas, as quais, como veremos a partir da próxima seção, são essenciais na organização da informação e também influem na produção de sentidos.

4.3. A estrutura da notícia

Nesta seção, tomaremos como referência o estudo de van Dijk (1996), no qual o autor reflete sobre a estrutura da notícia. Nosso objetivo aqui é mostrar que o texto jornalístico, especialmente na sua expressão de notícia, tem uma estrutura própria que

incide sobre as condições de produção do discurso. Tais observações serão importantes posteriormente no trabalho de análise do discurso jornalístico, já que não podemos fugir ao fato de que o texto é um dos modos de materialização do discurso.

van Dijk, em “La Notícia como discurso – comprensión, estructura y producción de la información” (1990), observa que as notícias precisam ser estudadas como um discurso público, ou seja, um discurso que se relaciona com as práticas sociais e com as ideologias que organizam a produção de sentidos do jornalismo. Nesse sentido, para o autor, duas ações estão implicadas no estudo das notícias: a sua análise a partir dos processos de cognição social na produção e compreensão das notícias e as análises das especificidades estruturais do discurso jornalístico.

Ainda que pareça distante da proposição discursiva, a perspectiva cognitiva do autor tem pontos de concordância que dialogam com as perspectivas das Formações Imaginárias e Ideológicas de Pêcheux (2010). Como vimos até aqui, as Formações Imaginárias e Ideológicas colaboram para pensarmos que o jornalismo é sempre atravessado por um já dito e que esse jogo de antecipações provoca uma série de esquecimentos ao produtor do discurso, colocando-o, por sua vez, frente à ilusão que fala por si só.

A perspectiva cognitivista de van Dijk (2008) caracteriza-se pela ideia de que os discursos se “proliferam por meio de estratégias baseadas na cognição, ou seja, no modo como as pessoas assimilam as informações” (BATISTA, 2011, p.24) e também como os discursos hegemônicos estão sendo produzidos no interior das instâncias de poder, enfatizando o controle simbólico sobre as pessoas (van DIJK, 2008, p.46). Há, portanto, a nosso ver, pontos de intersecção entre o proposto por van Dijk e o defendido por Pêcheux, os quais passam justamente pela percepção de que o discurso do sujeito é perpassado por instâncias anteriores a eles.

É interessante observar, como aponta Batista (2011), que para van Dijk o sujeito tem relativa autonomia sobre a produção dos discursos, desde que tenha consciência das possíveis coerções que um discurso pode provocar. Assim, o sujeito é ao mesmo tempo construído pelo discurso e construtor do discurso. Nesse sentido, também a posição de Pêcheux tem apontado para uma nova “posição do sujeito”, mencionada por Batista (2011, p. 25), e que também recuperamos em Pêcheux: “Como separar, nisso que

continuamos a chamar “o sujeito da enunciação”, o registro funcional do “ego-eu” estrategista assujeitado e a emergência de uma posição de sujeito?” (PÊCHEUX, 2010, p. 113).

Pêcheux não responde perguntas, apenas lança novas questões que parecem indicar que talvez haja uma possível resposta ao avançarmos sobre o modo de ler os textos e encontrar neles as posições do sujeito. A esse respeito, pensando em nossa própria tarefa de “ler” textos noticiosos, acreditamos que a Análise Crítica do Discurso poderá nos ajudar especialmente pela contribuição que já tem dado ao descrever as especificidades estruturais do discurso jornalístico (van DIJK, 1990; 1996; 2008).

van Dijk (1990) propõe que as notícias sejam analisadas levando em consideração os aspectos estruturais, contudo, segundo ele, em seu “enfoque” cognitivo ou no sociológico, a distinção sistema/uso é menos relevante pois está preocupado em produzir descrições explícitas e sistemáticas de unidades do uso da linguagem. Para ele, tal processo desdobra-se em duas dimensões: a textual e a contextual. A primeira tenta dar conta da estrutura do discurso em diferentes níveis de descrição e a segunda busca relacionar as descrições estruturais com as propriedades do contexto.

No caso do discurso jornalístico, segundo van Dijk (1996), é necessário descrever tanto a estrutura da notícia como os processos de produção e recepção nas diferentes situações de comunicação e os contextos que envolvem tais situações. Para o autor, o que marca o discurso jornalístico e o que o diferencia é que ele é construído por extratos: “es decir, cada tema se presenta en partes, no como un todo, como es el caso de otros tipo del discurso” (van DIJK, 1990, p.71).

Segundo o autor, essa característica é parte integrante de uma estratégia de produção que considera as limitações de “relevância”, as leituras possíveis e as necessidades dos cortes de texto para se adequar à presença da publicidade. Assim, no texto, o leitor tem sempre a informação mais importante – segundo os critérios do próprio editor e do jornal. Apresentaremos, de modo geral, os apontamentos do autor subdivididos pelos parágrafos das notícias:

- O primeiro é o parágrafo mais importante que oferece o que o autor chama de “macroestrutura” completa do tema principal, nesse parágrafo

aparecem, por exemplo, informações sobre “o agente” da informação, o momento, as ligações dos grupos envolvidos, objetivos;

- O segundo parágrafo apresenta as especificações dos conteúdos apresentados;
- Este paragrafo, ao contrário dos precedentes, não apresenta especificações e sim generalizações. Aqui há uma tentativa de relacionar o tema da matéria com temas mais gerais que tenham relação com os fatos;
- O quarto parágrafo é a especificação de uma consequência, também retoma a especificação de um acontecimento anterior, os participantes, as razões e os objetivos; e
- Este parágrafo – que pode se repetir – dá detalhes dos acontecimentos, dos participantes principais, números e uso de fontes é muito comum.

Assim, van Dijk observa que qualquer leitura das notícias requer uma atenção a essas organizações percebendo que a organização temática no jornalismo passa por três perspectivas: 1) tem uma incidência global, ou seja, ainda que se possam encontrar um ou mais temas no interior do texto, sempre haverá um que prevalece e que organiza globalmente os outros temas; 2) A relevância do tema é controlada e esse controle se dá, sobretudo, na escolha de qual parágrafo ele irá aparecer e 3) A apresentação dos temas é cíclica, ou seja, por entregas.

Fizemos um recorte detalhado do trabalho de van Dijk (1990) sobre a organização temática da notícia e como ela se organiza no texto, porque acreditamos que esse modo de pensar a organização da notícia poderá nos ajudar a apreender dos textos as imagens que se formam sobre o professor.

Feito esse percurso de reflexão a respeito da notícia, seu poder de agendamento, seu caráter discursivo e suas particularidades textuais, partimos para o capítulo em que aprofundaremos a análise do *corpus*.

5. FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS, FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E O DESLIZAMENTO DO SUJEITO NO TEXTO JORNALÍSTICO

A essência do trabalho do jornalista é a escrita. Com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação surgiu uma “briga” entre texto e imagem no campo jornalístico, de modo que, para muitos, a imagem tem ganhado mais força nesse meio. Sem negar a importância da imagem nesse contexto, não resta dúvida de que a essência da informação passa pela materialização da palavra em textos. Produzir reportagens, notas, artigos, textos que serão lidos ao vivo em emissoras de TV ou rádio, postar mensagens de textos são algumas das atividades que sustentam o jornalismo.

Como já discutido, para que o texto jornalístico tenha valor de notícia, é preciso garantir certo grau de imprevisibilidade à reportagem dos fatos. Sustentar essa imprevisibilidade das informações, articulá-la com o contexto social e dar legitimidade às informações por meio da confirmação dos fatos pelas fontes de informações consolidadas são os elementos que estruturam o texto jornalístico no contexto da sociedade industrial e conformam o conceito de “objetividade”.

Ora, se é justamente o trabalho de escrever pela legitimidade do outro um dos sentidos que compõe o fazer jornalístico, tornar-se jornalista implica uma atividade que envolve duas tensões. Por um lado, ele precisa renunciar a própria voz para dar voz ao outro, ao acontecimento da notícia e, por outro, precisa promover-se enquanto aquele que escreveu a história narrada. Portanto, o trabalho com a escrita não se dará em nenhum momento sem essas duas tensões, já que, ao produzir com base na voz do outro, o jornalista será o tempo todo convocado a entrar em um discurso já posto e sustentá-lo entre o seu grupo de referência. É justamente sobre o estudo dessas tensões que nos deteremos neste capítulo.

Como argumentado, podemos afirmar que o jornalismo tem uma dupla determinação: a institucional e a discursiva (ATAIDE, 2006). A posição institucional está sustentada na transformação da notícia em um negócio cuja cadeia produtiva tem aspectos bem particulares. Por outro lado, as práticas discursivas que sustentam o jornalismo assumem o papel de organizar os sentidos que disputam poder em nossa

sociedade (VAN DIJK,1990). Neste capítulo, tendo como referência a determinação discursiva, procuramos investigar de que maneira ela influencia o ato de escrever no jornalismo e analisar como o jornalista, ao ler determinada questão, mobiliza diferentes posições para articular o seu dizer.

Ao analisar o *corpus* desta tese, identificamos que uma das posições na qual os jornalistas se colam para escrever é a posição do especialista, que, no caso da educação, é representada pelos pesquisadores ligados às faculdades de educação. Para alcançar nosso objetivo, pretendemos estabelecer qual é o papel dos “especialistas” no interior do processo de “objetividade” jornalística e argumentar que, longe de proporcionar *pluralismo e debate* (FOLHA, 2001), esses discursos são utilizados para reforçar sentidos e defender a “tese” que sustenta o argumento jornalístico.

Nossa argumentação segue a direção de mostrar que parte do que sustenta as imagens produzidas pelos textos jornalísticos, em nosso caso sobre o professor de escola básica, são as Formações Ideológicas (PÊCHEUX E FUNCHS,1975/2010) de um meio de comunicação que se vende como leitura imprescindível, o de uma Folha que “não dá para não ler”.

Retomaremos nas análises a perspectiva em que dois esquecimentos incidem sobre a produção textual do jornalista: a suposição de que há coincidência entre *significante e significado* no texto e que existe o controle do sujeito na cadeia de significados (HERBERT, 1995). Para tanto, vamos usar o próprio texto jornalístico para mostrar que seu discurso não está ancorado em uma suposta realidade dos fatos, mas, sim, nas antecipações que faz dos interlocutores e de seus discursos, ou seja, nas Formações Imaginárias (PÊCHEUX, 2010).

Ainda que o conceito de Formação Ideológica seja pertinente para explicar a Formação Imaginária que o jornalismo tem de si, percebemos que tais conceitos eram insuficientes para a compreensão das antecipações e das imagens do jornal sobre os professores. Essa insuficiência se marcou pela: 1) percepção no processo de análise de que o texto ainda que estruturado sob um enunciado aparentemente “positivo” sobre o professor produzia uma enunciação negativa do mesmo profissional; e 2) constatação de que o texto do especialista transformado no texto jornalístico aparece sempre adequado ao “gancho jornalístico”.

Assim, pensamos que nosso trabalho de análise teria muito a ganhar se fosse feito com a contribuição do conceito de identificação, retirado da Psicanálise, que apresentaremos no que se segue.

5.1. A escrita jornalística e o embate com o sujeito do inconsciente

Em Freud (1987, p. 23), a identificação aparece como “a mais remota expressão de um laço social”, sendo entendida como uma expressão de amor. Ao descrever tal processo, o psicanalista observa que a identificação não é fixa, mas múltipla. Esclarece que ela se constrói a partir das bases das relações familiares, primeiro contato da criança com o mundo, funcionando como um organizador primeiro da vida mental da criança.

Ao longo da vida, a identificação vai se ajustando com novas situações e relações, de modo que o sujeito toma de modo inconsciente traços do objeto com o qual se identifica. Para Freud, a identificação se esforça por moldar o próprio ego nos termos daquele que foi tomado como modelo (FREUD, 1987, p. 24). É importante salientar que a identificação é ambígua desde o início: tanto pode ser positiva como pode gerar tensões.

Lacan, ao retomar a obra de Freud, refina essa posição sobre a impossibilidade de fixação das identificações ao observar a posição dos sujeitos como seres falantes, ou seja, submetidos às restrições da linguagem (RIOLFI E ALAMINOS, 2007, p. 302). Assim, afirma que mesmo o uso mais refinado da linguagem não consegue recobrir a complexidade de uma pessoa. O psicanalista francês então nos mostra que os significantes são insuficientes para predicar um sujeito ao longo de sua existência, de modo que é impossível pensar em formas imutáveis de representá-lo. Por essa razão, as identificações sempre são múltiplas e variam ao longo da vida de uma pessoa.

Lacan elabora novas formas de compreender a identificação radicalizando a ideia das ambiguidades. Para o psicanalista francês, as identificações podem ser explicadas de três modos: *a identificação à imagem proposta pelo outro*, em que o sujeito consegue se

distinguir do objeto amado, mas continua se projetando nele como um modelo a ser seguido; *a identificação ao significante puro* e *a identificação ao desejo inconsciente*.

O primeiro modo de identificação tem seu lugar na constituição psíquica do sujeito, pois permite a instauração “do campo da possibilidade do desejo” (RIOLFI & ALAMINOS, 2007, p. 303), a possibilidade, por exemplo, de um sujeito poder vir a se compreender como sendo um “eu”. É a partir dessa primeira identificação que o sujeito pondera que é diferente do outro e com desejo próprio, ainda que colado na imagem do objeto amado.

A segunda identificação é ao significante, sendo aquela que marca a posição do sujeito de se apropriar de traços ou significantes de pessoas com as quais se identifica. Trata-se de uma identificação que não é mais totalizante, como a imaginária, mas marcada pela apropriação daquilo que faz mais sentido para quem se apropria. Ou seja, não é todo o objeto que será copiado, mas as características que mais tocam o sujeito.

Por fim, o psicanalista apresenta uma terceira posição de identificação, que é a do desejo do inconsciente. Nessa posição, o sujeito busca se adequar ao modelo com o qual se identifica, porém construindo essa relação a partir de uma própria elaboração. Trata-se de uma busca inevitavelmente incessante, que provoca a percepção de que para materializar a identificação é preciso a construção de um lugar próprio. A citação abaixo nos ajuda a compreender esse último tipo de identificação:

Lacan confere a essa identificação o poder de reintroduzir, como falta, o objeto perdido, responsável pela insatisfação. O buraco daí advindo inaugura o inexorável movimento do desejo. Responde pela seguinte condição necessária para o exercício do desejo: “o que desejar?” (RIOLFI&ALAMINOS, 2007, p. 303)

Assim, para o psicanalista, as identificações de um sujeito são resultado de um processo que engloba esses três modos de funcionamento, os quais vão se atualizando ao longo de sua trajetória. Por isso, não podemos falar de uma identificação ou identidade, mas usar o conceito de identificação sempre associado a essa marca de plural. Observamos que as identificações também não podem ser vistas dicotomicamente como positivas ou negativas, uma vez que é um processo dialético que marca a trajetória do sujeito e explica seus modos de funcionamento.

A identificação é um processo inconsciente. Por essa razão, ainda que rapidamente, é importante dizer que para elaborar o conceito de inconsciente, Freud (1901) faz um percurso significativo em que o conceito passa de *instância* construída de conteúdos recalcados que escapam às outras instâncias (ROUDINESCO, p. 375) para parte estruturante da constituição psíquica do sujeito. Para Freud, ainda que o inconsciente seja algo que escapa à formulação consciente, ele tem algo de muito concreto, pois se atualiza na materialidade dos laços sociais mais primordiais (FREUD, 1921/1940).

Posteriormente, relendo o conceito freudiano, Lacan (1964/1998) reforça essa materialidade do inconsciente ao afirmar que “A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão estruturas, e as modelam” (LACAN, 1964/1998, p. 26). O psicanalista francês radicaliza essa ideia ao observar que o sujeito é um ser de linguagem que, para se constituir, antes de falar é falado. Afirma, então, que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Nessa perspectiva, todo ser falante é parasitado por um inconsciente (FREUD, 1915/1987) que é construído pela amarração a diferentes modos de identificação. Levar em conta essas premissas nos faz questionar em que medida, ao escrever, um jornalista toma os seus preconceitos como postulados e produz textos nos quais inclui argumentos que, supostamente, fazem com que os mesmos sejam mostrados como verdades.

Pensando nos três modos de identificação e como esses se materializam nos processos de escrita, observamos que a escrita permeada por uma identificação imaginária é aquela na qual o escritor não consegue se descolar das imagens que defende, de suas próprias ideias e tenta organizá-las de um modo a torná-las como as únicas possíveis. Assim, ao escrever, ele ignora os diferentes modos de elaboração e se apropria do discurso do outro apenas de modo a confirmar sua própria posição. Nesse caso, o escritor escreve calcado em sua própria imagem, ainda que use fala e textos provindos de outras esferas.

A escrita que passa pela uma inscrição simbólica, por outro lado, é aquela em que o escritor considera o outro e passa a sopesar as posições e discursos do outro como elementos necessários para que suas próprias posições se estruturarem. Ou seja, ainda que o

escritor não concorde completamente com o discurso do outro, ele percebe que um processo de escrita para se efetivar precisa se validar a partir do que foi construído e simbolizado na cultura. Nesse tipo de escrita, o sujeito vai se relacionar de modo diferente com o texto, na medida em que, ao escrever, entra em relação com o outro.

Por fim, uma escrita permeada pelo desejo do inconsciente é aquela em que o sujeito consegue passar pela simbolização, porém atualizando seu próprio desejo na escrita. Esse modo de produzir a escrita gera um texto singular sem deixar de considerar o legado cultural e sem deixar de supor a presença do outro.

A partir da compreensão de como conceito de identificação se materializa na escrita, consideramos que é relevante para o jornalismo, que tem como seu principal texto a notícia e, que, como vimos, tem entre suas funções construir e partilhar sentidos sobre o mundo, transitar da identificação imaginária para a simbólica. Ao escrever, o jornalista deveria especialmente trabalhar com uma escrita simbólica, pois assim ele permitiria o confronto entre diferentes posições. Entretanto, nosso propósito é justamente mostrar que o que vem se repetindo no tratamento dado ao professor no jornal é a fixação numa escrita imaginária.

Feitas essas observações, vale observar que percebemos uma inevitável aproximação com as proposições acerca das Formações Imaginárias do campo do discurso, tal como formuladas por Pêcheux (2010), e um acirramento da implicação das imagens no processo discursivo. É importante lembrar que as Formações Imaginárias tentam dar conta, no processo discursivo, dos jogos de antecipações que o sujeito se vale para produzir seu discurso.

Pretendemos mostrar que na produção jornalística sobre o professor é possível identificar as Formações Imaginárias indiciando os efeitos de uma escrita produzida numa uma relação de identificação imaginária. Buscamos apontar que, no *corpus* estudado, as antecipações produzidas pelos jornalistas ao escrever marcam-se pela identificação com o discurso dos especialistas apenas para confirmar pressupostos já assumidos como verdades pelo jornalista. Assim, ponderamos que esse modo do jornalismo de se relacionar com a produção científica em educação tem produzido significativas distorções na imagem do professor no jornal.

5.2. Quando o professor é notícia no jornal que “não dá para não ler”: o discurso da “atração de talentos”?

Neste momento, julgamos importante retomar a descrição das matérias selecionadas para compor o *corpus* principal da tese. Ainda que já tenhamos feito uma breve apresentação do conjunto das matérias no capítulo três desta tese, acreditamos que cabe uma descrição detalhada, enfatizando o conteúdo e os sentidos veiculados pelas notícias selecionadas. Nosso foco é enfatizar especialmente o trajeto de leitura que fizemos desse *corpus* jornalístico e dos sentidos que deles depreendemos.

Consideramos a descrição do conjunto importante porque reforça nossa argumentação de que há uma recorrência no discurso sobre o professor no jornal. Posteriormente à descrição dos dados, partiremos para a análise que será feita em três etapas: primeiro trabalharemos com os textos jornalísticos mostrando quais sentidos prevalecem quando o professor é notícia, apontaremos os movimentos de antecipação que o texto produz e, depois, cotejaremos os textos jornalísticos com os textos produzidos por um especialista em seu trabalho acadêmico, buscando encontrar traços discursivos comuns e sentidos que se complementam entre eles.

Os textos selecionados foram retirados do jornal Folha de São Paulo no período entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010. Para facilitar nossa apresentação, eles foram numerados de 01 a 14. Considerando a importância desses textos, vamos retomar aqui o quadro já apresentado. Reforçamos que o critério para a classificação foi a data de publicação, sendo o texto número 1 (T1) aquele com data mais antiga e 14 (T14) o de data mais recente:

Quadro 22 – *Corpus* principal de análise

Nº	Data de Publicação	Título do texto	Posição editorial
T1	03/02/2009	País forma cada vez menos professores.	Objetiva
T2	03/02/2009	Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno	Objetiva
T3	15/02/ 2009	Repitam a escola e os políticos. Não o aluno	Editorial

T4	17/02/ 2009	Socorro ao professor	Editorial
T5	28/05/ 2009	Mec quer tornar mais rigorosa a seleção dos futuros professores	Objetiva
T6	28/05/2009	Com esse salário quem quer ser um professor?	Editorial
T7	18/08/2009	A pedagogia é uma jabuticaba?	Editorial
T8	04/10/2009	Para Unesco, situação do professor é crítica	Objetiva
T9	04/10/2009	Estudos ligam boa educação a maior salário de professores	Objetiva
T10	04/10/2009	Salário de professor sobe 18% em 5 anos	Objetiva
T11	22/10/2009	Risco é criar elite em meio a mal remunerados	Objetiva
T12	23/10/2009	Prova terá peso maior para docente que disputar reajuste	Objetiva
T13	24/10/2009	Valorização Docente	Editorial
T14	09/11/2009	7 mitos na educação – Verdade ou Mentira	Objetiva

O que nos chamou a atenção ao estudar os textos analisados foi a coincidência de uma argumentação que, a nosso ver, representava um traço novo nos sentidos veiculados acerca do professor, que nomeamos como uma campanha para “atração de melhores candidatos ao magistério”. Para materializar nossa leitura, vamos apresentar um excerto de cada um dos 14 textos, especialmente relacionado ao argumento destacado:

Quadro 23 – Principais trechos das 14 matérias selecionadas

Texto	Trecho destacado
T1	Pesquisadores da área de educação afirmam que a falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários pagos no magistério e à pouca valorização social da carreira. Até mesmo escolas tradicionais reclamam das dificuldades para contratar professor. O colégio ████████ de São Paulo, por exemplo, afirma que precisou criar um programa para formar seus próprios ex-estudantes para as disciplinas mais críticas.
T2	[...] não só o salário contribui para a baixa procura, "embora seja uma coisa determinante", mas " a falta de estímulos para a profissão ".
T3	[...] existe uma dificuldade imensa de atrair talentos . Todo o resto é apenas consequência, a começar dos cursos para formação de docentes.
T4	Sem esse mínimo de garantias, cada vez menos talentos estarão dispostos a seguir a carreira de professor, decisiva para reduzir a iniquidade social no país.
T5	Diante das deficiências na formação de parcela expressiva dos professores, o Ministério da Educação lança hoje um conjunto de medidas para, de um lado, qualificar os que já estão em exercício e, de outro, tornar mais rigorosa a seleção dos futuros docentes .
T6	É verdade que há evidências empíricas de que salários maiores não significam melhores notas de alunos nas avaliações do MEC. Mas esse é um dado que capta apenas um efeito imediato. Sabe-se, a partir de um estudo da consultoria McKinsey, que os países com melhor desempenho educacional são os que selecionam para suas escolas os profissionais mais bem capacitados . Para isso, não há dúvida de que a remuneração é um fator essencial.

T7	Basta copiar o que fazem as boas escolas: programas de ensino claros, professores bem formados antes de entrar para o magistério, gestão escolar eficiente e uso de pedagogias adequadas.
T8	Os universitários de cursos de licenciatura e pedagogia vêm de famílias pobres, com menor bagagem cultural.
T9	Um estudo divulgado pela consultoria Mckinsey chegou a uma conclusão parecida ao identificar como uma das características comuns em países bem avaliados no PISA (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes) o fato de a carreira ser atrativa aos melhores profissionais que se formam no ensino médio.
T10	Apesar desse aumento de renda do magistério, um relatório preparado pela Unesco sobre a situação do professor no Brasil também destaca que os diferenciais de salário em relação a outras profissões ainda são muito grandes, o que contribui para diminuir a atratividade da carreira.
T11	É preciso recuperar as médias salariais no magistério, para que a carreira volte a atrair os melhores profissionais.
T12	O governador serra defende que o projeto cria um estímulo aos professores da rede, além de atrair jovens mais bem preparados para o magistério.
T13	A valorização é crucial para que a profissão se torne mais atrativa entre os formandos com bom desempenho nas faculdades.
T14	Isso porque os formados em física acabam atraídos por outras profissões com maior retorno financeiro

Ao ler os fragmentos acima, observa-se que o encadeamento de ideias é tão grande que até pode parecer, ao leitor desavisado, um único texto sem os devidos conectivos. Isso demonstra que foi pertinente nossa decisão de olhar para as matérias como um discurso comum, sem fazer grandes distinções entre o conteúdo opinativo (T3, T4, T6, T7 T11, T13) e o informativo (T1, T2, T5, T8, T9, T10, T12, T14). Essa constatação reforça nossa ideia de que, ainda que o material jornalístico, especialmente nesse jornal, seja categoricamente distribuído entre a informação e a opinião, na prática o conteúdo informativo serve como referendo e comprovação do conteúdo opinativo. Ou seja, a informação apresentada como objetiva nos textos informativos confere maior poder simbólico ao trabalho de convencimento a que servem os editoriais e artigos assinados.

Para ilustrar o que acabamos de afirmar, vejamos o caso de duas matérias, “coincidentemente” subsequentes, sendo uma informativa e outra opinativa: T12 e T13. A primeira é uma reportagem, publicada no dia 23 de outubro, sob o título “Prova terá peso maior para docente que disputar reajuste”. A matéria versa sobre a aprovação na Assembleia Legislativa de uma lei proposta por José Serra, então governador do Estado de São Paulo, que prevê que uma prova aplicada aos professores da rede estadual de

ensino terá um peso maior quando a avaliação possibilitar a concessão de aumento de 25% aos professores. A matéria tenta seguir os preceitos do “bom jornalismo”, apresenta o fato, levanta a posição dos que defendem a lei – seus autores – e apresenta as posições contrárias e críticas.

Dois fatos nos chamaram a atenção com relação ao modo de composição da matéria: o fato de o “outro lado”, a pessoa que critica a lei ter tido seu depoimento retirado de uma ferramenta de redes sociais, o *Twitter*, o que demonstra certo descaso com a apuração da matéria⁶⁰; e o fato da posição oficial, defensora da lei, ser reiterada várias vezes, inclusive no espaço destinado pela diagramação do jornal às críticas à mesma lei. Não é de estranhar que no dia seguinte a Folha de São Paulo tenha publicado um editorial parabenizando a Assembleia legislativa pela aprovação da lei e que os argumentos que encerram o editorial sejam praticamente os mesmos que compõem a fala que encerra o texto informativo, fala essa atribuída ao então governador Serra.

Vejam os textos:

Nº	Trechos em destaque
T12	O governador Serra defende que o projeto cria um estímulo aos professores da rede, além de atrair jovens mais bem preparados para o magistério.
T13	A valorização é crucial para que a profissão se torne mais atrativa entre os formandos com bom desempenho nas faculdades.

A partir dessa leitura, não é incorreto afirmar que o segundo trecho é uma paráfrase do primeiro que, segundo o próprio jornal, consiste na fala literal do então governador. Diante desse dado específico, fica delicada a sustentação de que o conteúdo informativo e factual do jornal Folha de São Paulo não sofra influência da posição editorial do veículo.

Das 14 matérias, assinadas ou não, que compõem nosso *corpus*, seis são assumidamente opinativas e oito têm contornos informativos. O texto que inaugura esse conjunto de textos é nomeado “País forma cada vez menos professores”, doravante T1. T1 foi assim nomeado não só porque ele dá início a uma série de textos publicados sobre o professor ao longo do ano, mas também porque consideramos que ele é central no

⁶⁰As redes sociais em tempos de internet são, evidentemente, fontes de informação. Mas, assim como as outras fontes, devem ser uma das muitas consultadas e não a única.

desenvolvimento de uma argumentação mais sistemática do jornal, que será defendida explicitamente em dois editoriais (Socorro ao professor/T4 e Valorização docente/T13).

Procuramos encontrar textos anteriores a respeito da temática e encontramos três: 1) um artigo publicado no dia 28 de outubro de 2007, na versão online do jornal, intitulado “O que funciona na educação: as lições segundo a McKinsey”, que é uma tradução originalmente publicada em Inglês, no jornal "ECONOMIST" (FOLHA, 2007); 2) uma reportagem nomeada “Carreira de professor atrai menos preparados”, publicada no dia 09/06/2008 (FOLHA, 2008a), e 3) um artigo assinado, publicado somente na versão online do jornal, nomeado “A volta da Filosofia”, cuja publicação foi em 12/06/2008 (FOLHA, 2008b).

No primeiro caso, trata-se de uma reprodução de um texto publicado na revista semanal Britânica em que se apresentam os principais resultados de uma pesquisa realizada pela consultoria internacional McKinsey, que, segundo o próprio artigo, é uma empresa fora do campo da educação e assessora empresas e governos. Com base na matéria, podemos perceber que o que de fato a consultoria produz são orientações para os sistemas educacionais baseadas em análise dos resultados quantitativos dos dados do PISA (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes) e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A primeira e principal orientação da McKinsey aos gestores em educação é: obter os melhores professores. Cerca de oito meses depois é publicada a reportagem que apresenta dados de um levantamento encomendado pela Fundação Lemann e pelo Instituto Futuro Brasil que aponta que 5% dos que se formam no ensino médio “desejam” ser professor. Três dias depois, o articulista do texto “A volta da filosofia” retoma a pesquisa divulgada em 2007 e a matéria da Folha publicada na mesma semana para sustentar o argumento de que mais importante que o conteúdo é o professor. Ele faz a ressalva que recrutamos os piores profissionais e precisamos selecionar os melhores.

Esses exemplos ajudam-nos a pontuar que ainda que as próprias reportagens comprovassem a ideia segundo a qual os ingressantes na carreira do magistério estão despreparados e que para melhorar a educação faz-se necessário recrutar os melhores, não poderíamos afirmar que havia uma recorrência e, portanto, não poderíamos sustentar que havia um discurso posto no jornal. Nesse sentido, a primeira matéria que compõe

nosso *corpus* principal representou uma guinada, considerando que inaugurou um conjunto de textos publicados em menos de um ano que reforçam significativamente a mesma posição: a atração dos melhores.

Importante observar que quando falamos que há uma tese nova no jornal que indica a necessidade de “convocar os melhores”, não estamos falando de convocar os melhores entre os que estão se formando para o magistério. A posição do jornal é um pouco mais radical e chega a demonstrar elitismo, como podemos depreender nos trechos listados abaixo:

Nº	Trechos destacados
T7	Basta copiar o que fazem as boas escolas: programas de ensino claros, professores bem formados <u>antes de entrar para o magistério</u> , gestão escolar eficiente e uso de pedagogias adequadas.
T8	Os universitários de cursos de licenciatura e pedagogia vêm de <u>famílias pobres, com menor bagagem cultural</u> .
T9	Um estudo divulgado pela consultoria Mckinsey chegou a uma conclusão parecida ao identificar como uma das características comuns em países bem avaliados no PISA (Programa de Avaliação Internacional de Estudantes) o fato de a carreira <u>ser atrativa aos melhores profissionais que se formam no ensino médio</u> .

O que se depreende dos excertos é que estão colocadas antecipações de imagens dos jovens aspirantes a professor: jovens pobres e mal formados, em oposição ao que o jornal supõe como ideal de professor, qual seja, jovens ricos bem formados.

Outro dado importante é o fator salário ser frequentemente citado pelas reportagens como o motivo da baixa atratividade. Considerando que esse é um embate histórico na luta dos educadores para garantir melhores condições na educação (SAVIANI, 2009), poderíamos supor uma defesa do jornalismo a uma reivindicação dos professores. Entretanto, isso não pode ser confirmado, pois esse embate vem sempre acompanhado no texto jornalístico de um condicionante, com afirmações de que o salário por si só não é suficiente para resolver a qualificação dos professores.

Como vimos no segundo capítulo desta tese, não é exatamente novidade falar do despreparo do professor nas páginas do jornal. Um número relevante de pesquisadores já havia observado como se podem construir sentidos negativos sobre o professor nas páginas do jornal. A novidade está nas soluções aos problemas. Se antes os debates sobre as soluções giravam em torno das políticas de formação continuada e ações estruturais

para melhorar o trabalho do professor, agora, a solução passa pela substituição completa dos profissionais com a “convocação dos mais preparados”.

A leitura sistemática dessas 14 matérias, além do levantamento já apresentado com outros veículos no capítulo 2 desta tese, indicou-nos que ainda que apareça materializada no texto a menção à valorização do professor, há um deslizamento do sentido e o que efetivamente ocorre é a construção de uma imagem pejorativa do professor. Como já apontamos, ao constatar, generalizando, a má formação docente e ao indicar como única solução possível para esse impasse o desenvolvimento de estratégias para estimular “os melhores” ao magistério, o jornalismo desliza na sua suposta intenção de valorizar o magistério.

O principal discurso acerca do professor no jornal Folha de São Paulo é o discurso de atração de talento, ou seja, de substituição dos piores pelos melhores. É importante retomar que a construção de tal imagem negativa sobre o professor só é possível porque está em oposição a uma imagem positiva do jornalista e do jornal. Ou seja, da imagem que o jornalismo faz de si para escrever sobre o professor.

Observamos que também na Folha de São Paulo é relevante a imagem de valor positivo que o veículo faz de si, nos termos de Pêcheux Ia(A), para construir uma imagem do professor nos jornais, ou seja Ia(B). Nesse jornal, podemos perceber que prevalece uma posição positiva de Ia(A). Para exemplificar essa posição, vamos analisar um título de uma das 14 matérias que compõem nosso *corpus*:

Repitam a escola e os políticos. Não o aluno (T3)

No título mencionado, sinalizamos os trechos em que compreendemos ser possível observar uma tendência à prescrição⁶¹, que parte de um discurso construído a partir de uma formação discursiva bem particular da escola: a repetência como estratégia de controle do processo de aprendizado dos alunos. O colunista se apropria do poder atribuído à escola, instituição legitimada socialmente para determinar as retenções e os avanços das séries, e “prescreve” quem deve ser punido.

⁶¹ Outros textos que seguem a mesma linha argumentativa: Socorro ao professor (T4); Com esse salário quem quer ser um professor? (T6); Risco é criar elite em meio a mal remunerados (T11); Valorização Docente (T13); 7 mitos na educação – Verdade ou Mentira (T14)

Foram matérias desse tipo, que não são exceção em nosso *corpus*, que corroboram nossa afirmação de que há, em geral, uma tendência prescritiva na mídia quando o assunto é o professor da escola básica. Essa prescrição inscreve o jornalista como o professor dos professores, ou seja, o jornalista que escreve assume uma posição de quem pode ensinar algo aos professores. O caso que tomamos como exemplo é explícito nessa posição. O jornalista não somente traça o diagnóstico do caos na educação como prescreve a solução: repetir os professores.

Como observa van Dijk (1990), o título é um dos elementos mais importantes na construção jornalística de sentidos, pois produz um efeito de resumo do tema central da matéria. Lendo as matérias, podemos afirmar que o pesquisador holandês está correto e que o tom prescritivo que aparece nos títulos se mantém na argumentação do texto. Em T3, por exemplo, o articulista confirma a prescrição de que feito o diagnóstico do caos da educação, só resta a repetência aos professores, à escola e aos políticos.

Títulos	Linhas	T3 - Trecho 1
Repitam a escola e os políticos. Não o aluno (T3)	L1	Já que dar aula em escola pública , especialmente nas grandes cidades e regiões
	L2	metropolitanas e, mais especialmente ainda em suas periferias, não é exatamente
	L3	das atividades mais atrativas -existe uma dificuldade imensa de atrair talentos .
	L4	Todo o resto é apenas consequência , a começar dos cursos para formação de
	L5	docentes.
	L6	As escolas são ruins , logo o professor não é valorizado nem defendido pela
	L7	sociedade, o que implica menos pressão contra os governantes. Em nome de seus
	L8	afiliados, os sindicatos acabam por piorar essa imagem, ao defender o
	L9	absenteísmo, a alta rotatividade, atacar o pagamento por mérito. (grifos nossos)

No trecho destacado, observamos que os argumentos para traçar o diagnóstico de desqualificação da escola (que segundo o texto jornalístico foi comprovado por prova estadual de avaliação docente) partem da desvalorização da própria atividade do professor (L1). Nota-se que não há uma preocupação com a problematização das condições de trabalho nas escolas citadas, ao contrário, há certa naturalização: é público e periférico; então, não é atrativo. Em L3, o articulista apresenta sua tese em defesa da prescrição: “dificuldade imensa de atrair talentos” e continua em L4 com a afirmação categórica: “Todo o resto é apenas consequência”.

As prescrições aparecem no trecho em destaque:

Linhas	T3 - Trecho 2
L10	E depois disso tudo ainda querem culpar o aluno. Muito melhor repetir o professor
L11	e a escola.
L12	Depois de oferecida uma chance de recuperação e reciclagem, se o professor e a
L13	escola não se recuperarem, deveriam ser afastados e trocados os comandos. Melhor
L14	ainda (e mais justo) seria repetir os prefeitos e o governadores, caso não demonstrem empenho em aprimorar o ensino público

Em L10 e L11, o texto dá consequência à posição do articulista afirmando que a conjuntura não permite **culpar** o aluno e prescreve: Muito melhor **repetir o professor e a escola**. O que nos interessa especialmente em tais afirmações emblemáticas, marcadas por verbos deônticos, é justamente observar que elas só podem se realizar na Folha de São Paulo porque o jornalismo e esse jornal tem uma posição muito positiva de si.

O articulista minimiza a problemática das relações sociais ao reforçar em L12 a seguinte sugestão: “Depois de oferecida uma chance de recuperação e reciclagem, se o professor e a escola não se recuperarem, deveriam ser afastados e trocados os comandos.” Sabemos que nem o próprio jornal tem tão poucas chances de erro quanto o articulista propõe para a escola e para o professor, já que um dos méritos desse veículo é a estabelecida prática de publicar seus próprios erros nas páginas do jornal.⁶² Entretanto, é justamente pela posição positiva do jornal, a imagem de um jornal imprescindível para explicar a realidade social, o jornal do “Não dá para não ler”⁶³, que o articulista, ao redigir sua crítica, produz tantas generalizações e prescrições.

Pensamos que o tom prescritivo além de indiciar uma posição positiva do jornal também é resultado da condição de sujeito do jornalista que redige o texto preso à sua ideologia. Especialmente em T3, podemos depreender a presença das Formações Ideológicas representadas em seus dois esquecimentos: de que o sujeito é origem do seu dizer e que o que é dito recobre a realidade. Observamos isso ao constatar que seu rigor e crítica à escola não se dão sem antes uma apresentação positiva dos dados oficiais. Essa apresentação demonstra a preocupação não só de conferir credibilidade aos dados,

⁶² A coluna *erramos* da Folha tem o mérito de tentar ao máximo esclarecer por erros do jornal publicado nas edições anteriores. Ressalte-se que A Folha de São Paulo é o único jornal brasileiro de grande circulação que mantém um profissional contratado para criticar o jornal, conhecido como ombudsman.

⁶³ Um dos slogans mais famosos da Folha de São Paulo, que trabalha com a ideia de que a leitura do jornal é essencial para compreender e explicar o mundo em que vivemos.

tomando-os como expressão da verdade, como também indicia a presença da ilusão do jornalista no controle do seu dizer. Mesmo tendo contornos opinativos, a leitura do texto remete à cobertura dos acontecimentos produzidos pelo próprio jornal:

Linhas	Trecho 3 de T3
L15	Pela primeira vez o país teve uma noção mais precisa sobre a qualidade dos
L16	profissionais que estão em sala de aula, depois de revelado o resultado do teste
L17	inusitado aplicado entre 214 mil professores paulistas. Aproximadamente 40%
L18	tirou nota abaixo de cinco , ou seja, 96 mil professores , dos quais metade não
L19	chegou à nota três.
L20	A partir dos resultados, faço aqui a seguinte sugestão: não repitam o aluno
L21	repitam a escola e os políticos

Mais uma vez, o argumento se dá a partir de uma construção de poder que apela para a generalização e para homogeneização da informação. “Pela primeira vez”, “mais precisa” e “revelado” são escolhas que mostram a relação do sujeito com a informação: um sujeito que acredita que está no controle do seu dizer. Ao apresentar números para sustentar seu argumento, o jornalista confia que se sustenta pela “verdade dos fatos”.

Vemos uma identificação com a posição oficial em oposição à posição dos professores e seus representantes. Observamos, ainda, que o jornalista tenta esboçar uma crítica aos políticos e governantes, porém o que sustenta sua fala para criticar os professores são justamente dados oficiais do governo estadual. Portanto, no texto jornalístico, o mesmo estado que cria condições de trabalho desfavoráveis ao professor é também o que avalia e dá nota zero a esses docentes⁶⁴.

Assim, a partir dessa posição de verdade, o jornalista sente-se confortável para produzir as generalizações que aparecem nos dois primeiros trechos destacados. Por exemplo, “pela primeira vez” imprime o tom de “ineditismo” e “atualidade” da informação que, como vimos no quarto capítulo, é um critério importante para a definição de notícia e marca que o tema é relevante para se tornar notícia, mas ao mesmo tempo é generalizador, pois desconsidera outras avaliações sobre a formação dos professores, trabalhos acadêmicos neste campo e debates feitos entre os próprios

⁶⁴ Decidimos não colocar em questão o fato de que houve boicote significativo dos professores à prova citada pela especialista, o que poderia justificar o baixo rendimento docente. O fato é que para nós não importa se os dados são corretos ou não, o que nos importa é que todo e qualquer dado deveria, no jornalismo, ser apresentado como o que são: recortes, apontamentos de uma posição de mundo e não como a expressão fiel da realidade.

professores. Quando o texto diz “pela primeira vez o país teve uma noção mais precisa sobre a qualidade dos profissionais que estão em sala de aula”, silencia toda uma produção significativa a respeito dos professores.

Na mesma orientação, o “mais precisa” é uma marca que inscreve o texto no gênero de notícia, pois tenta passar ao leitor a inscrição em dados mensuráveis, mas ao mesmo tempo generaliza. A generalização para nós decorre do fato de que o texto jornalístico não apresenta uma relação de comparação para que o leitor possa compreender o porquê desta informação ser mais precisa que outras. Assim, quando lemos “[...] o país teve uma noção mais precisa sobre a qualidade dos profissionais que estão em sala de aula, depois de revelado o resultado do teste inusitado aplicado entre 214 mil professores paulistas. Aproximadamente 40% tirou nota abaixo de cinco, ou seja, 96 mil professores, dos quais metade não chegou à nota três”, notamos que o texto está apresentando um dado específico sobre o professor a partir de uma avaliação oficial, mas não diz o motivo dessa informação ser “mais” precisa que outras informações já disponíveis para a sociedade.

O que de fato parece indiciar essa afirmação é que o jornalista antecipa que os leitores compartilham de uma imagem pejorativa do professor e que a partir dos dados essa imagem pode ser confirmada. Por fim, o “revelado” inscreve o texto em um discurso que parte de algo dado, dos fatos “reais” ou da realidade objetiva, revelado pelo exame e reportado, fielmente, pelo jornalista. O verbo aponta como o jornalista toma os dados apresentados pelo exame do governo estadual, ou seja, como algo que torna “transparente” o que estava encoberto. Além de gerar uma interpretação com pouco lugar ao questionamento do dado, o modo de apresentação das informações do teste mostra que o jornalista sustenta seu dizer a partir do discurso da secretaria da educação.

O que procuramos mostrar usando esse exemplo é que a escrita do texto jornalístico implica uma inscrição em outro discurso. Nesse caso, a identificação com o discurso oficial passa a assumir a posição oficial de que uma prova para avaliar os professores é legítima e seus resultados são “reveladores” da verdade.

A partir da percepção de que o discurso jornalístico sempre se sustenta pelo dizer do outro, chegamos à conclusão de que não bastava falar das mudanças de tratamento do professor na mídia, ainda que não sejam poucas. A partir dessa constatação, vimos que

era necessário articular as posições que sustentavam os argumentos dos jornalistas e dos jornais com os discursos sociais sobre o professor que apareciam nesse mesmo discurso. Aos poucos, fomos compreendendo que além da observação das formações ideológicas e das formações imaginárias do professor no jornal, ou seja, de qual imagem do professor era construída no jornalismo, interessava-nos entender a que identificações os jornalistas se colavam para sustentar seus dizeres.

Nesse sentido, parece-nos importante a escolha de olhar para textos e seus aspectos de construções de imagens na perspectiva formulada por Pêcheux (2010) para tentar encontrar possíveis vestígios de identificação. Assim, a partir de agora apresentaremos as duas matérias, retiradas do *corpus* principal, que foram consideradas por nós as fundadoras do discurso. Nosso objetivo será depreender em que momentos o sujeito evidencia traços de identificações aos quais se colou para escrever um texto.

5.2.1. O texto objetivo para referendar o dizer: entre o locutor e o sujeito da enunciação

Selecionamos para esta análise dois textos interligados entre si, em termos de conteúdo, diagramação e referência. Foram publicados no mesmo dia e na mesma página do jornal. O primeiro, T1, cita elementos do texto “Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno”, doravante T2. Nesta seção daremos maior ênfase para T1 e, na próxima, retomaremos com mais cuidado T2.

T1 é uma matéria de cunho informativo que apresenta dados do Censo da Educação divulgados pelo Ministério da Educação. Está separada em um texto de “abertura” e três retrancas⁶⁵ cujos títulos são: baixos salários, medidas e outras profissões. O gancho da matéria, nos termos de Darnton (2010), aponta a dificuldade do país de atrair jovens para a carreira do magistério. No primeiro parágrafo, o jornalista afirma que apesar de existir uma “comprovada” carência, o país sofreu, pelo segundo ano

⁶⁵ Nome que se dá para as divisões nas matérias jornalísticas. As retrancas são muitas vezes para destacar temas e separar ideias do levantamento jornalístico.

consecutivo, queda na formação de universitários para as carreiras do magistério. As informações são comprovadas usando dados do Censo da Educação Superior.

Todos os parágrafos subsequentes empenham-se em apresentar esses dados. É no quarto parágrafo que aparece algo diferenciado, que nos chamou atenção em termos de composição textual. Os parágrafos descritos até então são todos muito “objetivos”, pautados em dados, informações que podem ser comprovadas empiricamente. Vejamos, por exemplo, como essa característica se materializa no terceiro parágrafo:

Texto 1 – Trecho 1

As maiores quedas de 2006 para 2007, entre as disciplinas obrigatórias, ocorreram em letras (10%), geografia (9%), química (7%) e filosofia (5%).

Percebe-se que neste parágrafo o jornalista preocupa-se em comprovar numericamente quais foram os percentuais de queda nas carreiras obrigatórias, apontando cada uma das porcentagens. São apresentados muitos números para lhe garantir a autoridade de quem sabe o que está falando. Essa posição rigorosa, seguida no primeiro, segundo e terceiro parágrafo parece se diluir no quarto parágrafo pela escolha da indeterminação na nomeação de um estudo, importante para a argumentação.

Texto 1 – Trecho 2

O dado apenas faz agravar uma situação que já é preocupante. **Um estudo do** próprio MEC aponta que há 300 mil pessoas dando aulas no país em áreas diferentes das quais se formaram. (grifo nosso)

É relevante sinalizar, primeiramente, que não fica evidente no texto qual é a situação preocupante à qual o texto se refere; se está relacionada à situação dos professores, da educação, dos alunos envolvidos ou de tudo isso junto ou separado. Na sequência, o jornalista tenta sustentar sua tese citando outro estudo, porém não nomeia qual é esse estudo. Fica no texto bem perceptível a disputa entre duas posições: uma do jornalista no controle, que domina os três primeiros parágrafos com a apresentação de dados para comprovar seu saber, e outra de um jornalista que quer opinar sobre o tema, mas não se permite colocar voz própria. Por essa razão, podemos afirmar que os

substantivos “um estudo” e “MEC” poderiam ser substituídos por qualquer outra informação ou denominação sem prejuízo para a construção do texto.

Defendemos que mesmo o MEC aparecendo como a referência do jornalista, quem fala nesse trecho sobre o “quadro preocupante” é o próprio jornalista. Outro aspecto relevante são as conotações de valores que aparecem no texto, as quais demonstram uma tomada de posição jornalista:

Linhas	Texto 1 – Trecho 3
1	Até mesmo escolas tradicionais reclamam das dificuldades para contratar professor.
2	O colégio ████████, de São Paulo, por exemplo, afirma que precisou criar um
3	programa para formar seus próprios ex-estudantes para as disciplinas mais críticas

Deste pequeno trecho é possível depreender a disputa entre a pretensão de objetividade e o sujeito que não tem controle sobre o seu dizer. Há uma distância entre o locutor, aquele que planeja o discurso e pensa que esse se realiza tal qual foi pensado, e o sujeito da enunciação, instância que deixa escapar sentidos não planejados. Outro exemplo desse efeito é o uso do termo “até mesmo”, destacado de T1 no Trecho 3 (linha 1), que demonstra que o jornalista toma partido da escola particular frente à pública. O uso do “até mesmo” implica uma suposição de que escolas tradicionais não deveriam ter problemas em atrair talentos, já que supostamente são qualificadas. Além disso, o próprio modo de denominação da escola particular, como uma escola “tradicional”, já conota uma associação da escola citada a uma escola de qualidade.

As retrancas que se abrem são também importantes para nossa análise, pois dão a entender que há uma posição sendo construída sobre o assunto. A primeira retranca é nomeada “baixos salários” e reforça que a desvalorização está associada aos baixos salários e à baixa atratividade; a segunda, fala das “medidas” que estão sendo tomadas para resolver o problema da falta de professores e, por fim, a terceira, compara professores a “outras profissões”. Dos três assuntos apresentados nas retrancas, o que nos chama bastante atenção é o modo de abordagem da primeira retranca, especialmente pela indeterminação do uso da fonte, como é o caso do parágrafo que segue:

T1 – Trecho da retranca “baixos salários”

Pesquisadores da área de educação afirmam que a falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários pagos no magistério e à pouca valorização social da carreira.

Este parágrafo é particularmente importante para a nossa análise, pois ainda que nele os pesquisadores referidos no texto não sejam nomeados, consiste numa clara referência à matéria complementar que também selecionamos e que está intitulada “Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno” (T2). Para nós, essa referência marca um traço de identificação que o jornalista estabeleceu com as pesquisas citadas ao mesmo tempo em que mostra o sujeito tomando posição. Observamos que o texto retoma a fala dos especialistas em educação e os usa para explicar a realidade empírica apresentada em seus dados objetivos. Contudo, ao usar o termo genérico “pesquisadores da área de educação”, indicia ao leitor sua presença como selecionador das fontes e construtor de uma interpretação dessa fala.

Se pensarmos em um dos pressupostos da objetividade, de referenciar a informação a uma fonte oficial, por exemplo, notaríamos que há um erro no texto. Porém, essa estratégia de imprecisão na nomeação da fonte do jornalista parece ser cada vez mais comum e recorrente nos textos analisados, aparece em T1, T4, T6, T7, T9, T11, T14 (ver tabela 3 no apêndice)⁶⁶.

Percebemos que na dinâmica do texto jornalístico essa indeterminação pode ser permitida por dois movimentos. Em um primeiro, o jornalista antecipa que o leitor supõe na prática jornalística um trabalho de apuração e investigação de informações, ou seja, existe o pressuposto de que o leitor sabe ou reconhece essa “posição” ou “imagem” do jornal como fonte confiável. Algo como: se ele compra esse jornal e não outro, então confia na minha informação. Assim, colado nesse pressuposto de confiança, a redação se permite a indeterminação mesmo que ela represente uma quebra visível do discurso de objetividade. O termo “aqueles pesquisadores” (T1), ainda que seja impreciso, não está

⁶⁶ Esses são os textos em que procuramos localizar essa aparição da imprecisão, contudo, em todo o conjunto de dados podemos afirmar que é recorrente o uso de dados em que não há uma localização precisa. Apostamos em apresentar de modo localizado esse efeito no *corpus* principal.

ali como todo e qualquer pesquisador, mas há um pressuposto de que a referência é apenas para os pesquisadores ouvidos pelo repórter no processo de apuração da notícia.

Não podemos garantir que essa imagem corresponde ao procedimento real de apuração por parte do jornal. O fato é que também está implicada nessa posição do dizer uma imagem positiva do jornal e do jornalista. Ele só pode usar a indeterminação no uso das fontes porque tem de si uma imagem positiva do repórter fiel aos fatos, daquele que fala as coisas como são.

O segundo movimento criado pela presença da indeterminação no texto é a apropriação das falas dos entrevistados não como visões de mundo, interpretações dos eventos sociais, mas como a própria descrição do mundo. Esta última posição indicia que está implicada na produção jornalística uma imagem construída da ciência como o lugar da verdade e dos pesquisadores como os que a representam, ou seja, os porta-vozes da verdade. É uma cadeia. O jornalista aposta na construção do texto calcado no uso de sua imagem de repórter fiel da realidade. Ele acredita falar só a verdade fazendo uso da ciência também como o discurso fiel à realidade.

Assim, se a ciência é tomada pelo jornalismo não como uma produção discursiva do saber, mas uma reprodução objetiva da verdade dos fatos, não é de se estranhar que os especialistas em educação sejam os mais autorizados a falar sobre educação e explicar os fenômenos a partir da verdade dos fatos. As fontes, portanto, são fontes autorizadas a falar porque são “especializadas em educação”, o que implica um “já ouvido” e um “já dito” (PÊCHEUX, 2010, p. 85) compartilhado socialmente sobre a própria produção científica, como algo que evidencia os dados do mundo.

A valorização da ciência como aquela que dá luz aos acontecimentos e explica os eventos do mundo parece sustentar a posição do jornalista e sua escolha de quem ouviu para explicar os acontecimentos sobre o professor. A recorrência do uso de “segundo fontes”, “de acordo com especialistas”, “há evidências empíricas” e assim por diante conota, portanto, duas imagens: a imagem positiva do jornalismo e da ciência.

Porém, percebemos que essa construção positiva tem outras consequências: a de justamente reforçar a imagem negativa do professor. Em “Opiniones e Ideologías en la prensa”, o pesquisador van Dijk observa que um dos recursos que marca a presença da

opinião e da ideologia nos produtos midiáticos é o uso da polarização, que coloca em oposição valores dos grupos próximos aos distantes “Nosotros contra Ellos” (p. 43).

O “nosotros”, nesse caso, é o valor positivo do jornal que se materializa nos discursos prescritivos e generalistas que o jornalista se autoriza a dar e no valor positivo da ciência, materializado na recorrente apresentação de dados “científicos”. Por outro lado, o “ellos” são os professores e seus representantes que quase nunca têm suas vozes reportadas nos enunciados dos jornais. Eles são sempre “falados” e nunca aqueles que falam. O que aparece em disputa é a posição do saber – jornalismo e ciência – contra a posição do não-saber do professor, mal formado e que, nessa visão, precisa ser substituído.

É por isso que defendemos que o uso de determinadas fontes no jornalismo está para além de uma preocupação objetiva com dados empíricos, mas se estabelece em função de processos de identificação. Assim, não é suficiente um trabalho de levantamento de quais fontes são as mais consultadas no jornalismo como vimos em trabalhos cujo enfoque é entender a problemática das fontes.

Para entender porque uma fonte foi escolhida e não outra, acreditamos que seja necessário compreender os processos de identificação que marcam a produção textual do jornalismo. No caso da cobertura do professor, há uma preocupação do jornalismo em se colar na imagem positiva da ciência apropriando-se de certos traços específicos de pesquisas da área. Por essa razão, podemos ver em T1 a presença do “para pedagogos” em falas que explicam a “baixa procura” pelo cargo de professor. Assim, o que aparece no texto são traços dos trabalhos acadêmicos que contribuem para a imagem positiva do jornalista, e, conseqüentemente, contribuem para uma construção de uma imagem negativa do professor.

É importante ressaltar que esses traços não representam o conjunto da pesquisa acadêmica, mas justamente aquele mais adequado à demanda do jornalista e que o ajuda a sustentar um dizer sobre o que pensa do professor, sem precisar mobilizar sua própria voz. Estamos, portanto, sustentando que a identificação com os trabalhos acadêmicos e com os pesquisadores que são usados como fonte de consulta é uma identificação da ordem do imaginário. Uma forma de entender isso é pelas colocações de van Dijk, em seu site oficial, sobre as entrevistas na imprensa: “Como se sabe, entrevistas en la

prensa *no* son una copia de lo que ha dicho una persona, sino una construcción discursiva del (de la) periodista para un contexto diferente”. (VAN DIJK, 2010)⁶⁷.

Concordamos com o pesquisador que esse modo de apropriação do discurso do outro pelos jornalistas é um efeito inevitável das condições de produção do discurso e será sempre uma interpretação, o que não é por si só um efeito ruim. Contudo, a abordagem da identificação nos auxilia a compreender que há modos diferentes de se apropriar e de organizar os sentidos que podem passar pela reprodução superficial – que como consequência geram estereótipos e deturpações – ou podem passar por uma problematização comprometida com o discurso primeiro que, nesse caso, podem contribuir para o avanço dos embates teóricos.

A identificação ao significante, como já explicado, supõe um modo de lidar com textos no campo do simbólico, de maneira que ainda que não haja concordância com tudo que é dito pelo outro, há um compromisso em nomeá-lo, permitindo um texto que produza embate e reflexão. Contudo, a análise dos textos nos mostra que o jornalismo está recorrentemente inscrito na identificação que é da ordem do imaginário. Ou seja, ele não recupera os argumentos contrários a sua própria tese e, inclusive, procura apagar tais posições. Assim, cria um debate superficial sobre os aspectos que constroem a carreira docente, gerando estereótipos e reforçando imagens pejorativas sobre o professor.

Observamos que não é exatamente a apresentação de dados restritos que produz os descompassos no discurso, pois é preciso relativizar que o jornalismo que temos hoje não teria condição de abarcar toda a complexidade dos problemas sociais ou dos temas elencados numa produção científica, considerando as variáveis de tempo e espaço. Não é exatamente a falta de pluralidade de fontes e dados que gera uma restrição na interpretação, mas o modo como tais dados são apresentados como sendo a representação exata da realidade social e como únicas posições possíveis.

Por outro lado, não podemos nos contentar em sustentar que as superficialidades são forjadas no jornalismo pelo seu próprio modo de funcionamento e de produção da notícia, também é necessário implicar a responsabilidade do jornal e dos jornalistas pelas narrativas produzidas em seu interior. Situamos como principal responsabilidade o modo de seleção e organização dos discursos das fontes citadas, pois é ao organizar o discurso

⁶⁷ Retirado de: <<http://www.discourses.org/>>. Acesso em 10/01/2012.

do outro sob seu próprio discurso que o jornalismo produz sentidos. Ao contar uma história há sempre a priorização de um ponto de vista. Ao priorizar, o jornalista seleciona e ao selecionar ele produz sentidos específicos. Eis a razão pela qual um mesmo conjunto de dados e informações pode gerar matérias completamente diferentes, dependendo da posição do veículo e do jornalista.

Ao observar que o texto jornalístico é sempre uma construção, assim como todo texto, queremos mostrar que o jornalista constrói seu discurso a partir de uma vinculação de identificação imaginária com a fonte. Ele seleciona da fala da fonte apenas o que é conveniente e pertinente para confirmar sua própria posição sobre o tema. A presença dessa identificação dificilmente é percebida pelo leitor comum, mas é cada vez mais perceptível a quem, de algum modo, colabora com as produções do discurso midiático.

Um bom exemplo deste evento aparece em relatos de pessoas que foram fontes para a mídia. Não é incomum ouvir dessas pessoas a reclamação, depois do texto publicado, de certa imprecisão na reprodução do seu discurso pelos jornalistas. Geralmente, tal reclamação é materializada na seguinte fala “não foi bem isso que eu quis dizer”⁶⁸. Ainda que a reclamação não se refira a erro de informação nas matérias publicadas, ela indicia que o modo de organização dos sentidos, ou seja, o modo como o jornalista sustenta sua identificação, gera interpretações diferenciadas da fala da fonte utilizada.

Reforçamos que esse processo de interpretação precisa ser entendido como parte constitutiva do processo de produção da notícia. Porém, defendemos que tal interpretação aliada à ilusão de controle do locutor gera uma enunciação que reforça e reproduz imagens preconceituosas e estereotipadas sobre o professor.

Na próxima seção, cotejaremos as posições apresentadas no texto jornalístico com um trabalho acadêmico produzido por um dos especialistas consultados, na tentativa de demonstrar como se materializam tais identificações e as consequências desse modo de produzir notícias para a imagem do professor da escola básica.

⁶⁸ Um evento emblemático dessa “reclamação” foi o uso de uma fala do sociólogo Emir Sader ao se referir à então ministra da Cultura Ana Buarque de Holanda como “meio autista”. A matéria foi publicada pela Folha de São Paulo (Folha, 2011c) e, após reclamação de deturpação do próprio sociólogo, o jornal disponibilizou o áudio da entrevista em que realmente aparece a fala em questão. Observa-se que a problemática não é se o sujeito diz ou não aquilo, mas sob qual discurso ele está sustentando aquele dizer e como jornalismo reorganiza a fala do sujeito produzindo sentidos conflitantes com o discurso primeiro.

5.2.2 As fontes em educação e as notícias “objetivas” sobre o professor: como o jornalista sustenta seu dizer

Nesta seção, pretendemos sustentar que o discurso jornalístico não tem nada de objetivo, no sentido de imparcial e plural, mas é um discurso extremamente conotado e posicionado, à medida que organiza os sentidos provindos de outras instâncias em termos próprios para referendar suas posições. Para tanto, além da análise do texto jornalístico, apresentaremos excertos de um texto acadêmico produzido por um dos especialistas citados na matéria que tomaremos como referência.

Nossa ideia é cotejar o texto jornalístico com o texto acadêmico, mostrando que ainda que haja pontos de convergência entre o dizer do especialista produzido no âmbito jornalístico e no acadêmico, as diferenças são mais importantes. Queremos apontar que não é possível que a fala do especialista, recortada no excerto jornalístico, represente sua reflexão sobre o professor.

Por questões legais, decidimos não tornar público o nome do especialista escolhido, nem dos demais especialistas citados na matéria⁶⁹. Nosso trabalho, como já apontamos, não tem a pretensão de apontar o “erro” da cobertura jornalística no uso da fala dos especialistas, para nós é mais relevante mostrar que há sempre um trabalho, uma produção do jornalista no uso de suas fontes que servem especialmente para reforçar as posições do jornalismo. Queremos mostrar que esse trabalho do jornalismo com o texto produz sentidos e tem construído uma imagem fragmentada do professor.

Além de T2, apontado previamente como nosso dado de análise, voltaremos a fazer referência a T1, texto já analisado. As duas matérias foram publicadas no dia 03 de fevereiro de 2009, sendo que T2 é complementar ao T1. Os textos foram veiculados pela Folha de São Paulo e ambos parecem apontar para uma preocupação do jornal em tentar formular respostas sobre os motivos que justificam a baixa atratividade da carreira

⁶⁹ Além dos aspectos legais, consideramos ainda que a apresentação desta informação não alteraria a produção das análises e, portanto, não é relevante para a nossa reflexão.

docente. O diagnóstico do jornal aponta para dois aspectos: a questão salarial e o desprestígio social da carreira.

Para uma melhor visualização dos textos com os quais estamos trabalhando retomamos os títulos no quadro a seguir:

Nº	Título	Data
T1	País forma cada vez menos professores.	03/02/2009
T2	Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno	03/02/2009

No título de T2, observamos a marca de vinculação com T1 pelo uso do substantivo “fenômeno”. Esse termo sinaliza a nomeação aos dados apresentados em T1, ou seja, os dados que demonstram que existe uma baixa atração da carreira docente. Dito isso, partiremos para a análise de T2 fazendo o cotejamento com T1 para mostrar que ambos trabalham com os mesmos sentidos, para posteriormente mostrar onde encontramos no texto a relação de identificação com a voz do especialista.

A seguir, apresentamos o excerto do primeiro parágrafo da matéria, conhecido no jornalismo como *lead* ou *abre*, que introduz a temática central da matéria e, de certa forma, comprova a vinculação com a matéria anterior:

Texto 2 – Trecho 1
Coordenadora da Faculdade de Educação da [REDACTED] e especialista em condições de trabalho e formação de professores, [REDACTED] diz que uma conjunção de fatores como "desprestígio", "falta de respeito social" e "baixos salários" contribui para o declínio da carreira e a baixa procura pelos cursos de magistério.

Recuperando T1, quando o texto tenta fazer um diagnóstico sobre a baixa atratividade, usa o mesmo gênero de hipóteses, que aparece no excerto destacado acima, para explicar a baixa procura pelo magistério: o salário e a desvalorização social. Destacamos essa característica no excerto abaixo:

Texto 2 – Trecho 2
Pesquisadores da área de educação afirmam que a falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários pagos no magistério e à pouca valorização social da carreira. Até mesmo escolas tradicionais reclamam das dificuldades para contratar professor. O colégio [REDACTED] de São Paulo, por exemplo, afirma que precisou criar um

programa para formar seus próprios ex-estudantes para as disciplinas mais críticas.

Em T1, percebemos que não há maiores consequências sobre o aspecto salarial e a aposta maior é na desvalorização social. Há nesse excerto a produção de um sentido positivo quando o jornalista fala das “escolas tradicionais”. Uma interpretação possível para esse texto é o pressuposto de que essas escolas pagam bem o professor e “até mesmo” elas “reclamam” e precisam criar programas especiais para fazer o convencimento de seus alunos para a escolha da carreira.

Essa aposta interpretativa que esboçamos em T1, segundo a qual o fator salário é tomado como uma justificativa de segundo plano, radicaliza-se em T2, como veremos a partir das análises a seguir:

T2 – Trecho 3

Coordenadora da Faculdade de Educação da [REDACTED] e especialista em condições de trabalho e formação de professores, [REDACTED] diz que uma conjunção de fatores como "**desprestígio**", "**falta de respeito social**" e "**baixos salários**" contribui para o declínio da carreira e a baixa procura pelos cursos de magistério.

"Isso afeta a autoestima do professor e a confiança nele mesmo. Há também a questão salarial, as pessoas precisam viver e desejam outro padrão que possibilite, no mínimo, condições dignas de vida. **Os salários hoje estão incompatíveis** com a carreira e com as responsabilidades que eles precisam ter", avalia a coordenadora.

Segundo diz, "isso se reflete da pior maneira possível" nos alunos. "Um professor que **não acredita** na sua profissão passa ao aluno esse descrédito. E como um aluno vai respeitar um professor que não tem respeito pela própria profissão? Como um aluno vai desejar uma carreira igual?", questiona.

Para [REDACTED], professor titular de política educacional da [REDACTED] e vice-presidente do Conselho [REDACTED], não só o salário contribui para a baixa procura, "embora seja uma coisa determinante", mas "a falta de estímulos para a profissão".

"Professor não tem mais o status que tinha. E é um ciclo vicioso. Recrutam-se professores no ensino médio que tiverem má-formação. Nas escolas de ponta, só 2% ou 3% declaram que vão prestar vestibular para ser professor. Os que vão para cursos como física ou química querem ser pesquisadores", diz.

No mercado, as escolas dizem que é difícil contratar professores e que cada vez mais se encontram menos **formados por boas** escolas de educação.

"Está difícil mesmo e não é de agora. Houve uma desmotivação como um todo. Um dos motivos principais é a **desvalorização da carreira** do magistério", diz [REDACTED]

[REDACTED], diretor do Colégio [REDACTED] (...)[REDACTED], coordenadora-geral do projeto [REDACTED] para a formação de professores da educação básica, diz ver uma "dicotomia" entre a **formação dos professores e a atuação deles nas escolas**.

"O professor deve ter uma formação generalista, como lidar com dificuldades -com a família, por exemplo. Na faculdade, ele é o especialista, mas não tem uma visão geral da escola", afirma [REDACTED]. "**A escassez é fruto** do baixo salário e da desvalorização",

completa.

A média salarial de um professor **da rede particular que trabalhe** em período integral (40 horas por semana) é de R\$ 3.780, segundo o Sinpro-SP (sindicato da rede particular).

Nos três primeiros parágrafos da matéria, consideramos a problemática do salário como central. Entretanto, uma leitura mais atenta mostra que o salário, ainda que apareça apresentado como um dos problemas, aparece de modo descolado da desvalorização social da profissão, criando uma possibilidade de interpretação segundo a qual seriam problemas diferentes que podem ser combatidos com ações distintas.

O texto evita criar uma interpretação de causa e consequência entre o salário pago para o professor e uma consequente desvalorização social. Percebemos esse descolamento pelo modo de organização da fala da especialista: “Isso afeta a autoestima do professor e a confiança nele mesmo. Há também a questão salarial, as pessoas precisam viver e desejam outro padrão que as possibilite, no mínimo, condições dignas de vida”. Ou seja, há a questão da autoestima e confiança e há outra, diferente daquelas, que é a salarial.

Observamos ainda que não é tão fácil para o leitor recuperar a que se refere o “isso” usado na fala destacada pela especialista, já que a fala dela aparece cortada e reorganizada no próprio texto jornalístico. Acreditamos que o termo possa se referir tanto ao “desprestígio”, “falta de respeito social”, como ao declínio da carreira e à baixa procura pelos cursos de magistério. A única certeza é de que não se refere ao salário considerando a continuidade do texto marcada pela “[...] Há também a questão salarial (...)”. Assim, é justamente nesta fala que o leitor é levado a supor que são coisas distintas que juntas compõem um quadro de baixa atratividade na carreira. Essa distinção, porém, que poderia criar uma ideia de complementariedade, contrariamente parece indiciar na argumentação uma tentativa de encontrar o valor mais importante.

No quarto parágrafo, essa tendência de dar mais importância a um fator que a outro fica mais forte na fala de outro especialista, também organizado no discurso jornalístico, temos: “Para [REDACTED], professor titular de política educacional da [REDACTED] e vice-presidente do Conselho [REDACTED] de Educação, não só o salário contribui para a baixa procura, “embora seja uma coisa determinante”, mas “a falta de estímulos

para a profissão”. Ainda que o fator “salário” apareça no enunciado como “determinante”, consideramos que a enunciação gera um posicionamento inverso.

Paremos um pouco para pensar nas definições de notícias que comentamos no capítulo 4 desta tese. Entendemos que os textos jornalísticos conhecidos como notícias estão ancorados em um modo de produzir e organizar os discursos sociais. É suposto no jornalismo que o trabalho de recolha da informação seja baseado em alguns critérios, dentre os quais destacamos: o interesse público; a valorização política; critérios científicos e atualidade. Ainda que o jornalismo procure transformar esses processos de construção e interpretação dos fatos em “relato fiel da realidade”, o que existe são processos de escolha. Consideramos que o leitor do jornal não ignora completamente esse trabalho de seleção e priorização, ao contrário, acaba partilhando dessa imagem do jornalismo e, ao ler as informações, supõe que o jornalista destaca a mais relevante.

Nesse sentido, quando o enunciado analisado enfatiza o salário como o fator “determinante”, mas prioriza problematizar outros aspectos na matéria como formação e imagem social do professor, a enunciação produz um sentido diferente do enunciado. A citação que vem na sequência da fala analisada aponta o que consideramos que é de fato o sentido determinante para esse texto e também determinante para os 14 textos que compõem o *corpus*. Chamamos atenção para o fato de se tratar de uma citação direta:

Texto 2 – trecho 4

Professor não tem mais o status que tinha. E é um ciclo vicioso. Recrutam se professores no ensino médio que tiverem má formação. Nas escolas de ponta, só 2% ou 3% declaram que vão prestar vestibular para ser professor. Os que vão para cursos como física ou química querem ser pesquisadores, diz.

Como podemos perceber, este trecho poderia ser um dos textos selecionados para figurar entre os 14 trechos destacados no quadro 23, que apresentamos neste capítulo. Ora, mas aqui estamos falando de um discurso direto, ou seja, que supõe que é a fala literal de um especialista do qual o jornalista fez uso ao produzir sua matéria. Foi a partir dessa coincidência que percebemos a importância de investigar mais a fundo os discursos produzidos pelo jornalismo. Buscamos entender se a imagem que estava sendo sistematicamente construída no jornal, nesses 14 textos e nos demais veículos que analisamos no capítulo 2, era resultado de uma produção discursiva provinda da

academia reproduzida pela imprensa ou, ao contrário, se estávamos falando de apropriações e interpretações dessas falas acadêmicas feitas no âmbito da imprensa.

Decidimos, portanto, investigar algumas das produções textuais do especialista consultado em T2 e a quem é atribuída a fala em questão para entender se assim como nos textos que analisamos, o especialista defende uma política de convocação dos melhores professores. Para conhecer melhor o trabalho do investigador, lemos outras quatro matérias jornalísticas em que ele aparece como fonte. Assistimos ainda a um programa televisivo em que ele é entrevistado e lemos dois dos cinco trabalhos listados por ele em seu *currículo lattes* como sendo os principais de sua produção. O artigo selecionado (doravante A1) nos pareceu relevante e representativo de sua produção, pois apresenta os resultados de uma pesquisa na qual o pesquisador analisa as políticas públicas em educação implantadas durante 25 anos no Estado de São Paulo.

O trabalho foi publicado numa revista científica da área de educação, no número referente a jan/julho de 2010 e traz um levantamento completo das principais mudanças no campo da educação no período analisado por ele, desde aspectos mais pontuais até projetos que geraram mudanças estruturais de grande extensão.

Particularmente, interessou-nos o trecho do trabalho no qual o pesquisador comenta as políticas implantadas buscando equacionar “a complexa questão do magistério”, já que toca especialmente na temática do professor. O pesquisador apresenta os cinco pontos que compõem o programa “+ Qualidade na escola”, ação que tem como foco equacionar os problemas no magistério no Estado de São Paulo, a saber:

A1 – trecho 1
1. Criação da Escola de Formação de Professores do Estado de São Paulo, que se propõe a utilizar a rede do saber já existente e criada na gestão Chalita e fazer ampla utilização da modalidade de educação a distância, combinada com atividades práticas e presenciais na rede escolar. Valer-se-á ainda de parcerias com universidades públicas e privadas de São Paulo; incorporação da experiência acumulada em vários programas de apoio às escolas públicas por ONGs e fundações privadas;
2. Mudança no modelo de ingresso dos profissionais do magistério: curso de formação após o processo seletivo;
3. Criação de duas novas jornadas para os professores: 40 horas e 12 horas semanais;
4. Abertura de Concurso Público e criação de 50 mil novos cargos

Após apresentar de modo bem descritivo o que foi feito em termos de políticas públicas, o pesquisador, nas considerações finais, tece a crítica a tais políticas observando que quando se fala em qualificação da educação deve se ter em mente a escola real e não a escola abstrata. É justamente em torno dessas reflexões finais que nos parece que se sustenta a posição do pesquisador sobre os professores, posição essa que também foi revelada durante a entrevista.

Nossa aposta é que ao prestar um depoimento ao jornalista justamente sobre uma temática que o pesquisador se debruçou por um longo tempo, ele fará sempre retomando os aspectos fundamentais da sua pesquisa. É por isso que consideramos irrelevante saber se o jornalista conhece ou não os trabalhos acadêmicos de sua fonte de informação especialista. No caso específico de T2, ao ser convocado para comentar sobre os motivos da baixa atratividade da carreira docente no começo de novembro de 2009, é certo que o pesquisador usou em sua argumentação parte das reflexões da pesquisa que aqui apresentamos, já que ela estava em pleno desenvolvimento no momento da entrevista.

No texto, o pesquisador reforça que uma escola de qualidade se sustenta sobre pilares que envolvem uma série de aspectos, entre eles a valorização dos professores, gestão competente, material didático, acompanhamento da implementação curricular, ações de educação continuada, entre outros elementos. Para chegar a tais pilares, propõe ações nos seguintes eixos:

Tópicos	Eixos propostos pelo pesquisador
1	Quanto à organização e gestão dos sistemas de ensino
2	Quanto à destinação de recursos à educação
3	Quanto à formação dos profissionais da educação
4	Quanto às condições de trabalho dos profissionais em educação
5	Quanto à organização da escola

Interessa-nos aqui os tópicos 3 e 4, por tratarem aspectos especificamente relativos aos professores. A seguir, vamos recuperar a posição do pesquisador de modo detalhado em cada um desses dois eixos:

Tópicos	Quanto à formação dos profissionais da educação
A	Estabelecimento de formas de cooperação entre os sistemas de educação básica e as instituições de ensino superior no qual se dá a formação de profissionais para a educação, buscando a reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura que deverão precipuamente estar voltados para a formação do profissional que a realidade dos dias atuais exige;
B	Envolvimento dos sistemas de ensino no processo de formação por meio da abertura das escolas de educação básica para a realização da parte prática dos cursos de licenciatura, ou seja, os profissionais das escolas de educação básica devem estar comprometidos com a formação dos futuros educadores, em colaboração com os cursos formadores;
C	Estímulo à formação continuada , com a instituição de oportunidades para frequência a cursos de pós-graduação, participação em congressos e eventos que sejam de interesse da unidade escolar;
D	Previsão de calendários e horários para a formação em serviço , com a coordenação e orientação do pessoal especializado da própria escola, estimulando a reflexão crítica e coletiva sobre os problemas detectados no cotidiano escolar e com vista a propostas de ação próprias da unidade escolar;
E	Estabelecimento de parcerias e convênios com instituições de ensino superior, com comprovada competência na área educacional, para o desenvolvimento de cursos, projetos, encontros, que contribuam para o aprimoramento profissional dos estudantes ;
F	Desenvolvimento de projetos de capacitação sob a orientação de pessoal especializado e portador de reconhecida competência das instituições de ensino superior, que incluam atividades práticas desenvolvidas pelo professor no cotidiano da sala de aula;
G	Estímulo para a elevação da formação em nível superior dos profissionais que têm titulação mínima em nível médio para o exercício profissional ;
H	Oferecimento de oportunidades para aprimoramento do nível cultural dos educadores com a frequência a teatros, cinemas, exposições e outras atividades culturais existentes na comunidade.

Considerando que os excertos acima falam da formação de professores e a ênfase dos tópicos recai sobre as práticas de formação continuada (C; E; F; H), observamos que há implicada uma imagem de um professor com uma formação incompleta. Ou seja, assim como nos textos midiáticos, há uma posição crítica sobre a formação dos professores reais que atuam hoje em sala de aula.

Fala-se em “aprimorar”, formar em serviço, capacitar, enfim, o pesquisador evidencia a falta do sujeito formado e aponta a necessidade desse sujeito estar em formação. Consideramos que tais posições são bem coerentes com os discursos que encontramos nos textos jornalísticos que indicam um despreparo do professor para lidar com a escola real. Nesse aspecto, o primeiro tópico é bastante claro quando apresenta a necessidade de “reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura que deverão precipuamente estar voltados para a formação do profissional que a realidade dos dias atuais exige”.

Se há um reconhecimento de que o professor que está não é suficientemente preparado para lidar com a escola, há também uma posição, apresentada em G, que propõe a elevação da formação em nível superior para os profissionais formados em nível médio. A partir de tais constatações podemos compreender que a fala destacada do especialista no texto jornalístico compõe uma reflexão mais diagnóstica, de modo que proposição para resolver os problemas é de ordem completamente diferente do proposto pelo jornalismo. Assim, ainda que existam pontos de intersecção entre os textos da mídia e a posição do especialista, existem também distanciamentos significativos.

O primeiro e mais importante distanciamento é que ainda que exista implícita uma imagem de um professor mal formado, a resposta dada pelo pesquisador é no sentido de correção das falhas e não de substituição do professor, posição que observamos no texto midiático. Há nas proposições do pesquisador aspectos considerados por ele como necessários para se chegar a uma educação de qualidade que levam em conta o professor real que está em sala de aula. Já no texto jornalístico, aparece um professor imaginário, sem falhas, completo, idealizado. Assim, diferente dos textos jornalísticos em que o reconhecimento da falha serve para reforçar o argumento da substituição, em A1 esse reconhecimento se traduz em propostas de estímulo para tentar recobrir as possíveis falhas dos professores que estão em exercícios. Essa posição pode ser observada também no próximo excerto:

Tópicos	Quanto às condições de trabalho dos profissionais em educação:
A	Estabelecimento de plano de carreira e remuneração condigna, que valorize o esforço pelo aperfeiçoamento profissional e o desempenho do professor;
B	Desenvolvimento de políticas que levem à maior permanência e fixação do profissional na escola, com vistas a facilitar o comprometimento com o projeto pedagógico da mesma;
C	Disponibilização de recursos materiais e pedagógicos, que orientem e facilitem o trabalho docente . Entre os materiais a serem destacados estão os de natureza instrucional, que podem ser elaborados pela própria equipe da escola. Além de auxílio inestimável ao professor, a utilização do material garante a unidade necessária para o desenvolvimento do projeto pedagógico da escola;
D	Oferta de compensações e incentivos aos profissionais do magistério, no sentido de conquistar sua satisfação com a profissão que exerce. Esses incentivos vão desde a concessão de vale-transporte, atendimento adequado à saúde, facilidade de crédito em instituições financeiras oficiais, até providências quanto à segurança pessoal e creches para os filhos, a exemplo do que já ocorre no setor privado.

Os excertos sobre as condições de trabalho nos parecem particularmente pertinentes para cotejarmos com as reflexões do texto jornalístico, já que o argumento dos baixos salários é presente no discurso jornalístico. Como vimos, no texto jornalístico a ideia de valorização salarial é apontada como uma das estratégias para estimular melhores docentes para a carreira. Os distanciamentos aqui também estão bem materializados, uma vez que não é possível, em A1, encontrar um argumento com relação ao salário que funcione como estratégia de captura de profissionais melhores. A valorização salarial não aparece como uma saída para “atração dos melhores”, mas especialmente como estratégia de compensação, fixação e valorização do esforço do professor. Percebe-se que há uma prevalência da reflexão do pesquisador sobre a recompensa econômica, o que pode indicar que esses aspectos são, de fato, preponderantes ao autor.

Essas posições nos fizeram retomar o trecho de T2 em que há uma citação direta sobre a questão salarial, praticamente silenciada no texto, vejamos: Ao comentar que o salário não é o único fator para a desvalorização salarial, aparece a ponderação introduzida pelo jornalista: “embora seja uma coisa determinante”. Consideramos que esta frase deixa pistas de que haveria muito mais a ser explorado no depoimento do especialista, mas que acabou sendo silenciado em função da própria tomada de posição do jornalista sobre o tema.

Consideramos que tanto a mudança de posição no texto jornalístico, que só se apropria das críticas ao professor e não considera as proposições com foco na formação continuada, quanto o silêncio em relação ao salário indicia que o jornalista não retoma o discurso do especialista de modo a dar consequência a ele, problematizando-o em seus termos, escolha que poderia sugerir uma identificação simbólica à fala do especialista. O que há não é uma reflexão sobre o discurso do outro, mas uma apropriação desse discurso deformado apenas para confirmar pressupostos que já carregava sobre o professor, ou seja, há uma identificação imaginária.

Assim, o texto jornalístico, ainda que tente recobrir a realidade trazendo falas representativas do campo da ciência, utilizando dados mensuráveis, não consegue escapar de um deslize que é mostra da sua inevitável condição de discurso e do fato desse discurso ser produzido por um sujeito que, como qualquer outro, é perpassado pelo

inconsciente e mobilizado por identificações. O efeito dessa tentativa de encobrir tais deslizamentos, e não do deslizamento em si, é apresentação de soluções reacionárias para os problemas apontados na escola, tais como a defesa de uma substituição completa ou uma *reprovação* irrestrita dos professores.

Observamos que o que está em jogo quando se retrata o professor não é só uma formação imaginária, na qual o jornalista antecipa imagens negativas sobre o professor e imagens positivas sobre o jornalismo. Esses jogos de imagens realmente acontecem, mas também está implicado nesse processo um efeito de identificação imaginária com a fala do especialista em que a sua elaboração original é apropriada apenas para servir de suporte para o que já está suposto. Os efeitos perversos dessa relação é que a imagem que se consolida sobre os professores é fragmentada. Enfim, observamos pelas análises que prevalece no jornalismo uma imagem pejorativa do professor e isso se dá com o suporte do que é produzido pela ciência. Ainda que a imagem da ciência seja tomada no jornalismo pela via do imaginário, não podemos nos esquecer de que seu efeito é de referendar o discurso jornalístico.

Observamos ainda que é importante o reconhecimento na prática jornalística de que a presença do inconsciente introduz no texto a impossibilidade do recobrimento da realidade. Ao partir dessas considerações, acreditamos que o jornalismo crie uma produção menos preocupada em referendar verdades supostas e mais engajada em problematizar o desenvolvimento simbólico da sociedade atual.

Neste capítulo, constatamos que o dado novo nos textos que falam sobre o professor e a resposta que é dada para solucionar a imagem pejorativa dos professores é a da substituição do professor. Além de pouco realista, pensando num país com as dimensões do Brasil, sugerir a substituição dos professores ruins por outros “melhores” é falar numa política excludente e inviável. Essa proposição também é reacionária, pois cria um clima de descrédito da capacidade dos professores de contornarem as dificuldades que enfrentam na escola e, sendo incapazes de dar a resposta esperada, devem deixar a escola. Essa solução remete-nos a épocas não muito remotas em que os discursos dos poderosos bradavam àqueles que se opunham às suas políticas: “Brasil, ame-o ou deixe-o”⁷⁰.

⁷⁰ Slogan criado pelo regime militar, em 1964.

Além disso, os efeitos negativos sobre a imagem do professor são reforçados pela construção de uma imagem positiva que a mídia faz de si e pela presença das Formações Ideológicas no texto jornalístico. Assim, ao escrever sobre o professor o jornalista constrói um discurso que pretende representar a verdade sobre os fatos. Concluimos que ele faz esse movimento capturado pelo processo de identificação com as fontes de informação e ao usar o discurso da ciência o faz se apropriando apenas do que lhe interessa. Assim, reforçamos que as identificações são da ordem do imaginário e não podem ser tomadas como uma reflexão consequente do trabalho da fonte.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos responder a indagação que dá título a esta tese: quando o professor é notícia? Para tanto, analisamos notícias relacionadas ao trabalho do professor, publicadas entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010 no jornal Folha de São Paulo, buscando depreender as imagens que os jornalistas se colam ao escrever sobre o professor.

Tendo como referência teórica o trabalho de Pêcheux sobre as Formações Imaginárias e Ideológicas, defendemos que ainda que no texto jornalístico se tente apagar a inscrição discursiva, ele é, antes de tudo, uma produção de sentidos sobre o mundo. Assim, constatamos que o modo de o jornalismo falar sobre os professores se dá num processo de jogos de imagens, em que a perspectiva negativa do professor se dá sempre em contraponto a uma imagem positiva do jornalismo.

A análise dos textos nos mostrou que um dos recursos utilizados pelo jornalismo para produzir uma imagem positiva de si é o apoio num “pseudo” discurso de cientificidade, que reforça a perspectiva de que seus discursos são representações objetivas da realidade. Em contrapartida, outra conclusão a que chegamos foi que a imagem dos professores continua se constituindo sob uma perspectiva negativa, acrescida de um dado novo que é a crescente proposição de exclusão dos professores e substituição desses profissionais por outros melhores como saída para os problemas da educação.

Observamos que um dos recursos que acabam por contribuir com o desenvolvimento de tais imagens é o uso do conceito de objetividade que prende o jornalista em duas inversões ideológicas, a primeira a de que ele seria responsável pelo dizer e outra a de que o que ele diz representa a realidade. Para construir um texto que sustente tais inversões, o jornalista recorre a dados mensuráveis e prende-se ao uso da voz do outro para se sustentar.

A tese foi construída a partir da seguinte hipótese: sendo o jornalista um sujeito afetado pelo inconsciente (FREUD, 1915/1947), o texto objetivo nada mais é que uma construção ideológica que se organiza por meio de Formações Imaginárias e Ideológicas e serve para: 1) silenciar a presença do inconsciente na escrita jornalística; 2) construir

imagens fragmentadas sobre o jornalismo e o professor; e 3) apagar a presença das identificações de que o sujeito se vale para construir tais imagens.

Para confirmar essa hipótese, colocamos alguns enfrentamentos, desmembrados em quatro etapas: 1) recuperação das relações entre jornalismo e linguagem; 2) problematização do uso das fontes no jornalismo; 3) definição do conceito de notícia; e 4) análise de quais são e dos modos como o jornalismo constrói as imagens sobre os professores.

Para cumprir essas etapas, organizamos a tese em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos o que fundamenta nossa concepção de jornalismo, buscando problematizar sua inscrição no campo do discurso. Para tanto, procuramos desenvolver uma reflexão sobre a língua e a linguagem para, a partir desta reflexão, localizarmos o que entendemos como discurso. Feita tal reflexão, passamos a pensar os conceitos de Formações Ideológicas e Formações Imaginárias, formulados por Pêcheux (2009), e discutimos como tais elaborações influenciam a produção discursiva do jornalismo.

Procuramos mostrar que as Formações Imaginárias são extremamente pertinentes ao estudo da notícia porque sinalizam que as antecipações e as relações entre os discursos são espaços pertinentes de construção de sentido. As Formações Ideológicas, por sua vez, também nos pareceram um conceito pertinente a ser problematizado na análise do texto jornalístico. Sua principal contribuição é o entendimento do conceito de objetividade como algo bem concreto no texto jornalístico e que indicia a presença das ideologias. Assim, a partir da reflexão do jornalismo como linguagem e da presença das Formações Imaginárias e Ideológicas no jornalismo, notamos que o conceito de objetividade não só não se sustenta como é uma invenção resultante da própria dinâmica de produção da informação.

No capítulo seguinte, além de apresentar nosso *corpus* principal, procuramos fazer dois levantamentos, um de ordem acadêmica e outro jornalístico. Nosso objetivo nesse capítulo foi o de situar nosso problema de pesquisa no interior do que já havia sido produzido academicamente sobre o tema e, ao mesmo tempo, ampliar a percepção do que víamos em nosso *corpus* para uma amostragem mais ampla do jornalismo. Assim, no primeiro momento apresentamos um levantamento feito em pesquisas acadêmicas sobre imagens e representação de professores no jornalismo. Observamos, a partir deste

trabalho de revisão, que não é exatamente uma novidade falar em imagens e representações negativas do professor no jornal, assim, procuramos problematizar tal produção acadêmica e apontar como poderíamos contribuir para tal produção. Entendemos que a pertinência de nosso trabalho não é constatar a manutenção de um discurso pejorativo, acrescido de novos elementos, mas apontar que os sentidos negativos só se materializam graças aos jogos de imagens que permitem a construção de textos que partem de sentidos positivos do jornalismo.

No terceiro capítulo buscamos problematizar o papel das fontes de informação no jornalismo, mostrando o quanto elas são constitutivas de uma forma de fazer jornalismo e como seu modo de apropriação interfere diretamente nas produções dos discursos. Situamos o leitor no contexto histórico do jornalismo que justificou o uso da fonte e como sua presença está radicalmente atrelada ao conceito de jornalismo objetivo. Em seguida, procuramos apresentar como as pesquisas em comunicação têm problematizado a questão das fontes, para então apresentar nossa perspectiva acerca do entendimento do uso da fonte no jornalismo. Por fim, também procuramos problematizar quais são hoje as fontes de informação em educação e, a partir, de nosso próprio *corpus*, decidir quais as fontes mais pertinentes e que, na relação com o texto jornalístico, corroboravam com os sentidos construídos.

Já no quarto capítulo, discutimos o conceito de notícia no jornalismo. Trata-se do conceito que o sustenta como gênero e que marca sua inscrição em um discurso muito particular: o discurso da informação. Defendemos que a notícia não é exposição de fatos, mas um modo bem particular de produzir sentidos sobre os acontecimentos sociais e partilhá-los de modo cada vez mais massificado. Assim, problematizamos o poder de agendamento e circularidade das informações observando que tais produções se dão muito mais em função da inscrição do jornalismo como discurso do que pela existência de uma agenda comum entre mídia e opinião pública. A partir de tal constatação, explicitamos porque consideramos o jornalismo um evento discursivo e fizemos uma breve reflexão sobre como se dá a construção da notícia no interior da indústria de informação.

Com essa recuperação, pontuamos que um acontecimento não está dado, mas é sempre resultado de uma construção do jornal e do jornalista. Por fim, procuramos

problematizar e apresentar aspectos que marcam a estrutura da notícia e como tal estrutura influencia na produção de sentidos. Consideramos que a notícia está inscrita em um sistema bem particular: o modo de produção da informação.

No quinto e último capítulo, buscamos mostrar que as formações imaginárias e ideológicas são entradas pertinentes para a análise do texto, mas não são suficientes para compreendermos o que escapa ao controle do jornalista. Diante disso, tomamos como chave de leitura dos dados e o conceito de identificação para compreendermos não só os aspectos do texto que remetem às formações imaginárias e ideológicas, mas especialmente às identificações que motivam o escritor a assumir tais posições. Procuramos indicar que a escrita jornalística, como toda e qualquer escrita, é sempre atravessada pelo inconsciente. Assim, trabalhamos com as relações entre inconsciente e linguagem, mostrando que o primeiro se estrutura pelo segundo e que, portanto, ao olhar o texto jornalístico supomos que teremos ali a presença do inconsciente trabalhando.

Por outro lado, notamos que as identificações são processos inconscientes com os quais os sujeitos estruturam os laços sociais. Assim sendo, as identificações podem ser apreendidas dos textos porque constituem os sujeitos da escrita. Nosso objetivo foi mostrar a inevitável aproximação entre o conceito de Formações Imaginárias e o de Identificação, mostrando que antecipações apontadas por Pêcheux no campo do discurso dão indícios na escrita da presença de uma identificação imaginária.

No caso do jornalismo, na cobertura do trabalho dos professores, essas Formações são para nós resultado de uma identificação do jornalista com as imagens retiradas de discursos das fontes em educação. Assim, procurando dar consequência ao que vínhamos trabalhando discursivamente, passamos a observar que há uma relação próxima entre as Formações Imaginárias e Ideológicas e os conceitos de identificação e inconsciente.

Por fim, nesse último capítulo procuramos desenvolver a análise dos textos jornalísticos, centrando particularmente nossa atenção nos textos inaugurais. O primeiro esforço analítico foi para mostrar que os textos têm uma “posição”, um “gancho” que coloca um professor despreparado e que precisa ser substituído. Defendemos que a imagem que se constrói do professor é uma imagem pejorativa, já que a solução para os problemas da educação passam sempre pela substituição dos professores. Por outro lado, também apontamos que essa construção pejorativa é reforçada pelo contraponto positivo

da imagem do jornalismo. O jornal é sempre apresentado como aquele que detém a verdade, as respostas e, até mesmo, a avaliação certa do professor. Por fim, procuramos mostrar que com esses discursos pejorativos colaboram discursos vindos da educação, porém, transformados no texto jornalístico em seus próprios termos.

Assim, a partir deste percurso, concluímos que podemos responder à pergunta da nossa tese “Quando o professor é notícia?”, por meio das imagens de professor e das imagens do jornalismo que depreendemos das notícias analisadas:

1) As imagens do professor são as de um professor mal formado, com baixo capital cultural e social e que, portanto, precisa ser substituído por outros, “melhores”.

2) As imagens do jornalismo são de veículos e jornalistas que sabem identificar, de modo preciso e objetivo, imagens de cientificidade, colada aos discursos – ainda que deturpados – dos pesquisadores em educação. Os jornalistas são, portanto, os que apresentam as “reais” causas para os problemas da educação e possuem as receitas “certas” que os professores e educadores deveriam seguir.

A partir dessas imagens, é possível concluir que:

O professor é notícia quando o jornalismo cria contornos reacionários, tentando criar respostas padronizadas para questões complexas. Dizemos “reacionários”, porque esses, apoiados em dizeres provindos do campo acadêmico, antecipam imagens negativas do professor e as transmitem como expressão fiel da realidade.

Este trajeto nos permitiu observar que o jornalismo, no modelo como está estruturado hoje, empobrece o diálogo social, a pluralidade e as construções de sentidos, restringindo interpretações. Os textos objetivos criam dois problemas para a produção de sentido no jornalismo: 1) criam a ideia de o que foi produzido na cadeia discursiva é expressão fiel da realidade; e 2) minimizam a simbolização, ao relatar a posição da fonte sempre transformada em seus termos, em uma perspectiva imaginária. Ou seja, os textos objetivos não conseguem produzir um jornalismo plural, que admite que na cobertura de

educação há espaço para a contradição e para dúvida. As análises indiciam que, ao contrário, a tendência de dar uma resposta pronta aos problemas da formação do professor está se radicalizando a tal ponto que o indicador agora é a exclusão e a substituição dos professores. Tal conduta, a nosso ver, tem pouco a contribuir para a efetiva valorização do professor.

Notamos que o conceito de objetividade pode ter funcionado durante longos períodos para a credibilidade dos jornais enquanto vivíamos numa sociedade orientada por uma posição única, verticalizada. Mas as coisas não estão tão cristalizadas. A prevalência das imagens de “heróis” associadas à profissão de repórter, os “super-homens jornalistas”, já algum tempo são tensionadas por posições de “bandidos” (TRAVANCAS, 2011). Acreditamos que hoje esta tese está em constante confronto, porque vivemos em uma era horizontal de organização da sociedade. Assim, pensamos que esse jornalismo de “modelos” cria uma imagem fragmentada do professor e do próprio jornalismo, porque não consegue ressoar sentidos que estão na prática da educação.

Concordamos que nem sempre é fácil enfrentar tal mudança e dar a ver toda essa complexidade nas páginas do jornal, porém, o jornalista, em qualquer cobertura, e especialmente na cobertura de educação, não pode deixar de tentar.

Por outro lado, pensamos que nossas observações são pertinentes para o debate do ensino da leitura e da escrita considerando que o texto jornalístico tem se tornado um modelo a ser seguido entre os estudantes das escolas brasileiras. Questionamos o modo de escrever do jornalismo observando que a escrita objetiva é ideológica e produz sentidos reacionários. Por isso, acreditamos que as escolas podem trabalhar o texto jornalístico em sala a partir da desconstrução de suas características ideológicas. Assim, apontamos que o texto jornalístico como se estrutura hoje não deve ser um “exemplo” a ser seguido por aqueles que estão se formando e aprendendo escrever. Ainda com crítica tão contundente, acreditamos que o texto jornalístico deve ser usado na escola como bom parâmetro para questionar os discursos radicalizados e moralistas construídos por esses textos objetivos.

Defendemos, ainda, que é extremamente pertinente que se passe a discutir o jornalismo no âmbito do discurso, considerando sua inscrição em um produto de

linguagem e observando os deslizamentos inevitáveis de sua produção, de modo a encarar isso como um ponto positivo e não negativo.

Por fim, apontamos que não temos a pretensão de fechar a questão sobre as imagens de professores e as imagens de jornalismo. Apontamos aqui algumas interpretações possíveis a partir do material analisado. Esta interpretação nos permite afirmar que se vivemos em uma época de muitas incertezas, vivemos também em um momento que pode ser criativo para quem trabalha com a linguagem. Assim, consideramos que a saída reacionária não é a única possível ao jornalismo, que os argumentos de tempo e espaço não são suficientes para explicar porque os jornalistas continuam reproduzindo imagens negativas sobre os professores. Avaliamos que uma saída pertinente ao jornalismo é reconhecer sua atividade como produto do humano e não como um produto em série. Sendo humano, feito pela linguagem, ele é perpassado pelo inconsciente. Ao reconhecer esse aspecto humano, acreditamos que o jornalismo poderá compreender a impossibilidade de recobrir toda a realidade e, portanto, acreditamos que ele poderá aprender a se reinventar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AÇÃO EDUCATIVA. **A cobertura da educação na mídia**. São Paulo: Ação Educativa, dez. de 2007.

AÇÃO EDUCATIVA. **Por uma vida melhor** – dossiê. Intelectuais, pesquisadores, professores falam sobre o livro. São Paulo: Ação Educativa, 2011.

ANDI & MEC. **A educação na imprensa brasileira**. Responsabilidade e Qualidade da Informação. Brasília: Agência de Notícias do Direito da Infância e Ministério da Educação, 2005.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue**. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Histórico. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/institucional/historico>>. Acesso em 20 jan. 2012.

ANJOS, Cleriston Izidro dos. **A educação infantil representada**: uma análise da revista Nova Escola (2005-2007). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008.

ATAIDE, J. **Narrativa fundadora e o jornalismo na (pós) modernidade**: os laços sociais e os processos de identificações imaginárias. Brasília: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/20022/1/Joanita+Mota+de+Ataide.pdf>>. Acesso em Jun 2011.

BARBARA, L.; BERBER-SARDINHA, T. Professor: A imagem projetada na imprensa. **Ilha do Desterro**. (UFSC), v. 17:2, 2004, p. 117-125.

BARZOTTO, V. H. Olhares oblíquos sobre sentidos não muito dissimulados. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. (Org.) **Análise do Discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos-SP: Claraluz, 2001, p. 205-217.

_____. **Leituras de revistas periódicas: forma, texto e discurso**. Uma leitura da revista Realidade (1966-1976). Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 1998.

BATISTA, A. S. **Imagens do professor de língua portuguesa em concursos públicos da Grande São Paulo**. Dissertação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

BERGER, C. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, S. (Org.). **O jornal. Da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 273–284

_____. **A cobertura da educação nos jornais Zero Hora e Correio do Povo**. 3º Encontro Nacional de Pesquisa em Jornalismo (III SBP jor), 2005. Disponível em <<http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/resumod.php?id=298>>. Acesso em 10 de dez. de 2011.

BRASIL. Decreto 6755 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

BRASÍLIA. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica, 2009.

BONFIM, A. M. **Desvendando a área Trabalho e Educação**: estudo sobre a produção e os produtores do GT de Trabalho e Educação da ANPEd. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC – Rio. Rio de Janeiro, 2006.

BORGES, P. Haddad diz que metas exigem “década da valorização do professor”. **Portal de notícias IG**. Publicado em 15/12/2010 às 13:39. Disponível em: <<http://www.ultimosegundoig.com.br/educacao/haddad+diz+que+metas+exigem+decada+de+valorizacao+do+professor>>. Acesso em: 16 dez. 2010

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

BRETAS, M. B. A. S.; TAVARES, F. M. B. **A educação em páginas mineiras**. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social na mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CARMAGNANI, A. M. G. Técnicas de Vigilância e Punição: O discurso da mídia sobre o professor e a escola. **Verso & Reverso**. Rio Grande do Sul, v.2, 2004, n. 39, p.1-13.

CHAIM, C. **Hitler, os ratinhos e os leões**. Tudo Sobre a Folha. Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/campanhas_publicitarias.shtml. Acesso em: 18/03/2011.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**. Modos de Organização. São Paulo: Contexto, 2008.

_____ **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CIAVATTA. O papel dos profissionais da educação enquanto formadores de cidadãos emancipados. In: **Revista Trabalho Necessário**. Niterói, ano 4, n. 4, 2006.

CIPRA, M.L. **A cobertura de educação no jornal Folha de S.P:** uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002. Dissertação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CORREIO ESCOLA. Conheça o projeto 2011. Disponível em: http://www.rac.com.br/institucionais/correio_escola/projetos.php. Campinas, Rede Anhanguera de Comunicação, 2011. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

COSTA, M. V. O magistério e a política cultural de representação e identidade. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JÚNIOR, C. (Org.). **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. v. 3, São Paulo: UNESP. 1999.

COURTINE, J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DITTRICH, I. J. **Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

DIMENSTEIN, G. Professor Nota Zero. 08/02/2009. **Folha de São Paulo**, 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/gilbertodimenstein/ult508u500752.shtml>. Acesso em 10 de jan. de 2012.

DRESCH, M. Ideologia – um conceito fundante na/da Análise do Discurso – considerações a partir do texto. Observações para uma teoria geral das Ideologias. In: FERREIRA, M.C. & INDURSKY, F. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FERRARI, A. J. Por uma leitura de leituras: uma reflexão sobre possíveis leituras de Pêcheux na AAD 1969. In: FERREIRA, M.C. & INDURSKY, F. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

FERREIRA, R. **Entre o sagrado e o profano: o lugar social do professor**. Rio de Janeiro: Quartet, 3 ed., 2002.

FOLHA. **Novo Manual da Redação**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2001.

FOLHA. **O maior jornal brasileiro**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

Freud, Sigmund. (1915). O inconsciente. In: **Obras Completas**. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. (1919). O estranho. In: **Obras Completas**. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____ (1921) Psicologia de grupos. In: **Obras Completas**. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GADET, F.; LEON, J. et al. Apresentação da Conjuntura em Linguística, em psicanálise e em informática aplicada aos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

GORENDER, J. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista RUA**. Campinas: 1995, p. 63-89. Disponível em:

<<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/digitalizados/RevistaRuaNR1.pdf>>

JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Paris: Les éditions du Minuit, 1963.

LACAN, J. (1960) Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

_____. (1964). **O Seminário**. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Introdução. In: DITTRICH, I. J. **Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação**. Cascavel: Edunioeste, 2003

_____. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAPO, F. R.; BUENO, B. Os Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003.

LAZARFELD, P. & MERTON, R. (1948). Mass communication, popular taste and organized social action. In: **Media Studies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997.

LIPPMANN, W. (1922). **Public Opinion**. Nova York: Free Press, 1966.

LÜDKE, M. & BOING, L. Caminhos da profissão e da profissionalidade docente. In: **Educ. Soc.** Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12/11/2010.

MACHADO, M. B.; JACKS, N. **O discurso jornalístico**. 2001. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/Pos/compos_gtjornalismo/doc/2001/machado_jacks2001.rtf Acesso em: 11 jun. 2011.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L (1972). A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MAFRA, N. D. F. O professor se perde a face. **Revistas2**. Ponta Grossa, v 1, n. 1, p. 25-28, 1998.

MAIA, K. B. F & AGNEZ, L.F. *O agenda-setting* no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. In: **e-Compós**. v. 13, n.10, 2010.

MELCHIOR, J.C.A. Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática. **Cadernos de Pesquisa**, n. 34, ago. 1980. p. 39-83.

NUNES, J.H. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. FERREIRA, M.C. & INDURSKY, F. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e Leitura**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

UOL. (S/D) Escolha a frase mais polêmica de Paulo Maluf dos 80 anos de Maluf. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/album/110902frasesmaluf_album.jhtm#fotoNav=2>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

_____.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

_____. A Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PENA, F. **Teorias de Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**. Cadernos do Noroeste. Série Comunicação, v. 14 (1-2), p. 277-294, 2000.

RIOLFI, C. R. Corpo e Leitura - nem todo cego sofre de cegueira, nem toda cegueira incide sobre um cego. **Revista Nexos**. São Paulo, v. 6, p. 67-77, 2000.

_____. (S/D) O Texto-Consolo-De-Viúva: escrever sem “pôr de si”. Disponível em: <<http://www.jorgeforbes.com.br/assets/files/ensaio-sobre-o-plagio.pdf>>. Acesso em: 10/01/2012.

_____; ALAMINOS, C. Os pontos de virada na formação do professor universitário: um estudo sobre o mecanismo da identificação. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 297-310, maio/ago, 2007.

_____ e IGREJA, Suelen G. da. Cena e protagonista: representações de escrever em periódicos. **Caligrama** (ECA/USP. Online), v. 3, p. 1-14, 2007.

ROCHA, Andreza Roberta. **Relatos de experiência publicados na revista Nova Escola (2001-2004): modelo de professora ideal**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

RODRIGUEZ-ACALÁ, C. Em torno de Observações para uma Teoria Geral das Ideologias, de Thomas Herbert. **Revista Estudos da Língua(gem)**. n. 1 p. 15-21, 2005 Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/n1jun2005/artigos/rodriguez-alcala.pdf>>. Acesso em outubro de 2011.

ROMANO, Vicente. **A intoxicação Linguística**. Portugal: Deriva Editores, 2008.

ROSSI, C. Inguinorância. Folha de São Paulo. Edição de 15/05/2011. Disponível em: <<http://sergyovitro.blogspot.com.br/2011/05/clovis-rossi-inguinoranca.html>> Acesso em: 22/05/2011.

ROUDINESCO, E. PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SACCO, R.D. **O ensino a distância e a educação: o corpo e a imagem professoral**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARGENTINI, V. M. O & BARONAS, R. L. O Curso de Linguística Geral: apontamentos de uma leitura da Análise do Discurso. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v. 4, n.º 2, p. 43-52, 2007.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. V. 14, nº 40 jan./abr, 2009.

SCHIMITZ, A. A. Classificação das Fontes de Notícia. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acessado em agosto de 2011.

THOMPSON, J. **A Mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAVANCAS, I. Jornalista como personagem de cinema. Anais do 24. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo, Intercom/Portcom: Intercom, 2001.

VAL, G. M. **A Chamada da Educação: sobre a governamentalização pedagógica nos textos jornalísticos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VAN DIJK, T. A. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. **La Ciencia del Texto**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1996.

_____. **El conocimiento y las noticias**. Quaderns de filologia. Estudis de comunicació. v.1, 2002, p. 249 – 270.

_____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. El Discurso como estructura y proceso. **Estudios sobre el discurso I**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2008.

_____. Discourse in society. Website of Teun. A. van Dijk. Disponível em: <<http://www.discourses.org/>>. Acessado em 10 de janeiro de 2012. 2010.

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?** São Paulo, Sumus, 1991.

VIZEU, A. (2003) O Jornalismo e as “Teorias Intermediárias”. Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do

discurso (AD) In: **INTERCOM – XXVI**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte 2 – 6 set., 2003.

WOOD, G. Curso prático de jornalismo para uma nova sociedade. Monitor da Imprensa. In: **Observatório da Imprensa**. Edição 667. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed677_curso_pratico_de_jornalismo_para_uma_nova_sociedade>. Acessado em: 17/01/2012

ZANVETTOR, K. F. **Quem lê jornal sabe mais?** As relações discursivas entre educação e jornal. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ZHU J.J. & BLOOD D., Media Agenda-Setting Theory: Review of a 25-Year Research Tradition. City University of Hong Kong. v. 8, 1996. Disponível em: **Hong Kong Journals Online**. <http://sunz1.lib.hku.hk/hk/hkjo/accept.jsp>. Acesso em: junho de 2011.

RELAÇÃO DE MATERIAL JORNALÍSTICO CONSULTADO

1 – MATÉRIAS DA FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA. Critérios de correção da redação são subjetivos. Análise de Carlos Eduardo Bindi. 08/01/2012. Disponível em:
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/01/08/15/5741586>> Acesso em 10 de jan. de 2012.

FOLHA. Capa da Folha de São Paulo. 22/05/2011. Folha de São Paulo, 2011a.

FOLHA. Circulação: o maior jornal brasileiro. Informações disponíveis em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml>>. Folha de São Paulo, 2011b. Acesso em: 16 dez. de 2011.

FOLHA. Ouça trecho em que Emir Sader chama Ana Hollanda de meio autista. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/882706-ouca-trecho-em-que-emir-sader-chama-ana-de-hollanda-de-meio-autista.shtml>>. Folha de São Paulo: 2011c. Acesso em: janeiro de 2012.

FOLHA. País forma cada vez menos professores. 03/02/2009. Folha de São Paulo, 2009a.

FOLHA. Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam o fenômeno. 03/02/2009. Folha de São Paulo, 2009b.

FOLHA. Congresso aprova aumento de verba para educação. 12/11/2009. Folha de São Paulo, 2009c.

FOLHA. Inclusão digital ainda não é realidade na sala de aula. 15/11/2009. Folha de São Paulo em Ribeirão Preto, 2009d.

FOLHA. O que funciona na educação: as lições segundo a McKinsey. 28/10/2007. Folha de São Paulo, 2007.

FOLHA. Carreira de professor atrai menos preparados. 09/06/2008 Folha de São Paulo, 2008a.

FOLHA. A volta da Filosofia. Disponível em:
< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/heliosschwartzman/ult510u411269.shtml>>
Acessado em 16 janeiro 2011. 12/06/2008. Folha de São Paulo: 2008b.

FOLHA, S.P. O maior jornal brasileiro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/circulacao.shtml> . Acessado em: 16 dez. 2010.

2 – MATÉRIAS CONSULTADAS EM OUTROS VEÍCULOS

IG. Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado 14/05/2011. “Poder On Line”. Disponível em: < <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>> 2012. IG: 2011. Acesso em 12 de jan.

EDUCAR PARA CRESCER. Professor Nota 10. 15/10/2009. São Paulo: Editora Abril, 2009.

REVISTA ESCOLA. Como buscar os melhores profissionais para a sala de aula 02/2010. São Paulo: Editora Abril, 2010.

REVISTA ESCOLA ABRIL. É preciso atrair os melhores candidatos a professor. 02/2010. São Paulo: Editora Abril, 2010.

ÉPOCA. “Não estamos a caminho de nada”. 15/11/2008. São Paulo: Editora Abril, 2010.

EPTV. Dia do professor: Magistério tem dificuldade para atrair novos talentos. Campinas, EPTV, 2010. 15/10/2010.

JORNAL NACIONAL. Brasil vai mal na educação. 04/12/2007. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1664075-3586,00.html>> Rio de Janeiro: Rede Globo, 2007.

APÊNDICE A

Tabela1: Conjunto global de todas as matérias citadas na tese

<i>Corpus Principal</i>	Nº	Data de Publicação	Título do texto
	T1	03/02/2009	País forma cada vez menos professores.
	T2	03/02/2009	Para pedagogos, baixo salário e desprestígio explicam fenômeno
	T3	15/02/ 2009	Repitam a escola e os políticos. Não o aluno
	T4	17/02/ 2009	Socorro ao professor
	T5	28/05/ 2009	Mec quer tornar mais rigorosa a seleção dos futuros professores
	T6	28/05/2009	Com esse salário quem quer ser um professor?
	T7	18/08/2009	A pedagogia é uma jabuticaba?
	T8	04/10/2009	Para Unesco, situação do professor é crítica
	T9	04/10/2009	Estudos ligam boa educação a maior salário de professores
	T10	04/ 10/ 2009	Salário de professor sobe 18% em 5 anos
	T11	22 10 2009	Risco é criar elite em meio a mal remunerados
	T12	23 10 2009	Prova terá peso maior para docente que disputar reajuste
	T13	24 10 2009	Valorização Docente
T14	09 11 2009	7 mitos na educação – Verdade ou Mentira	

APÊNDICE B

Tabela 2 – Levantamento de matérias em outros veículos que não a Folha de São Paulo

	Nº	Data de Publicação	Título do texto
Levantamento complementar	L1	15/10/2009	Professor Nota 10 (Educar para Crescer, Abril:),
	L2	02/2010	Como buscar os melhores profissionais para a sala de aula (Revista Escola, Abril:),
	L3	02/2010	É preciso atrair os melhores candidatos a professor (Revista Escola, Abril:),
	L4	15/11/2008	“Não estamos a caminho de nada ” ⁷¹ (Época, Abril),
	L5	15/10/2010	Dia do professor: Magistério tem dificuldade para atrair novos talentos . (EPTV, Rede Globo),
	L6	04/12/2007	Brasil vai mal na educação (JN, Rede Globo).

APÊNDICE C

Tabela 3 - Trechos retirados do *corpus* principal que evidenciam a indeterminação das fontes

Nº	Trechos
T1	Pesquisadores da área de educação afirmam que a falta de interesse em ser professor ocorre principalmente em razão dos baixos salários pagos no magistério e à pouca valorização social da carreira.
T4	Debate pedagógico passa ao largo da questão disciplinar, um equívoco grave diante da violência crescente nas escolas A EDUCAÇÃO básica no Brasil ainda é precária, em particular nas redes oficiais de ensino. Mediocridade e letargia se patenteiam a cada resultado da pletera de exames e índices surgidos na última década.
T6	É verdade que há evidências empíricas de que salários maiores não significam melhores notas de alunos nas avaliações do MEC. Mas esse é um dado que capta apenas um efeito imediato.
T7	A ESCOLA pode mudar a trajetória de vida das populações mais pobres. Não se trata de afirmação vazia. A evidência científica demonstra isso . Mas essa é ainda uma realidade de poucos países, notadamente Coreia, Hungria e especialmente Cuba.
T9	Apesar dessas evidências, há controvérsias entre especialistas a respeito do impacto do rendimento do professor no desempenho dos alunos, já que estudos correlacionando salários com a nota dos estudantes mostraram que, para a rede pública brasileira, não há impacto estatisticamente significativo.

⁷¹ As aspas marcadas nesta matéria foram postas pelo próprio periódico do qual recortamos o exemplo e se refere a uma citação de um especialista entrevistado na matéria.

T11	A ausência de incentivos aos melhores professores na rede pública é frequentemente citada em estudos sobre a educação brasileira como um dos entraves à melhoria da qualidade do ensino.
T14	Pesquisas nacionais e internacionais indicam que não há relação entre o salário do professor e o aprendizado dos alunos no curto prazo, já que não há impacto imediato na maneira como o professor ensina. No entanto, no longo prazo, alguns especialistas em educação afirmam que isso pode tornar a carreira de professor mais atraente, estimulando os melhores alunos do ensino médio a seguirem essa profissão.